

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ECONOMIA



Competitividade e Desenvolvimento Regional

Análise Shift-Share

Cátia Daniela Rodrigues Pinto

Covilhã, 2009

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ECONOMIA



Competitividade e Desenvolvimento Regional

Análise Shift-Share

Orientador: Professor Doutor António de Jesus Fernandes de Matos

Cátia Daniela Rodrigues Pinto

Covilhã, 2009



Índice

Índice de Quadros	4
Índice de Figuras	4
Índice de Tabelas	5
Índice de gráficos	5
Lista de Abreviaturas e Siglas	6
Resumo	7
Introdução	8
1.) Desenvolvimento Económico, Social e Territorial	9
1.1) <i>Considerações Gerais</i>	9
1.2) <i>Os Paradigmas do Desenvolvimento Regional</i>	13
1.3) <i>A Competitividade Territorial no Contexto da Globalização</i>	24
2.) O Desenvolvimento Regional em Portugal	32
2.1) <i>Instrumentos de Planeamento do Desenvolvimento</i>	32
2.1.1) <i>O Planeamento na década de 60/70</i>	32
2.1.2) <i>O Planeamento no período pós 25 de Abril e de pré-adesão da CEE/UE</i>	36
2.1.3) <i>O Planeamento no período pós-adesão (1986-2006)</i>	38
2.1.4) <i>O período de 2007-2013 (QREN)</i>	41
2.2) <i>Instrumentos financeiros: dos nacionais aos europeus</i>	43
2.2.1) <i>Os Fluxos entre a Administração Pública e Segurança Social</i>	43
2.2.2) <i>O Investimento Público e Privado vs Fundos Estruturais</i>	46
2.3) <i>Um balanço das políticas de desenvolvimento regional:</i>	49
3.) Desenvolvimento Regional: Uma análise Shift-Share	60
3.1) <i>Metodologia utilizada</i>	60
3.1.1) <i>Descrição</i>	60
3.2) <i>Variável Utilizada: Valor Acrescentado Bruto</i>	61
3.2.1) <i>Considerações Gerais</i>	61
3.2.2) <i>Leitura da Análise dos Resultados</i>	63
Referências Bibliográficas	83
Anexos	86



Índice de Quadros:

Quadro 1 – Tipos de Governança.....	22
Quadro 2 – Factores de Competitividade.....	25
Quadro 3 – Relações de interdependência entre instrumentos de planeamento.....	38
Quadro 4 (Anexo) – Estrutura do I QCA.....	87
Quadro 5 (Anexo) – Estrutura do II QCA.....	88
Quadro 6 (Anexo) - Estrutura do III QCA.....	89
Quadro 7 (Anexo) – Estrutura do QREN.....	90
Quadro 8 (Anexo) - Estrutura do QREN.....	91
Quadro 9- A Estrutura das Administrações Públicas em Portugal.....	43
Quadro 10 (Anexo) - Execução dos Fundos Estruturais e de Coesão.....	92
Quadro 11-Principais Projectos Aprovados em 2000.....	48
Quadro 12 – Repartição dos fundos por Objectivos.....	49
Quadro 13 (Anexo) – Variação do Emprego por regiões entre 2000-2005.....	93
Quadro 14 (Anexo) - Variação do desemprego por regiões entre 2000-2007.....	93
Quadro 15 (Anexo) – Produtividade riqueza pc e despesa de investimento por emprego nas diferentes regiões	93
Quadro 16 (Anexo) – Pensões médias mensais de velhice e remunerações médias mensais declaradas à segurança social por distritos	94
Quadro 17 (Anexo) - Variação do PIB por regiões a preços correntes entre 2000-2005.....	94
Quadro 18 (Anexo) – PIDDAC por distritos 2002-2008.....	95
Quadro 19 (Anexo) - PIB nas regiões mais ricas e nas mais pobres da UE em 1986 e 1998.	95
Quadro 20 – Nomenclatura.....	65
Quadro 21 (Anexo) – Análise shift-share.....	97
Quadro 22 (Anexo) – Taxa de Crescimento média Nacional.	103
Quadro 23 (Anexo) - Taxa de Crescimento por Região.....	103
Quadro 24 (Anexo) - Taxa de Crescimento por sectores.....	103

Índice de Figuras

Figura 1- Desenvolvimento e a sua interacção	11
Figura 2 – Os Paradigmas dos meios inovadores.....	21
Figura 3 – Os níveis de competitividade regional.....	28



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Decomposição do crescimento em componente de variação (1989-1993)	64
Tabela 2 – Decomposição do crescimento em componente de variação (1994-1999)	65
Tabela 3 – Decomposição do crescimento em componente de variação (2000-2006)	66
Tabela 4 – Decomposição do crescimento em componente de variação (1989-2006).....	67

Índice de gráficos

Gráfico 1 (Anexo) - Compromisso Fundo de Coesão - 2000.....	96
Gráfico 2 (Anexo) - Compromisso Fundo de Coesão – 2003.....	96
Gráfico 3- Contributos regionais para o crescimento Global do VAB (a preços de 1995)	50
Gráfico 4- Factores de crescimento do VAB em 1995/1999.....	51
Gráfico 5 - Factores de crescimento do VAB em 1999/2003.....	51
Gráfico 6 - Factores de crescimento do VAB em 1995/2003.....	52
Gráfico 7 - Componentes do Crescimento em Portugal e na UE-15.....	53
Gráfico 8- Variação do Emprego por regiões entre 2000-2005.....	53
Gráfico 9-Variação do desemprego por regiões entre 2000-2007.....	54
Gráfico 10- Produtividade, riqueza pc e despesa de investimento por emprego nas diferentes regiões do país em 2005.....	55
Gráfico 11- Variação do PIB por regiões a preços correntes entre 2000 e 2005.....	56
Gráfico 12 – Representação da decomposição do crescimento regional (1989-1993)	64
Gráfico 13- Representação da decomposição do crescimento regional (1994-1999)	65
Gráfico 14 - Representação da decomposição do crescimento regional (2000-2006)	66
Gráfico 15- Representação da decomposição do crescimento regional (1989-2006)	67
Gráfico 16- Evolução da Componente de Variação.....	68
Gráfico 17- Decomposição do Crescimento regional por região no período de 1989 a 1993.	70
Gráfico 18- Decomposição do Crescimento regional por região no período de 1994 a 1999.	72
Gráfico 19- Decomposição do Crescimento regional por região no período de 2000 a 2006.	74
Gráfico 20- Decomposição do Crescimento regional por região no período de 1989 a 2006.	76
Gráfico 21 - Taxa de crescimento média Nacional.....	78
Gráfico 22 - Taxa de crescimento por Região.....	78
Gráfico 23-Taxa de crescimento por Sector.....	79



Lista de Abreviaturas e Siglas:

ARL	- Administração Regional e Local
CE	- Comunidade Europeia
CMAE	- Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos
CCR	- Comissão de Coordenação da Região
CEE	- Comunidade Económica Europeia
EM	- Estado-Membro
FSA	- Fundos e Serviços Autónomos
FEF	- Fundo de Equilíbrio Financeiro
FEDER	- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA	- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	- Fundo Social Europeu
IFOP	- Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
IDE	- Investimento Directo Estrangeiro
I&D	- Investigação e Desenvolvimento
LVT	- Lisboa e Vale do Tejo
OCDE	- Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	- Orçamento de Estado
PIB	- Produto Interno Bruto
PIBpc	- Produto Interno Bruto per capita
Pc	- <i>Per capita</i>
PIF	- Plano Intercalar de Fomento
PDM	- Plano Director Municipal
PIDDAC	- Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNACE	- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
PDR	- Plano de Desenvolvimento Regional
PNDES	- Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PO	- Programa Operacional
PIC	- Programas de Iniciativa Comunitária
PPC	- Paridade de Poder de Compra
PER	- Programa Especial de Realojamento
PCHE	- Programa de Construções de Habitações Económicas
PRAUD	- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PRID	- Programa de Reabilitação de Imóveis Degradados
PA	- Plano Anual
QCA	- Quadro Comunitário de Apoio
QREN	- Quadro de Referência Estratégica Nacional
RA	- Regiões Autónomas
RSU	- Resíduos Sólidos Urbanos
RECRIA	- Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
SS	- Segurança Social
SPA	- Sector Público Administrativo
STPC	- Secretariado Técnico da Presidência do Conselho
TUE	- Tratado da União Europeia
UE	- União Europeia
VAB	- Valor Acrescentado Bruto



Resumo

Esta dissertação de mestrado teve como objectivo central a análise do Desenvolvimento, nas várias dimensões, nomeadamente: a Económica, a Social, a Cultural, a Ambiental, a Institucional, a Organizacional, a Política e a Territorial. Entenda-se por desenvolvimento sustentável um conjunto de processos e atitudes que atende as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Através deste trabalho, conseguimos ver o desenvolvimento de Portugal, das suas regiões em termos do Valor Acrescentado Bruto, da posição ocupada pelos sectores de actividades, e qual a influência que eles tem no desenvolvimento da região e posteriormente no país.

Podemos comprovar através da análise shift-share que o VAB cresceu em todos os períodos (1989-1993;1994-1999; 2000-2006), sendo o de maior relevo, o primeiro período.

A diferença de crescimento das regiões pode ser atribuída, às diferenças relativas à composição produtiva de cada região devido á maior ou menor preponderância de sectores mais dinâmicos, mas também as características de natureza locacional.

Palavras-Chave: 1.Desenvolvimento 2. Desenvolvimento Regional 3. Desenvolvimento Económico 4.Análise Shift-Share



Introdução

O desenvolvimento, na sua essência, traz consigo um alargar do leque de escolhas disponível para a sociedade, exigindo, por isso, um acréscimo de responsabilidade por parte dos países, leia-se administração pública, organizações, instituições e população em geral. A melhoria do bem-estar da população, a participação na tomada de decisões, a democracia e a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo, são as questões centrais do desenvolvimento sempre numa perspectiva de que o homem é o seu principal destinatário.

O desenvolvimento tem, assim, como objectivo principal a melhoria crescente do bem-estar económico, social e humano, o que, para além do aumento dos índices globais de produção, pressupõe uma harmonia do crescimento nos diferentes sectores económicos e, portanto uma transformação positiva das estruturas sociais.

A dinâmica do crescimento regional é analisada, muitas das vezes recorrendo a teorias e modelos explicativos derivados do corpo teórico mais geral da economia. Os modelos elaborados são, muitas vezes, tentativas para levar à escala das regiões as construções arquitectadas para todo o território nacional.

O objectivo desta dissertação consiste em analisar a Competitividade e o Desenvolvimento Regional em Portugal, verificando quais as alterações que ocorreram ao longo dos anos e as consequências que daí advieram. Esta é constituída pela parte introdutória, três capítulos centrais, sendo dois deles teóricos e uma parte empírica, a conclusão, e os anexos. O primeiro capítulo aborda os aspectos conceituais do desenvolvimento económico, social e territorial, tratando das considerações gerais, dos paradigmas do Desenvolvimento Regional e da competitividade no contexto da globalização.

O segundo capítulo reporta-se ao desenvolvimento Regional em Portugal, onde abordamos os instrumentos de Planeamento do Desenvolvimento, no horizonte temporal da década de 60/70 até ao presente nomeadamente, em termos de instrumentos financeiros (nacionais aos europeus), foram abordados os fluxos da Administração Pública e a Segurança Social, e o Investimento Público e Privado VS Fundos Estruturais. Fazendo ainda um breve balanço das políticas de Desenvolvimento Regional no país, onde tendo-se constatado na maioria dos anos analisados uma tendência de convergência com a UE.

Para concluir, o terceiro e último capítulo apresenta o trabalho empírico, onde utilizamos a técnica de análise Shift-Share, a variável Valor Acrescentado Bruto (VAB). Além da descrição da metodologia empregue foi ainda analisada a evolução sectorial e regional (Portugal continental) desde a adesão à CEE/UE.



1.) Desenvolvimento Económico, Social e Territorial

1.1) Considerações Gerais

O crescimento económico tem vindo a ser percepcionado como o objectivo central da política económica. Actualmente, este termo toma um sentido cada vez mais restrito e contrapondo-se a “desenvolvimento” que engloba o crescimento propriamente dito e as suas repercussões sobre o bem-estar das pessoas e o próprio sistema social. O desenvolvimento tem, assim, como objectivo principal a melhoria crescente do bem-estar económico, social e humano o que, para além do aumento dos índices globais de produção, pressupõe uma harmonia do crescimento nos diferentes sectores económicos e, portanto uma transformação positiva das estruturas sociais. “...*O homem enquanto fim último do desenvolvimento surgirá assim, também, como meio eficiente...*” (Reigado, 1999: 310).

A multiplicidade de influências, causas, efeitos e relações que estão incluídas no desenvolvimento impedem-nos de o considerar como uma realidade meramente económica mas, antes, como um importante processo global. Quem olhar para uma sociedade em desenvolvimento notará mudanças na sua estrutura política, social, cultural, no modo como trabalhamos, mas também como nos encontramos com os amigos, como vivemos em família, como vemos o mundo e nos vemos a nós próprios.

Lopes refere que “*o desenvolvimento impõe condições de equilíbrio, harmonia e justiça social cuja verificação vai depender da racionalidade que seja possível impor à organização espacial da sociedade*” (op. cit., 1984:20).

O desenvolvimento é uma realidade global, que afecta todos os aspectos da vida humana, por isso, reduzir o desenvolvimento a crescimento, isto é, a um mero aumento do produto nacional, é fazer uma simplificação empobrecedora do conceito/processo. O fenómeno de desenvolvimento económico moderno, que se iniciou na Revolução Industrial¹ do século XVIII, passou por múltiplas fases, com evoluções distintas nas várias regiões do globo. A situação actual, em que coexistem áreas de sucesso e zonas de grande pobreza, representam o desafio essencial da estratégia de desenvolvimento equilibrado e sustentável.

¹Com origem na Inglaterra, e caracterizada pela passagem da manufatura à indústria mecânica. A introdução de máquinas fabris multiplica o rendimento do trabalho e aumenta a produção global. A Inglaterra adianta sua industrialização em 50 anos em relação ao continente europeu e sai na frente na expansão colonial. As principais consequências são a divisão do trabalho, a produção em série e a urbanização. Para maximizar o desempenho dos operários as fábricas subdividem a produção em várias operações e cada trabalhador executa uma única parte, sempre da mesma maneira (linha de montagem). Enquanto na manufatura o trabalhador produzia uma unidade completa e conhecia assim todo o processo, agora passa a fazer apenas parte dela, limitando seu domínio técnico sobre o próprio trabalho.



O que é o desenvolvimento? O desenvolvimento, na sua essência, traz consigo um alargar do leque de escolhas disponível para a sociedade, exigindo, por isso, um acréscimo de responsabilidade por parte dos países, leia-se administração pública, organizações, instituições e população em geral. A melhoria do bem-estar da população, a participação na tomada de decisões, a democracia e a sustentabilidade do desenvolvimento no longo prazo, são as questões centrais do desenvolvimento sempre numa perspectiva de que o homem é o seu principal destinatário.

O desenvolvimento económico de um determinado país ou região corresponde ao aumento sustentado do bem-estar da população desse espaço económico, conjugado com mudanças na sua estrutura de actividade, saúde pública, nível de educação, demografia e distribuição do rendimento. A longo prazo, à medida que este acréscimo de desempenho económico evolui, também se alteram as normas sociais, políticas e culturais, consubstanciando uma mudança profunda e multidimensional da sociedade onde ele ocorre. O desenvolvimento económico encontra na expansão da riqueza produzida ou do valor acrescentado, isto é, no crescimento económico², uma condição necessária objectiva cuja avaliação permite quantificar rigorosamente o aumento do produto ou riqueza num quadro mais geral de quantificação das grandes alterações económicas e sociais.

Aydolot afirma que “*durante 30 anos o desenvolvimento foi encarado como um conjunto de mutações quantitativas nas variáveis produto e rendimento*”; (op. cit., 1985:108) o desenvolvimento baseava-se numa óptica produtivista e funcionalista em que o espaço era o suporte físico das actividades económicas.

O desenvolvimento trouxe consigo potencialidades enormes de progresso no bem-estar das populações, simultaneamente, deu também ao homem, um potencial de destruição nunca antes sonhado, ou seja, houve uma melhoria das condições de vida e um aumento do risco do progresso, esse a que se deve as grandes vantagens da vida moderna. Estes dois aspectos são inseparáveis, como as duas faces da mesma moeda. A consciencialização deste facto é essencial para uma correcta apreciação do desenvolvimento. A única visão correcta é a que compreende que as duas características do desenvolvimento são inseparáveis, e que só há progresso se aceitarmos correr os riscos inerentes. A consciencialização desse facto é essencial para uma correcta apreciação do desenvolvimento. Explicitando, podemos comparar esta atitude com a da sociedade em relação ao automóvel. O automóvel trouxe com eles

² Segundo Smith e Ricardo o crescimento é abordado como resultado da acumulação de capital, quer dizer, da quantidade dos meios de produção produzidos postos à disposição dos trabalhadores, ou seja, o aumento da riqueza *per capita* provém do aumento do capital físico *per capita*.

grandes vantagens (velocidade, comodidade), mas também grandes riscos (acidentes, atropelamentos). A forma como a sociedade moderna lidou com esta questão foi aceitar o automóvel, mas impor condições para o seu uso, ou seja, exigindo maior responsabilidade.

Com efeito, o desenvolvimento terá que ser económico, social e humano pelo que terá de se preocupar não apenas com a satisfação das necessidades essenciais mas, também, com a implementação de um processo dinâmico de participação dos agentes sociais. Como dinâmica, o desenvolvimento tem características fundamentais que permitem ver que o desenvolvimento constitui um processo civilizacional, muito “caro” para as gerações que o realizam, numa lógica de curto prazo. Só uma sociedade unida, em todas as suas dimensões incluindo a temporal, empenhada em enfrentar os custos do progresso, flexível o suficiente, para ultrapassar os conflitos que dele nascem, e consciente das vantagens e dos riscos do desenvolvimento pode conseguir desenvolver-se. O desenvolvimento é assim uma prova a longo prazo. O desenvolvimento deve ser um processo sustentável, isto é, deverá ter na sua raiz competências, factores e recursos humanos que assegurem o desenvolvimento como um processo continuado e dinâmico capaz de se auto alimentar.

A sustentabilidade temporal do desenvolvimento deverá, por um lado, apoiar-se nos recursos endógenos existentes no país/região e, por outro, nas ajudas exógenas que muitas das vezes se revelam de importância fulcral para o início de um processo de (re) lançamento da economia. O processo de desenvolvimento implica o reconhecimento da perenidade da actividade humana, da qualidade do ambiente, dos recursos naturais e da sua conservação em condições satisfatórias para as gerações seguintes.

Figura 1: Desenvolvimento e a sua Interação





Na figura podemos verificar a interação do desenvolvimento de uma região/país, este depende da sua produção, consumo e distribuição, pode ser verificado a curto/médio/longo prazo, esse desenvolvimento verificar-se-á a vários níveis Económico, Social, Ambiental, Cultural, Organizacional, Institucional e Territorial. Podemos dizer que o Desenvolvimento depende de três dimensões estando elas interligadas.

Blakely considera que desenvolvimento “*é o esforço feito por uma comunidade na utilização dos seus recursos físicos, humanos, sociais e económicos no sentido de criar um sistema económico auto-sustentado*” (op. cit., 1994:48). Para este autor, o objectivo primordial de desenvolvimento regional deverá ser a criação de mais e melhores oportunidades de emprego.

O conceito de desenvolvimento regional resulta da integração da variável espaço na temática do desenvolvimento, que assim, aparece ligado a uma referência espacial concreta – a Região. Para Nelson (1993), o termo de desenvolvimento regional refere-se a “*alterações na produtividade regional, medida em termos de população, emprego, rendimento ou valor acrescentado; refere-se ainda, a factores de carácter social, como por exemplo mais e melhores serviços públicos e qualidade ambiental*” (op. cit: 27).

Partindo do concreto de região, explicitando por Isard (1975:1), como “*uma área com significado próprio devido às suas características físicas, culturais e sociais*”, a investigação sobre o desenvolvimento regional tentou explicar o modo como essas características se articulam entre si, criando dinâmicas específicas conducentes a um aumento no rendimento regional e na qualidade de vida das populações.

Subjacente a este conceito está o pressuposto que a organização espacial e o desenvolvimento se encontram estritamente relacionados: “*a organização espacial vai condicionar, naturalmente, o desenvolvimento, embora este condicione também a organização espacial, porque, por um lado, cria mobilidade e acesso, por outro, maiores oportunidades para uma conveniente utilização dos recursos*” (Lopes, 1984:19).

O moderno conceito de desenvolvimento entra em ruptura com esta lógica funcionalista e propõe o retorno a uma óptica territorial: “*è no quadro local, pela valorização dos recursos locais, com o participação de actores locais que o desenvolvimento poderá, realmente, responder às necessidades das populações*” (Aydolot, 1985:109).



1.2) Os Paradigmas do Desenvolvimento Regional

A dinâmica do crescimento regional é analisada, muitas das vezes, recorrendo a teorias e modelos explicativos derivados do corpo teórico mais geral da Economia. Os modelos elaborados são, muitas vezes, tentativas para levar à escala das regiões as construções arquitectadas para o todo nacional. Saliente-se que estes modelos têm de responder a preocupações de equilíbrio inter-regional que, enquanto modelos de nível nacional, naturalmente o ignoram. Por outro lado, o crescimento equilibrado da Economia Nacional (formado por várias regiões) e em cada uma das regiões é extremamente difícil de atingir.

Segundo a teoria neoclássica, e de modo bastante simples, há crescimento regional quando a população rural (com baixos rendimentos) se torna urbana e industrial ou se verifica a afluência de mão-de-obra vinda do exterior, de outra região (Borts e Stein, 1964).

Richardson (1969), ao analisar estes modelos de crescimento regional, coloca várias dúvidas *sobre a insuficiência de modelos agregados que têm sido utilizados enquanto forem a-espaciais* (Lopes, 1984:123). Ao mesmo tempo chama a atenção para a complexidade e interdependência dos fenómenos capazes de explicar o crescimento, ao nível das regiões, vindo a concluir a necessidade de ter em conta o processo histórico por duas ordens de razão: i) o comportamento anterior das variáveis pode ser a “chave” para a explicação dos processos actuais de crescimento; ii) os padrões actuais de crescimento, na maioria dos casos, são diferentes dos do passado.

A análise das teorias da localização, dos modelos e teorias de desenvolvimento regional permite-nos estudar os postulados, distintas perspectivas e as leis em que pode assentar o desenvolvimento económico e social ao nível regional. As teorias e modelos estudados constituem um dos pilares em que se apoia o planeamento do território numa dupla perspectiva, isto é, o território percebido como um elemento passivo (local onde têm lugar as actividades) e como elemento activo capaz de influenciar o modo e a velocidade como se processa o desenvolvimento regional.

Mais recentemente, retomando-se algumas posições dos anos 50, o desenvolvimento regional é visto como um processo que se desenvolve por etapas. Assim, para vários autores a organização espacial das economias nacionais evolui paralelamente às etapas de desenvolvimento nacional. Willianson (1965) a este respeito escreve: *“as disparidades regionais crescentes e o dualismo Norte-Sul crescente são típicos das primeiras etapas do desenvolvimento, enquanto a convergência regional e o desaparecimento dos problemas Norte-Sul são representativos das fases de maturidade do desenvolvimento nacional”*



(ibid:117). Friedmann e Richardson (1973) propuseram esquemas explicativos deste duplo processo de divergência seguido de convergência³.

As assimetrias regionais que, longe de se esbaterem, têm vindo a agravar-se deram origem a novas abordagens do desenvolvimento regional como, p.e., a do *centro-periferia* (Friedmann, 1966, 1972) apoiada na existência de interdependência entre actividades específicas com localizações geográficas distintas dispostas, muitas das vezes, de acordo com as linhas de comunicação dominantes facilitando, assim, a transmissão dos efeitos de crescimento.

A teoria da base-exportação tem como pressuposto que só os conjuntos económicos de grande dimensão, tais como as nações, são capazes de ter o crescimento económico e social em função de variáveis internas. Se considerarmos apenas partes do espaço nacional, mais ou menos especializados, estes não podem através do seu esforço interno nem das suas aptidões naturais, sustentar um processo de desenvolvimento pelo que ficam dependentes dos sinais vindos do exterior. Daqui, conclui-se que é necessário existir uma conjuntura inter-espacial favorável para que se verifique crescimento regional. Este pressuposto da teoria da base está ligado à concepção de crescimento sustentado pela procura, ou seja, a uma visão keynesiana do desenvolvimento.

De acordo com a teoria da base-exportação, e segundo Lowry (1964) no seio da economia regional, deve distinguir-se dois sectores - o sector exportador ou de base e o sector local que satisfaz a procura local - pelo que o rendimento total da região será constituído pelo rendimento proporcionado pelas actividades de base e pelo das actividades locais (cit. Reigado, 1999: 296-298). Assumindo que as actividades locais são uma fracção constante do rendimento total teremos que este é, por sua vez, um múltiplo do rendimento das exportações. O valor deste multiplicador depende do rácio despesas locais/despesas totais. Em termos algébricos, o rendimento total virá (Aydalot, 1985: 121):

$$Y = \frac{1}{1-a} B$$

onde:

Y - Rendimento total

B - Rendimentos dos sectores de base ou exportadores

a - Propensão média e marginal a despende localmente o rendimento

³ Na sua obra *Regional economic growth*, Richardson coloca três hipóteses simétricas: a) o desenvolvimento nacional é, de início, polarizado e depois integrado; b) no seio de cada região, o desenvolvimento antes de se difundir é, primeiro, concentrado em poucos centros (a integração inter-regional verifica-se primeiro entre os centros das diferentes regiões); c) no seio das áreas urbanas, a descentralização progressiva beneficia a periferia.



A operacionalização deste modelo levanta, contudo, duas questões importantes, ou seja, como escolher a unidade de medida e como medir as exportações. Em relação à primeira questão, dada a falta de informação estatística regionalizada sobre a produção ou o rendimento, geralmente opta-se pelo emprego. A medição das exportações, tendo em consideração a pouca informação estatística sobre o comércio inter-regional, vem alimentando um longo debate. Hoyt (1939) apresentou uma solução, calculando as exportações de forma indirecta, ou seja, recorreu ao quociente de localização (cit. Aydalot, 1985:122). Como facilmente se verifica, a teoria da base-exportação defende que o crescimento económico da região dependerá da sua capacidade exportadora dos sectores básicos enquanto os impostos, a despesa pública e o crédito obtido/concedido são considerados como residuais que se ajustam, automaticamente, ao valor das exportações. O modelo da base-exportação continua a deixar em aberto duas questões, ou seja, como atrair as empresas das actividades básicas e o que explica as diferenças regionais na atracção dessas empresas.

Jacobs (1984) ao tentar responder a estas questões, observa a seguinte tendência: as regiões que conseguiram, durante décadas, formar um centro urbano com uma rede diferenciada de actividades terão, no futuro, boas possibilidades de desenvolvimento (cit. Reigado, 1999:299). Por sua vez, os centros ou regiões que possuem este tipo de rede tendem a ligar-se com outras congéneres formando pontos-chave do comércio mundial e de inovação económica.

Entre as vantagens deste modelo, destacam-se: i) A formação de economias de escala, uma vez que a região procurará especializar-se na produção de bens e serviços exportáveis nos quais possua vantagens competitivas; ii) A formação de emprego e rendimento no mercado interno, devido aos efeitos de encandeamento sobre as actividades deste mercado; e iii) emprego de recursos naturais e humanos ociosos. (Wiebusch, 2007)

Apesar dessas vantagens, a teoria de base-exportação tem sido muito criticada, uma vez que as exportações estão sujeitas a grandes flutuações conjunturais externas, internalizadas pela falta de diversificação das exportações, o mercado interno torna-se bastante vulnerável.

Para Sperotto (2004), apenas as exportações não são suficientes para explicar o crescimento de uma região, existem outros factores a serem considerados, tais como os efeitos das mudanças tecnológicas e o nível de investimento autónomo.

Como já vimos o crescimento económico não surge espacialmente distribuído de forma igual. Pelo contrário, a par de factores naturais e históricos, os efeitos da política económica podem ser responsabilizados pela concentração das actividades económicas em locais específicos, enquanto outros se situam na periferia do crescimento.



Desenvolvida por Perroux (1955), a teoria dos pólos de crescimento (ou de desenvolvimento) começou por sustentar que o crescimento se iniciaria a partir de uma empresa motora ou pólo de crescimento que, por sua vez, seria formado por um centro urbano desenvolvido. O desenvolvimento deste centro urbano assentaria no aumento da produtividade do seu *hinterland* e na produtividade das suas actividades secundárias. Nestes pólos verificar-se-ia, geralmente, dois tipos de efeitos, ou seja, o efeito de aglomeração e o efeito de ligação (consequência da criação de novas redes viárias). O desenvolvimento dos pólos de crescimento está profundamente relacionado com a existência de indústrias que se costumam designar por indústrias motoras⁴ e indústrias chave⁵. Por seu turno, as actividades adicionais, ao aparecerem como resposta aos impulsos dados pelas indústrias motoras, não se irão dispersar pelo território mas, pelo contrário, tendem a agrupar-se junto da unidade motora.

Perroux (1955), ao estudar os pólos de desenvolvimento existentes veio a concluir que o pólo altera o seu próprio ambiente ao criar novos tipos de consumos e comportamentos económicos, bem como ao desenvolver necessidades colectivas. Aos pólos coloca-se, entretanto, uma questão importante: o pólo, de certa forma, pode definir-se como um conjunto de indústrias interligadas e hierarquizadas e, simultaneamente, como um lugar de concentração dessas actividades produtivas. Assim, para Aydalot (1985:130) como teoria de desenvolvimento, o pólo é um mecanismo indutor do crescimento; como teoria espacial, o pólo explica a concentração espacial do crescimento.

Souza (2005) acrescenta que quando um pólo de crescimento provocar transformações estruturais, expandindo o produto e o emprego no meio em que se insere, ele se transformará em um pólo de desenvolvimento. Esse surge a partir da superação da polarização técnica, engendrando a polarização pelas rendas e a polarização geográfica. Porém um pólo de crescimento somente poderá ser considerado um pólo de desenvolvimento na região em que está localizado, não para as demais regiões. Isto porque ele pode exercer efeitos negativos sob as áreas vizinhas, como p.e., trocas desiguais, drenagem de capitais financeiros, mão-de-obra especializada e actividades produtivas.

A teoria dos pólos *parte do princípio que os efeitos de dispersão que irradiam de “pontos” espacialmente localizados (empresas ou grupos de empresas, aglomerações populacionais, etc.) transmitem impulsos de crescimentos a outros “pontos” – efeitos de dispersão – que*

⁴ Consideram-se indústrias motoras de crescimento rápido, modernas e dinâmicas, de grande capacidade de difusão dos efeitos da inovação e com um elevado grau de interdependência sectorial.

⁵ As indústrias chave destacam-se, de entre as indústrias motoras, pela sua capacidade de desencadear efeitos multiplicadores superiores à sua própria produção.



podem ultrapassar os efeitos de polarização, isto é, reabsorção dos efeitos de dispersão pelo próprio “ponto” (Lopes, 1984:295).

Em termos de desenvolvimento regional equilibrado, a teoria dos pólos sugere que os investimentos em actividades motoras se concentram em “pólos” interligados entre si que, formando uma rede, favorecem a propagação dos efeitos de dispersão.

Durante quase 30 anos (dos anos 50 aos 80), a noção de pólo de crescimento parecia a interpretação mais natural do desenvolvimento espacial⁶. No final do século XX, a profunda alteração verificada levou a teoria dos pólos de desenvolvimento a ser objecto de alguns ajustamentos integrando-os num corpo teórico mais vasto. De facto, a evolução recente nos países europeus e nos EUA põe em evidência a dispersão da indústria com novos contornos: paralelamente à industrialização das zonas periféricas, verifica-se nos antigos centros a sua desindustrialização absoluta, a par do nascimento de novas actividades ligadas ao sector terciário e ao entretenimento.

No plano teórico, é possível chegar a duas posições distintas, isto é, ou se proporciona uma nova vida à óptica neoclássica vendo na concentração polarizada um elemento que provoca atrasos no estabelecimento do equilíbrio inter-regional, ou se questiona a validade dos indicadores, puramente materiais, do desenvolvimento encarando esta nova forma de polarização da indústria como uma nova forma de desenvolvimento desigual.

Um factor importante no desenvolvimento regional é a ligação existente entre os vários segmentos dos sectores produtivos das regiões, o que torna os níveis de rendimento regionais interdependentes vindo reforçar, por conseguinte, uma das críticas que se fazem às teorias de base nas exportações e de base económica de que é necessário considerar o efeito de retorno.

Para certos autores, a crítica dos neoclássicos tem a sua origem na economia internacional. Para Myrdal (1957), Bologh, Prebish, Hilgert ou Eckaus (1961) a análise dos processos que decorrem nas relações entre espaços desigualmente desenvolvidos põe em evidência os desequilíbrios crescentes ao nível das regiões.

Se para Perroux ou Hirschmann (1958) a relação centro-periferia pode ser o motor do desenvolvimento, para outros esta é o suporte da desigualdade. Segundo Friedmann, o centro e a periferia não se distinguem somente pela dotação de factores mas, também, porque: i) As actividades de “ponta” concentram-se no centro; ii) O ambiente cultural é mais favorável no centro; iii) Os rendimentos decrescentes, bloqueadores do crescimento do centro, tardam a aparecer; iv) As ocasiões de lucro são mal apreendidas e utilizadas pela periferia; v) As

⁶ A tendência para a concentração da indústria europeia em pólos começa a manifestar-se na segunda metade do séc. XX.



exportações do centro têm uma procura cada vez maior; e vi) A periferia, desprovida dos seus capitais e recursos humanos, tem dificuldade em se adaptar.

No centro da clivagem centro-periferia está o domínio tecnológico e institucional das sociedades inovadoras. Assim, enquanto os centros têm poder sobre o seu próprio desenvolvimento, as periferias, inaptas em inovação, ficam sujeitas às decisões provenientes do centro.

A divisão espacial do trabalho, proposta nos finais dos anos 70 pelos ingleses Massey e Megan (Grã-Bretanha) e pelo francês Aydalot (1976), é um ensaio para integrar a formação dos processos centro-periferia numa concepção de conjunto de espaços e de desenvolvimento regional. Qual a razão que leva os centros com um nível elevado de poder e de qualificação a opor-se às periferias subordinadas e dedicadas às tarefas rotineiras? O elemento central da resposta a esta questão tem a ver com a análise do desfasamento entre as formas de produção e os modos de vida. O espaço reflecte o estado em que se encontra o modo de produção e determina os modos de vida. Este desfasamento, entre a adaptação das formas de produção e os de consumo, é o motor da evolução. O espaço, neste contexto, passa a ser um actor essencial do processo de desenvolvimento; durante muito tempo o espaço contínua, heterogéneo permitindo à empresa jogar com esta heterogeneidade em seu proveito.

Actualmente, as novas tecnologias têm posto em causa este modelo territorial e podem levar as novas actividades, cujo ciclo produtivo ainda não atingiu a maturidade, a retornarem para os velhos centros. Enquanto o centro aparece como o espaço de origem do modo de produção dominante e em expansão, a periferia é o lugar dos velhos modos de produção que subsistem, de forma dispersa, em proveito do centro.

O desenvolvimento autocentrado, defendido por Friedmann e Stöhr (1981), é, essencialmente, uma abordagem territorial do desenvolvimento e uma crítica à sociedade de consumo das economias ocidentais. A alteração⁷ das condições sociais e económicas levou à aceitação e rápida difusão das ideias relativas ao desenvolvimento endógeno. O desenvolvimento autocentrado é passível de se verificar a vários níveis: regional para os países ocidentais e nacionais para os países do terceiro mundo. Saliente-se, ainda, que o desenvolvimento autocentrado representa, fundamentalmente, um novo paradigma de

⁷ O modelo de crescimento, baseado numa taxa de crescimento elevada, no nível baixo de incerteza, e custos decrescentes de energia e de transportes e em tecnologias que favoreciam a grande escala, entrou em crise. Ao nível das regiões, estas compreenderam que o modelo clássico de desenvolvimento só lhes pode trazer efeitos negativos: dependência acrescida e sem contrapartidas, exploração exaustiva dos recursos locais, degradação do ambiental e especialização em funções e sectores subordinados ou regressivos.



desenvolvimento: o desenvolvimento territorial, o desenvolvimento *from below* (partindo de baixo) de Stöhr por oposição ao desenvolvimento funcional (partindo de cima).

O desenvolvimento regional, numa perspectiva clássica, baseia-se no paradigma funcionalista no qual o território tem um papel secundário já que é “apenas” o elemento no qual as empresas desenvolvem a sua actividade. É com base neste pressuposto que Stöhr, nos anos 80, chama a atenção para o desenvolvimento endógeno em que o aproveitamento dos recursos naturais e humanos existentes na região são a base para o desenvolvimento auto-sustentado da região. Refira-se, no entanto, que ao *development from below* é necessária a contribuição de factores externos (p.e.: IDE, transferências do governo central e regional), pelo que os recursos endógenos e os externos se complementam e potenciam uma estratégia de desenvolvimento auto sustentado.

Ao desenvolvimento endógeno estão associadas algumas palavras-chave que passaremos a abordar de forma sucinta (Aydalot, 1985:146-147):

- *Desenvolvimento territorial*: geralmente, as empresas são o agente fundamental do desenvolvimento. O espaço, por seu lado, reúne um certo número de características técnicas que a empresa utiliza. No nosso entender, o espaço não pode ser considerado um elemento neutro, pelo que dar ao meio o papel essencial é tornar o território a fonte do desenvolvimento;
- *Necessidades básicas*: o desenvolvimento é, agora, definido não em termos quantitativos mas, em relação com as necessidades das populações (habitação, alimentação, educação, emprego, etc.). O nível de desenvolvimento é apreciado em função do acesso das populações ao bem-estar e não em função da posição na divisão internacional do trabalho;
- *Desenvolvimento comunitário*: o desenvolvimento é fruto da participação de toda a população;
- *Valorização dos recursos locais*: o desenvolvimento interno da região implica privilegiar as fileiras que utilizam os recursos naturais locais ou o uso das tradições industriais locais;
- *Desenvolvimento integrado*: a promoção do desenvolvimento global que integra, numa mesma lógica, os aspectos sociais, culturais, técnicos, agrícolas e industriais é melhor opção do que desenvolver uma ou outra especialização de ponta;
- *Autarcia selectiva*: as relações com as outras regiões e países não devem pôr em causa a preferência pelos produtos locais e a diferenciação dos modos de vida;
- *Pequena escala*: prioridade aos pequenos projectos, empresas e cidades como forma de manter o poder de decisão na região.



O estudo do crescimento a partir de factores internos exige particular atenção ao aumento da disponibilidade de factores produtivos através do aumento dos investimentos, da melhoria na eficiência da produção, do nível educacional e da formação profissional, bem como dos sistemas de transportes e comunicações. A melhoria das infra estruturas e a introdução de inovações tecnológicas são, igualmente, factores internos a ter em consideração.

O desenvolvimento endógeno assenta, ainda, na ideia de uma economia flexível capaz de se adaptar a situações inconstantes e constitui uma alternativa à economia de grandes unidades. O desenvolvimento endógeno é, assim, a variedade que se opõe à uniformidade: variedade de culturas, de estatutos sociais, de técnicas, bem como de gostos, por oposição à rigidez das formas de organização clássica.

O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pode então ser definido como, "(...) *um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente económico gerado na economia local e/ou a atracção de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido* (Filho, 1996:37).

Após os anos 80, a problemática do desenvolvimento regional transformou-se já que se passou a falar, mais frequentemente, do declínio e não do crescimento. Após a crise se ter instalado, o papel extremamente importante das grandes unidades industriais, atribuída pela teoria dos pólos de crescimento e a teoria do centro-periferia, foi fortemente diminuído aparecendo novos dinamismos. A teoria das catástrofes e a questão dos ciclos longos, ao nível das regiões, começaram a chamar a atenção de alguns autores.

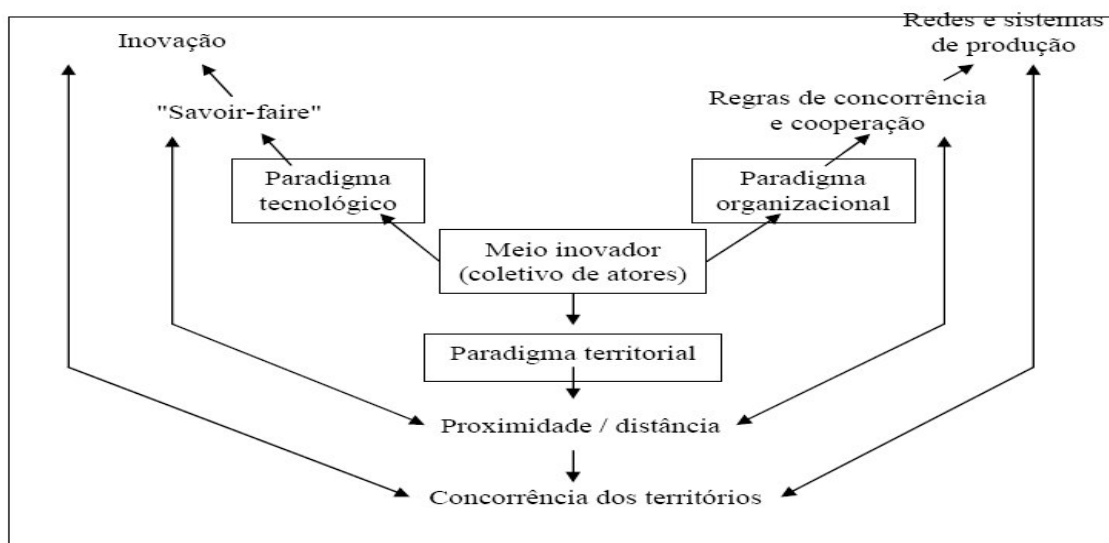
Nijkamp (1982) afirma e mostra como a inovação e as indivisibilidades ligadas às infra-estruturas podem criar catástrofes (op.cit:152). Que factos explicam os ciclos ao nível regional? Como podem os ciclos modelar a conjuntura nas regiões? A inovação e a rentabilidade do capital são, geralmente, considerados como os principais elementos da evolução. O carácter cíclico virá do facto das inovações de base serem os motores das fases ascendentes do ciclo económico.

Apesar de ainda não se constituir numa teoria definitiva e formalizada, a abordagem dos meios inovadores identifica três paradigmas, particularmente importantes nas transformações económicas actuais: i) *Paradigma tecnológico*: concorrência pela inovação e não pelos custos de produção; ii) *Paradigma organizacional*: organização do sistema produtivo em redes e não

sobre mecanismos de mercado ou hierárquicos; e iii) *Paradigma territorial*: concorrência entre territórios e não entre empresas.

Os três paradigmas são considerados, como três lados indissociáveis da realidade. Isto porque, à medida que novos "*savoir-faire*" (paradigma tecnológico) são facilitados por meio da cooperação (paradigma organizacional) entre os agentes localizados na mesma região (paradigma territorial), o processo de inovação é potencializado. Desse modo, ao servirem como instrumento um para o outro, não existe hierarquia entre os três paradigmas.

Figura 2: Os paradigmas dos meios inovadores



Fonte: Andrade, L., O programa redes de cooperação como modelo para o desenvolvimento regional: da teoria à prática no rio grande do sul in http://tede.pucrs.br/tede_buscaarquivo.phpcodArquivo=918

A inovação pode ter a sua origem na relação de uma empresa com os seus mercados, na fabricação ou nos serviços a ela relacionados. Assim, do encadeamento da mobilização dos diferentes recursos e competências poderá emergir um sucesso económico.

Rolim (2000) afirma que a inovação vai além de novas descobertas de actividades e produtos na fronteira do progresso tecnológico. Ela também refere-se às alterações na fabricação de produtos menos elaborados, nos comportamentos e na própria mudança de hábitos e valores culturais.

Tecnicamente, a inovação é resultado da articulação da empresa com o ambiente, isto é, inclui tanto as suas relações de encadeamento para trás e para frente, como a dinâmica geral do sector, ou o aparecimento de novas técnicas em outros sectores, ou ainda as relações com outros actores regionais ou de fora da região.



O conceito de sistemas de inovação, Rolim (2000) resgata a ideia de processo de aprendizado ao afirmar que as interações entre universidades, institutos de pesquisa, agências de treinamento vocacionais, transferência de tecnologia, bancos, parques tecnológicos, assim como com as empresas em geral, tendem-se a transformar num sistema regional de inovação. Isto porque, o aprendizado é o ponto de partida para a inovação. Dessa forma, a constituição de um sistema de inovação pode envolver subsistemas correlatos como o de aprendizado, o relacionado com a cultura produtiva e o financeiro.

Com relação aos mecanismos de coordenação presentes no interior de um sistema de inovação, Crevoisier (2003) defende que estes articulam aspectos funcionais e territoriais. Os funcionais referem-se às regras locais de concorrência e cooperação enunciando a divisão do trabalho. Em essência, a articulação local dos agentes contribui para a manutenção e reprodução da fronteira entre o meio e o exterior, no sentido de definir tanto os actores que fazem parte do sistema de coordenação local, como aqueles que não fazem. No que se refere aos aspectos territoriais, a capacidade de coordenação também é essencial do ponto de vista da concorrência com outros sistemas de produção.

Todavia, a tomada de decisão dos actores articulados obedece a um conjunto de regras formais ou informais, isto é, obedece a um determinado tipo de governança⁸.

Humphrey e Schmitz (2000), afirmam, desde que o termo governança passou a ser utilizado pela literatura, várias interpretações surgiram, sendo algumas apresentadas no quadro seguinte.

Quadro1: Tipos de Governança

Williamson (1979)	Jessop (1998)	Humphrey e Schmitz (2000)
Mercados	Anarquia	Relações de mercados
Redes	Auto Organização	Redes
		Quase-Hierarquia
Hierarquia	Hierarquia ou Integração Vertical	Hierarquia

Fonte: Andrade, L., O programa redes de cooperação como modelo para o desenvolvimento regional: da teoria à prática no rio grande do sul in http://tede.pucrs.br/de_buscaarquivo.phpcodArquivo=918

Conforme Humphrey e Schmitz (2000), as relações de mercado são aquelas que se limitam a simples negociação de produtos e serviços, ou seja, são relações distantes. As redes são formadas por empresas de mais ou menos igual poder, de modo que se estabelecem relações de cooperação entre elas. As relações de quase-hierarquia acontecem entre empresas onde

⁸Este aspecto dos meios inovadores conduz a outros estudos mais especializados sobre os problemas de coordenação.



uma é claramente subordinada a outra, tal como nos casos de subcontratação, porém com abertura para troca de ideias. No que se refere à hierarquia, essa ocorre quando uma empresa é capaz de coordenar e exigir determinadas condições das empresas subordinadas a ela.

Ainda segundo os autores, uma forma complementar de classificação dos tipos de governança se refere à interacção das relações entre os sectores público e privado no âmbito global e local.

Béjean e Gadreau (1997, apud Campeão e Lambert, 2001), consideram que o termo "rede" pode ser concebido de duas formas. Numa abordagem mais arquitectónica, a rede pode ser considerada como uma estrutura, uma nova forma de organização das actividades económicas que implica a interacção entre diferentes instituições. Essas, por sua vez, podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos com relações de natureza variada. A segunda abordagem, considera a "rede" um conceito económico encarregado de descrever uma nova modalidade de coordenação económica (governança), tal como a coordenação de mercado (ou externa) e hierárquica (ou interna).

Uma rede pode ser definida como o sistema de relações e/ou de contactos que vinculam as empresas e/ou os actores entre si e cujo conteúdo está relacionado a bens materiais, informação ou tecnologia. Na óptica da actividade económica, ela seria constituída pelas relações entre empresas ou entre empresários que tornam possíveis as trocas de bens e serviços ou de informações que incorporam conhecimentos (Malecki e Tootle, 1996 citado por Barquero, 2001, p. 103).

Segundo Verschoore (2003), uma rede de cooperação inter-organizacional corresponde a um *“... grupo de empresas, com objectivos comuns, formalmente relacionadas, com prazo ilimitado de existência, de escopo múltiplo de actuação, na qual cada membro mantém a sua individualidade legal, participa directamente das decisões e divide simetricamente com os demais os benefícios e ganhos alcançados pelos esforços colectivos (p. 28)”*.

Esse modelo refere-se a uma organização associativa e democrática de empresas que possuem o mesmo porte, de modo que a pessoa predomina sobre o capital. Cada uma das empresas associadas mantém sua individualidade e sua autonomia decisória, porém, em conjunto, elas desenvolvem acções no sentido de superar fragilidades inerentes às empresas envolvidas.

A análise da componente de variação (Shift-Share) decompõe o crescimento de uma dada variável, medida a nível regional, em factores distintos que possam influenciar o seu comportamento, tendo sido pela primeira vez aplicada por Dunn (1960). A ideia chave desta análise, é que as diferenças de crescimento entre as regiões podem ser atribuídas à



composição produtiva de cada região devido à maior ou menor preponderância dos sectores de actividade e/ou características locais.

A maioria dos modelos de análise de componentes de variação, expressam a evolução da sua variável através de 3 componentes. A primeira, *componente nacional*, trata do crescimento que uma região teria se tivesse a mesma variação observada a nível do país. A segunda, *componente estrutural*, é positiva se na região onde os sectores têm um maior crescimento, em termos de país, tiveram um peso superior ao do nível do país. Por fim, a terceira, *componente regional, concorrencial ou diferencial*, mede o desvio do crescimento regional relativamente aquilo que era esperado, caso cada sector a nível regional tivesse observado a mesma taxa de crescimento sectorial nacional.

Esta análise tem três finalidades, que são: previsão, planeamento estratégico regional e avaliação de políticas regionais. A aplicação da análise das componentes de variação com fins de planeamento estratégico envolve a consideração das componentes identificadas, de forma a identificar as ameaças, as oportunidades, os pontos fortes e fracos de uma dada região.

1.3) A Competitividade Territorial no Contexto da Globalização

A competitividade constitui cada vez mais, apesar da relativa ambiguidade e imprecisão do conceito, quer em termos teóricos, quer operacionais, um referencial prioritário para o desenvolvimento das estratégias concorrenciais de crescimento, ao nível das empresas e dos países/regiões alicerçadas em políticas públicas de promoção do desenvolvimento económico, independentemente do seu espaço de legitimidade e/ou inserção territorial (nacional, supranacional, regional ou local) ou do seu nível de referência (economias avançadas, emergentes ou menos desenvolvidos).

Uma das dificuldades na utilização da noção de competitividade reside, no tratamento da passagem do referencial da concorrência entre empresas para o referencial da competição entre países/regiões em matéria de localização do investimento internacional, de tradução da especialização comercial em quotas de mercado e de avaliação dos respectivos resultados na sustentação dos níveis de vida da população.

A visão construída pelo Secretariado da OCDE, em 1995, a partir do referencial do “mundo industrializado”, nomeadamente no quadro do projecto "*Framework Conditions for Industrial Competitiveness*", conduziu, pelo seu lado, a um entendimento da competitividade como “*a capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões, as nações e as regiões supranacionais têm de gerar, de forma sustentada, quando expostas à concorrência internacional, níveis de rendimento dos factores e níveis de emprego relativamente elevado*”.



Os cinco factores chave da competitividade propostos pela OCDE relacionam-se com recursos naturais, o custo do trabalho, o nível e dimensão da produção e o conhecimento.

Quadro 2: Factores de Competitividade

Sectores/Grupos (característica central)	Factor Chave de competitividade	Indústrias
Forte intensidade dos Recursos Naturais	Acesso a recursos naturais	Produtos alimentares, bebidas, tabaco, couro, madeira, papel, refinação de petróleo, cimento e argila
Forte conteúdo em Trabalho directo	Custo do Factor trabalho	Têxteis, vestuário, calçado, mobiliário, metais não ferrosos, obras de metal
Fortes Economias de Escala	Extensão da serie de produção	Impressão, produtos químicos industriais, borracha/plástico, cerâmica/vidro, siderurgia, material ferroviário, construção naval, automóveis e outros transportes
Afirmação da Diferenciação de Produto	Adaptação dos Produtos e características diversificadas da procura	Maquinas não eléctricas com excepção de equipamento informático, maquinas eléctricas excluindo material de telecomunicações e semicondutores
Intensidade do esforço de I&D	Aplicação rápida do progresso científico	Produtos farmacêuticos, informática, material de telecomunicações e semicondutores, construção aeronáutica, instrumentos científicos e outros produtos químicos

Fonte: Proposta de Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013, 16 de Janeiro de 2007

As actividades em que Portugal revela maiores vantagens comparativas inscrevem-se nos denominados sectores tradicionais (têxteis/vestuário, couro/calçado, obras de madeira, bebidas e cerâmica), assumindo como factor-chave de competitividade o custo do trabalho ou a disponibilidade de recursos naturais.

Nos últimos 6 anos e no período de implementação do III QCA vêm indiciando algumas modificações, traduzidas numa tendência para o reforço do peso dos sectores associados à exploração de economias de escala e à valorização dos recursos naturais e uma diminuição do peso dos sectores cuja competitividade assenta nos baixos custos de trabalho. Os sectores mais centrados na diferenciação do produto e na I&D mantêm uma presença reduzida no perfil de especialização, com ligeira descida no peso dos sectores de baixa intensidade tecnológica.

“As exportações portuguesas têm vindo a crescer a um ritmo inferior ao crescimento da procura externa, traduzindo-se em perdas consecutivas de quota de mercado, com contracção das margens de lucro dos exportadores. Esta realidade reforça a necessidade de uma dupla intervenção que alie a valorização de alguns sectores estratégicos nacionais e que têm vindo a perder quota de mercado (p.e. têxtil/vestuário), com uma intervenção ao nível da alteração do perfil de especialização tecnológica. De facto, as exportações por intensidade tecnológica continuam a ainda a evidenciar um forte peso dos produtos de média e baixa



intensidade tecnológica”. (Proposta de Programa Operacional Temático Factores de Competitividade 2007-2013, 16 de Janeiro de 2007)

A visão da Comissão Europeia⁹ vai no mesmo sentido, nomeadamente no que refere ao conceito de competitividade: “*A competitividade – capacidade de uma economia em prover, numa base sustentável, á sua população com elevados e crescentes níveis de vida e com elevadas taxas de emprego – está no coração dos objectivos ambiciosos estabelecidos para a União Europeia pela reunião do Conselho Europeu em Lisboa na Primavera de 2002*” (Mateus, 2003).

A competitividade, envolve o estabelecimento de laços de cooperação e colaboração entre agentes e territórios, pelo que a continuidade das políticas de infra-estruturação e de melhoria da oferta de equipamentos em áreas menos favorecidas deverá ser assegurada, bem como as intervenções para o desenvolvimento rural podem com vantagem contribuir para a resolução de alguns problemas de determinados espaços mais periféricos, como tem, de modo geral, vindo a ser assegurado pelas intervenções operacionais nos diferentes períodos de programação.

Um território torna-se competitivo sempre que possa fazer face à concorrência de um mercado, assegurando ao mesmo tempo uma durabilidade ambiental, económica, social e cultural baseada em lógicas de rede e de articulação interterritorial. Por outras palavras, a competitividade territorial pressupõe:

- i)** Ter em conta os recursos do território na procura de uma coerência de conjunto;
- ii)** A implicação dos actores e das instituições;
- iii)** A integração dos sectores de actividade numa lógica de inovação;
- iv)** A cooperação com os outros territórios e a articulação com as políticas regionais, nacionais, europeias e o contexto global.

Num mundo cada vez mais global, o território é competitivo quando valoriza as oportunidades que se lhe deparam sejam estas decorrentes dos atributos endógenos, do enquadramento exógeno ou ainda da interacção destas duas dimensões. A competitividade de um território/região surge de vários factores sendo eles as condições de inserção territorial da economia local; capacidade de oferecer espaços diferenciados para funções, também elas, diferenciadas; dinâmica do tecido produtivo local; o padrão local de vantagens comparativas; e condições propicias ao desenvolvimento. Os factores de competitividade regional são:

⁹ Comissão Europeia, “Industrial Policy in an Enlarged Europe”, COM (2002) 714 final.

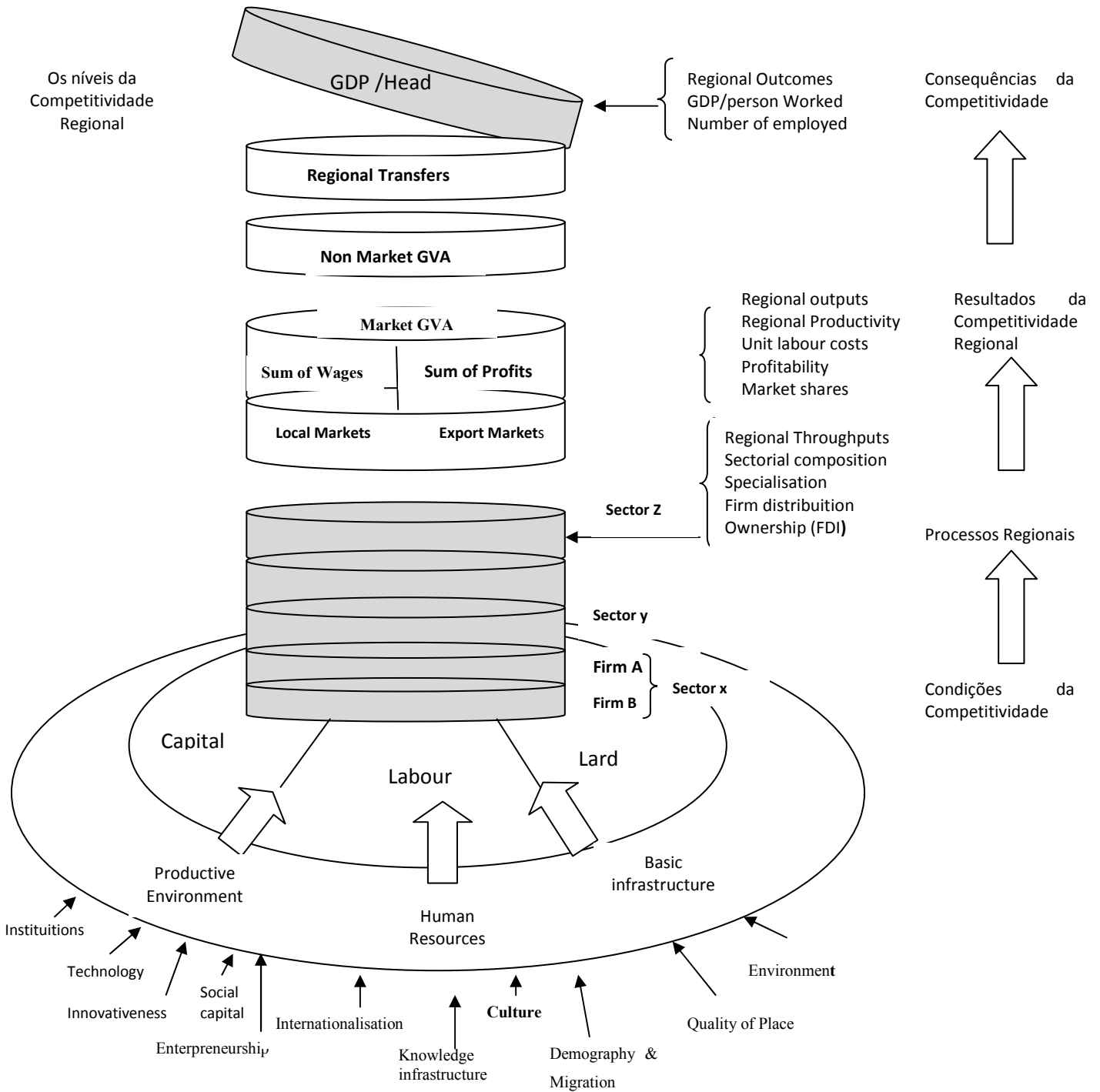


- Dotações de infra-estruturas urbanas e acessibilidades, habitação e recursos humanos a custos competitivos;
- Qualificações, divisão do trabalho entre empresas, mobilidade do trabalho, presença de fornecedores e dimensão do mercado;
- Internacionalização das actividades, recursos humanos altamente qualificados (talentos), I&D, patentes, forte empreendedorismo.

Resumindo, para obtermos bons níveis de competitividade regional, é necessário superar algumas fases desde as condições da competitividade, os progressos regionais, resultados da competitividade regional e as consequências que advêm da competitividade. Se uma região/país conseguir ultrapassar todos níveis de competitividade, conseguirá fazer da sua região uma área competitiva.



Figura 3: Os níveis de competitividade Regional



Fonte: Cambridge Econometrics 2003 in 3º congresso empresarial da região de Viseu, 13 de Novembro de 2008, Natalino Martins Subdirector do DPP e Relações internacionais/MAOTDR

A elaboração do projecto de território é, por conseguinte, um processo que visa atribuir aos actores locais e às instituições uma capacidade quádrupla: capacidade para valorizar o seu



ambiente; agir em conjunto; criar elos de ligação entre sectores tentando reter localmente o máximo de valor acrescentado e iniciar relações com outros territórios e o resto do mundo.

Quando falamos de competitividade pretendemos referir-nos à capacidade manifestada por unidades económicas complexas (sectores económicos, territórios, países) para aumentarem de forma sustentada os seus níveis de vida e a sua presença nos mercados globais: a análise da competitividade remete-nos, sobretudo, para as actividades que produzem bens transaccionáveis internacionalmente, ainda que essa competitividade geralmente também exija e potencie (numa lógica interactiva ou de casualidade circular) incrementos na provisão e melhorias na eficiência dos bens e serviços não transaccionáveis.

Não ignorando a dimensão da coesão territorial, a mudança nas políticas para a competitividade territorial deve estar fortemente alicerçada nos sistemas territoriais de inovação. Os problemas de sistema de inovação em Portugal residem principalmente nas fragilidades de conexão entre o sistema de ciência e tecnologia e o tecido empresarial, para o qual tem concorrido uma articulação deficiente entre políticas de ciência, tecnologia, emprego, economia, e formação profissional. É necessário criar as condições de melhor integração entre investimento e educação, formação e mudança organizacional nas empresas, instituições e administração central e local para o reforço pleno de apoio aos factores dinâmicos de competitividade e para a robustez das políticas de desenvolvimento tecnológico numa lógica de territorialização.

A instalação da “competitividade” como referencial das políticas públicas e das práticas empresariais é, no entanto, indissociável da aceleração do processo de aprofundamento da integração económica mundial, conhecido através de outra palavra mágica, a “globalização”.

A articulação entre a “competitividade” e a “globalização” é, assim, decisiva para identificar, no conjunto das contradições, insuficiências, ambiguidades e imprecisões envolvidas nas suas múltiplas e diferenciadas utilizações, suficientes elementos de estabilidade e permanência na noção de competitividade. Com efeito importa salientar:

1. A “competitividade” ganha força e relevância com a generalização dos processos concorrenciais à escala mundial, isto é, a “competitividade” é um resultado construído no quadro do funcionamento de factores de “concorrência”. A abordagem da competitividade conduz, assim, à concepção da concorrência como competição num contexto de médio/longo prazo e não meramente pontual ou de curto prazo.

2. “A competitividade”, na era da “globalização”, isto é, depois das transformações suscitadas, em especial nos anos 90 do século XX, por processos de desregulamentação, liberalização e privatização, de proporções relativamente amplas, a expressão de fenómenos



concorrenciais, não só entre empresas, como, também, entre territórios, sejam eles países, regiões infra-nacionais ou blocos regionais supranacionais. A “competitividade” envolve, também, um elemento dinâmico de comparação (“*benchmarking*”) entre as *performances* de empresas, regiões ou nações que passam a disputar, de forma crescentemente concorrencial, recursos e fluxos com valor económico.

A competitividade de uma região, mede-se pelo, enraizamento de actividades que, de forma sustentada, sejam capazes de colocar no exterior da região bens e serviços competitivos; pela capacidade de fixar e atrair novos residentes, com destaque para residentes com qualificações e exigências; e pela capacidade de atrair visitantes graças a uma oferta distinta de amenidades/património/eventos.

Os contributos teóricos e práticos que, embora muito diversificados e inspirados por abordagens nem sempre convergentes, foram, sucessivamente, identificando factores de competitividade. O desempenho competitivo de uma empresa, indústria ou nação é condicionado por um vasto conjunto de factores. Segundo Coutinho & Ferraz (2002) existem três importantes factores que determinam a competitividade. Sendo eles:

Os factores internos, aqueles que determinam directamente a acção da empresa e definem seu potencial para permanecer e concorrer no mercado. Estão efectivamente sob o controle da empresa e dizem respeito a sua capacidade de gerir o negócio, á inovação, os processos, a informação, as pessoas e o relacionamento com o cliente.

Os factores estruturais são aqueles que, mesmo não sendo inteiramente controlados pela empresa, estão parcialmente sob a área de influência e caracterizam directamente o ambiente competitivo. Dizem respeito ao mercado, ou seja, à formação e estruturação da oferta e demanda, bem como às suas formas reguladoras específicas. São factores externos à empresa, relacionados especificamente ao mercado em que actua, nos quais ela pode apenas interferir.

Os factores sistémicos¹⁰, estão relacionados ao ambiente macroeconómico, político, social, legal, internacional e à infra-estrutura, sobre o qual a empresa pode apenas exercer influência.

Para Coutinho & Ferraz (2002) as considerações expostas indicam que, para avaliar a “capacidade de formular e implementar estratégias”, é fundamental verificar em que se baseia essa capacidade. Identificar os factores relevantes para o sucesso competitivo, verificar a sua importância sectorial no presente e o que se pode esperar no futuro próximo e avaliar o

¹⁰ Compõem os factores sistémicos, p.e.; a tendência do crescimento do PIB português e mundial; a taxa de câmbio prevista; as tendências de mudanças da taxa de juros; o nível de emprego e seu impacto nas pressões salariais e no aumento do consumo; os direccionamento económicos, sociais e políticos de Portugal e dos países com quem temos parcerias comerciais.



potencial de outras empresas do país são factores importantes. Alcança-se, assim, uma abordagem dinâmica do desempenho competitivo da empresa, integrada ao exame de seus factores determinantes.

A competitividade visa assim a eficiência e a qualidade das instituições, empresas e territórios, leia-se regiões, permitindo a redução dos custos entre as quais os de contexto, incluindo os da administração, da justiça, no caso de Portugal.

Assim, como a provisão de estímulos à inovação, ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização empresarial, incentivos ao investimento directo estrangeiro qualificante, apoio à investigação e desenvolvimento e promoção da sociedade da informação e do conhecimento.



2.) O Desenvolvimento Regional em Portugal

2.1) Instrumentos de Planeamento do Desenvolvimento

2.1.1) O Planeamento na década de 60/70

Os Planos de Fomento foram instrumentos pioneiros de definição da estratégia de desenvolvimento do país.

No *I Plano de Fomento* (1953-1958), o desenvolvimento regional era uma preocupação, sendo o desenvolvimento como que “a-espacial” ao referir como objectivo, “*a elevação do nível de vida das populações e o assegurar e melhorar as condições de emprego*” (Oliveira, 2002:51). O Plano, aprovado pela Lei nº 20589, de 29 de Dezembro de 1952, continuou e aprofundou a orientação e os objectivos da Lei nº 1914, de 24 de Maio de 1935, a chamada Lei de Reconstituição Económica¹¹.

O I Plano distingue-se da Lei de Reconstituição Económica pelo prazo da sua vigência, 6 anos, e pelo objectivo de “*activar a resolução do fundo do problema Português*” que segundo o parecer da então câmara corporativa, consistia em quatro elementos: baixo nível de rendimento individual médio (o mais baixo de 10 países da Europa Ocidental); rendimento médio desfavorável por trabalhador; a natureza avara, que não nos deu nem solo fértil nem subsolo rico; e desenvolvimento demográfico acentuado, sobretudo nos últimos 30 anos.

Quanto à sua natureza o Plano caracterizava-se como sendo; um plano parcial, que abrangia todos os investimentos e jogava com todos os consumos, tanto públicos como particulares; um plano misto, que abrangia a iniciativa do Estado e a privada; um plano imperativo no tocante aos investimentos exclusivamente públicos, e um simples plano programático no que respeita aos investimentos da iniciativa particular.

Os investimentos previstos no Plano abrangiam os seguintes sectores: Desenvolvimento do sector da agricultura; Produção, transporte e distribuição de energia; Indústrias base; Transportes e os meios de comunicação; Escolas técnicas; e os empreendimentos da mesma natureza do ultramar, leia-se colónias.

¹¹ A Lei da Reconstituição Económica, vigorou durante 15 anos, (1935- 1950), foi a primeira tentativa para sistematizar um plano de investimentos, não podia classificar-se, no entanto, como um Plano de Fomento, porque, por um lado, não subordinava os projectos de investimento a uma programação anual dos financiamentos a realizar e por outro limitava-se a uma mera enumeração exemplificativa dos planos a elaborar; configurava, nessa medida a “ausência, pois, de um plano geral, com realizações objectivas, escalões previstos e limites fixos de dispêndio”. Mais limitadamente, procurou disciplinar os programas administrativos e financeiros. Planeamento Económico em Portugal; 1953/1974



O II Plano de Fomento (1959-1964) já estabelecia objectivos de desenvolvimento regional visando a correcção das assimetrias regionais. Segundo uma exposição do Ministro da Presidência, “ a elaboração do Plano tem de assentar no estudo das necessidades e das possibilidades da economia portuguesa, sem distinção dos sectores público e privado. Mas o plano, em si, era um simples instrumento da orientação da política económica do Estado, o que quer dizer que só caberão nele, normas relativas ao sector privado na medida em que o Estado tenha de intervir com medidas de condicionamento, com protecção fiscal, com participação de capitais, com a concessão de crédito ou por qualquer outra forma de estímulo, orientação, auxílio e disciplina, daqui resulta a estrutura que se prevê para o novo plano.”

No entanto, o programa de investimentos públicos não abrangia todos os investimentos do Estado, no Plano apenas deviam ser inscritos os que cumulativamente tinham por objecto directo o desenvolvimento económico do país; envolverem um esforço a realizar com continuidade dentro de um período limitado, mas superior a um ano; e eram susceptíveis de previsão e sistematização numa disciplina plurianual.

Em matéria de objectivos o II Plano, fixou quatro, nomeadamente:

- i) A aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional;
- ii) Melhoria do nível de vida geral da população;
- iii) Ajuda à resolução dos problemas do emprego,
- iv) Melhoria da balança metropolitana de pagamentos.

A 3 de Dezembro de 1962, o Conselho de Ministros para Assuntos Económicos (CMAE) decidiu considerar inoportuna a revisão do II Plano e ordenou aos serviços de planeamento a preparação de um “Plano de Transição”, entre o II e o III Plano.

Com o “Plano de Transição” designado como Plano Intercalar de Fomento (PIF), pretendeu-se inaugurar uma nova concepção de planeamento económico em Portugal, garantindo a expressão de uma política económica realista que traduzisse a firme determinação de assegurar a necessária coordenação entre as exigências da defesa e os objectivos do fomento económico. O PIF caracterizava-se como sendo um programa de desenvolvimento extensivo à economia de todo o espaço nacional visando contribuir para a formação de um espaço económico Português mediante a progressiva unificação dos mercados nacionais e a aceleração do ritmo de crescimento económico de cada um dos territórios (continente, ilhas e províncias ultramarinas¹²). A outra característica reside na sua

¹² Ex-colónias



natureza mista: imperativo para o sector público e meramente indicativo para o sector privado. O Plano pretendia também “ser activo” na medida que nele se indicavam medidas de política económica que o Governo tencionava por em prática nos diversos sectores da actividade económica nacional.

O objectivo principal do PIF, considerado como fase de um planeamento a longo prazo, era a aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, acompanhada de uma repartição mais equilibrada dos rendimentos formados. Em conformidade com o objectivo principal do plano e as condições¹³ a que a sua realização se sujeitou, os investimentos previstos no Plano foram seleccionados de acordo com os seguintes critérios de preferência: i) empreendimentos de mais acentuada e imediata produtividade; ii) actividades de produção de bens e serviços susceptíveis de satisfazer a procura nos mercados externos ou de substituir a importação de outros bens e serviços originários do estrangeiro e iii) infra-estruturas que mais directamente contribuam para o alargamento e melhoria do potencial produtivo.

Na linha de continuidade de programação do I e II Plano, o *III Plano de Fomento* (1968-1973) voltou a ter um prazo hexenal, para tanto contribui a experiência de execução do PIF e a evolução favorável da conjuntura financeira “que permitiu dissipar as incertezas iniciais acerca da compatibilização entre exigências do esforço de defesa e as necessidades do desenvolvimento económico”.

É apenas no III Plano, 15 anos depois do lançamento do I Plano, que o planeamento regional aparece destacado das restantes políticas. O plano “*referia expressamente a necessidade de se definir um esquema geral do ordenamento do território, com vista a proporcionar a melhor repartição dos factores produtivos em função dos recursos efectivamente utilizáveis*” (STPC 1973:77).

O III Plano foi concebido como “instrumento de programação global do desenvolvimento económico e do progresso social do país, tendo em vista a formação de uma economia nacional no espaço Português e a realização dos fins superiores da comunidade”. Mas por outro lado, não era um simples instrumento programático da política económica do Estado; na verdade, à semelhança dos planos anteriores, tratava-se de um plano imperativo no tocante aos objectivos e empreendimentos, directa ou indirectamente dependentes do Estado e meramente indicativo para os investimentos privados, não implicando, para os respectivos

¹³ As condições que sujeitavam a realização do objectivo fundamental do PIF encontravam-se estabelecidas na Base III da Lei nº 2123, de 14 de Dezembro de 1964, que aprovou a organização e execução do PIF, e são: a coordenação com o esforço de defesa da integridade nacional; a manutenção da estabilidade financeira interna e da solvabilidade externa da moeda nacional e o equilíbrio do mercado de trabalho.



projectos inscritos no Plano, que as empresas a quem coubesse a responsabilidade da sua execução ficassem vinculadas ao seu cumprimento.

Os grandes objectivos do Plano, fixado na Base III da citada lei nº 2133, eram os seguintes:

- i)** Aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional, isto é, intensificação do crescimento e do produto nacional, objectivo este que subordinava e condicionava os restantes;
- ii)** A repartição mais equitativa dos rendimentos, este objectivo corresponde aos princípios informadores da ordem jurídica nacional e às “finalidades eminentemente humanas e sociais do Plano”;
- iii)** O último pretendia a correcção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, incluía-se “na política de crescimento harmónico da sociedade portuguesa”, que representa o pressuposto essencial do próprio planeamento.

Para a realização destes objectivos do III Plano, o Governo tinha que garantir algumas coordenadas essenciais: a coordenação com o esforço de defesa da integridade do território nacional; a manutenção da estabilidade financeira interna e da solvabilidade externa da moeda; o equilíbrio do mercado de emprego; e a adaptação gradual da economia portuguesa aos condicionalismos decorrentes da sua integração em espaços económicos mais vastos.

O *IV Plano de Fomento* (1974-1979), mantinha a mesma filosofia e objectivos do plano anterior, apesar de agora estabelecer uma ligação entre os objectivos, *correcção dos desequilíbrios regionais e ordenamento do território*. O IV Plano foi concebido para vigorar 6 anos, o que permitia “equacionar problemas de natureza estrutural que deverão ser resolvidos mediante programas de médio prazo e enquadrar os ritmos de desenvolvimento, em termos macroeconómicos, dentro de uma perspectiva suficientemente larga para ultrapassar e compensar os fenómenos conjunturais.

A estrutura do plano, que se pretendia que traduzisse de uma “forma lógica e ordenada os resultados do conjunto de análises em que vai basear-se a ordenação de prioridades e a fixação dos meios para os atingir” previa duas divisões: a estratégia do desenvolvimento, onde se desenvolveu a apresentação dos grandes objectivos e dos programas com a indicação das entidades responsáveis pela sua execução e do sistema de controlo dos resultados, e a programação do desenvolvimento onde se inscreveram os programas sectoriais e regionais para o primeiro triénio.

A execução deste acabaria, contudo, por ser interrompida pela Revolução de 25 de Abril de 1974, reduzindo-se a sua aplicação a 4 meses. O processo de preparação do IV Plano, iniciou-se em 1971 de acordo com o documento de trabalho do Secretariado Técnico.



2.1.2) O Planeamento no período pós 25 de Abril e de pré-adesão da CEE/UE

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, o prolongamento da crise económica, a crise energética mundial e as profundas mutações na política e sociedade portuguesa, levaram ao abandono dos Planos de Fomento e à conseqüente procura de soluções que valorizassem o quadro de vida das populações, revolucionando os objectivos, meios e instrumentos de planeamento.

A necessidade de descentralização e o reforço do poder local, expressos na Constituição Portuguesa de 1976, alargaram as competências e a capacidade das autarquias locais, conferindo-lhes um maior protagonismo no desenvolvimento socioeconómico e na transformação do território, exigindo modificações significativas das acções de planeamento, gestão e controlo municipais.

As carências financeiras, deficiências em meios humanos e técnicos, insuficiente informação e comunicação, inexistência de hábitos de planeamento, constituíram os principais obstáculos à tarefa do planeamento e desenvolvimento local.

Com a descentralização apela-se à solidariedade territorial e fomenta-se o comunitarismo a nível local. Na prática, a política regional vai adaptar-se em dois sentidos:

- Continuando com as medidas tradicionais de política regional, orientando-a para outras áreas e concentrando-a em certos sectores e em problemas específicos;
- Conferindo maior atenção à capacidade das regiões para assumirem o seu desenvolvimento.

Todas as regiões são chamadas a participar no desenvolvimento nacional, usando as suas capacidades endógenas, o que implica o reforço do regionalismo vs centralização do aparelho regional.

É apenas em 1975, após a Revolução e a criação da primeira Secretaria de Estado do Ambiente, que a legislação começa a abordar o Território de uma forma mais abrangente. Na sequência da institucionalização do poder Local procedeu-se à elaboração de Leis que estabeleceram o Quadro Legislativo e os Instrumentos de Ordenamento do Território, bem como à constituição de Comissões de Coordenação das Regiões¹⁴ (CCR).

Competia aos Municípios a promoção do desenvolvimento económico e social, para esse efeito, recebem por disposição legal, verbas (receitas municipais) contempladas no Orçamento Geral do Estado. A Lei das Finanças Locais (Lei nº1/79 de 2 de Janeiro) aboliu, o regime arbitrário das comparticipações e subsídios da Administração Central.

¹⁴ Hoje denominada Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)



O planeamento territorial é assim, uma das funções essenciais do Estado, definidas na Constituição (art.º 9º, al. e) e art.º 66º/2/b). O Estado tem interesses específicos que prossegue ou a cautela, regionais ou nacionais, pelo que é prevista sempre a sua intervenção técnica no processo urbanístico municipal.

A partir de 1980 o processo de planeamento é marcado tanto por atitudes de passividade como de algum intervencionismo. Inicia-se o processo de elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM), extensivo a todo o país, e de diversos Planos de Urbanização e de Pormenor. A Administração Central elabora diversos planos (p.e. Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)¹⁵; empenhando-se na resolução do problema das “áreas de génese ilegal”, conduzindo processos de legalização e infra-estruturação. Para o problema das “áreas de génese ilegal”, o Estado criou em 1993 três novos programas para as áreas metropolitanas, com vista à erradicação dos bairros, de barracas e outros alojamentos degradados, o Programa Especial de Realojamento (PER), o Programa de Construções de Habitações Económicas (PCHE) e o PER - Famílias, para além do Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) e do Programa de Reabilitação de Imóveis Degradados (PRID) e Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA) que já existiam

“Os anos 80 trouxeram à sociedade portuguesa transformações muito importantes nos planos económico, tecnológico, social e político, o mesmo acontecendo na sua inserção geoeconómica. Estas transformações reflectiram-se fortemente na organização do território” (Alves, 2001:107).

Um segundo momento, de grande importância para a vida política portuguesa deu-se com a adesão, em 1986, de Portugal à ex Comunidade Económica Europeia (CEE), actual União Europeia (UE), o país recebeu um forte contributo financeiro que impulsionou, de alguma forma, o seu desenvolvimento. Neste contexto, as políticas urbanas até meados dos anos 90 caracterizaram-se pela consolidação de um Sistema de Planeamento, com ênfase especial para os Instrumentos de Gestão Territorial.

¹⁵ Ainda hoje actualizado



2.1.3) O Planeamento no período pós-adesão (1986-2006)

De 1986-1989 Portugal a título provisório, recebeu Fundos Estruturais para Desenvolvimento. A partir de 1989 os fundos são enquadrados pelos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) que se constituíram como instrumentos importantes e eficazes para o processo de desenvolvimento regional nacional (Rosado, 1997).

Em relação aos instrumentos de planeamento exigidos pelas instâncias comunitárias, para aceder aos fundos comunitários, o sistema de planeamento deve desenvolver os mecanismos internos e autónomos de funcionamento e não pode estar dependente de alterações conjunturais, que possam ocorrer a nível das instituições e dos regulamentos dos fundos, sem esquecer, como é evidente, as relações de interdependência.

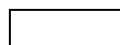
A melhoria do sistema de planeamento passa pelo reforço da integração e da articulação entre os diferentes sistemas de planeamento, lubrificando as “correias de transmissão” entre eles, e reforçando o seu papel no contexto da decisão. A melhoria da performance do sistema de planeamento passa por estreitar as relações entre os diferentes subsistemas (territorial, económico e social) através da fixação de “espaços comuns de planeamento” entre eles.

Quadro 3: Relações de interdependência entre instrumentos de planeamento

Instrumentos de Planeamento do Território	Instrumentos de Planeamento Económico e Social					
	PDES-MP	PSECT	PREG	PRSCET	PA	OE/PIDDAC
PNPOT						
PEOT						
PSECT						
PROT						
PIMOT						
PRACT						

Legenda:

Ausência /Muito Fracas



Médias



Fracas



Fortes



Fonte: Alves, R. M. (2003), Planeamento do ordenamento e Planeamento do Desenvolvimento. Contributos para melhorar a articulação., de Rui Manuel Amaro Alves in Nova economia e Desenvolvimento regional. Acta do IX Encontro nacional da APDR, vol.2, Colecção APDR, Coimbra, p.1539

Para o sistema de planeamento ser entendido como uma “mais-valia” e não apenas como uma extensão do planeamento do desenvolvimento é necessário respeita alguns aspectos:

- i) Identificar todos os instrumentos de ambos os lados;
- ii) Elaboração obrigatória de alguns instrumentos nos dois sistemas, sobretudo aqueles que interagem com a definição da estratégia territorial a médio/longo prazo (PDES-MP, PREG, PNPOT e PROT) e melhorar a articulação entre os planos territoriais e os instrumentos do



planeamento económico e social que interferem com a afectação dos recursos a nível nacional e regional, isto é a programação económica (PA e OE/PIDDAC);

iii) Estabelecer mecanismos de retroacção.

O 1º *Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993)* procurou diminuir as disparidades existentes entre as regiões quer a nível comunitário quer a nível interno dos Estados-Membros (EM). A política de investimento público nacional para as regiões é enquadrada pela política da Coesão Económica e Social das regiões da Comunidade Europeia (CE).

O IQCA desenvolveu-se através de 4 objectivos: Objectivo nº 1, Objectivo nº 3, Objectivo nº 4 e Objectivo nº 5ª. O Objectivo nº 1 compreende 6 eixos (eixo 1-Infra estrutura económica, eixo 2-Investimento produtivo, eixo 3- Recursos humanos, eixo 4- Desenvolvimento Agrícola, eixo 5- Reconversão industrial e eixo 6- Desenvolvimento das regiões). O Objectivo nº 3 e o nº 4, suportam 5 Programa Operacionais (PO) cada um. Por fim, o último objectivo destina-se ao sector das Agro Industria. (quadro 4)

A aplicação I QCA foi essencialmente, financiado, por despesas públicas (comunitárias e nacionais) divididas por um conjunto de objectivos entre os quais se destaca o objectivo 1 “*Promover o Desenvolvimento e o Ajustamento Estrutural das Regiões Menos Desenvolvidas*” e o respectivo eixo 2 “*Apoio ao Investimento Produtivo e às Infra-estruturas Directamente Ligadas a este Investimento*”.

O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), instrumento de negociação do QCA, definiu a estratégia e os instrumentos da política de desenvolvimento regional, seguindo de perto as orientações da política comunitária, traduzindo-se num conjunto de PO Regionais.

O 2º *Quadro Comunitário de Apoio* foi assinado a 28 de Fevereiro de 1994, vigorando de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1999. Tratou-se de um contrato de parceria entre o Governo português e a Comissão Europeia, que visou levar a cabo no terreno uma diversidade de programas por sector e por região, designados intervenções operacionais. Foram desenvolvidos 17 PO agrupados em 4 Eixos Prioritários (eixo 1-Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego; eixo 2 - Reforçar os Factores de Competitividade da Economia; eixo 3 - Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social; eixo 4- Fortalecer a Base Económica Regional), onde se integraram 14 Programas de Iniciativa Comunitária, que traduziram objectivos estratégicos da política de desenvolvimento do país. Cada PO era, por sua vez, constituído por duas ou mais intervenções operacionais, de acordo com os objectivos mais específicos para que estava vocacionado. (Quadro 5)



A estratégia definida no II QCA decorreu de opções estratégicas, assentado nos dois grandes objectivos presentes no I QCA; i) Convergência real entre as economias portuguesa e comunitária; e ii) Promoção da coesão económica e social no plano interno.

Estes objectivos foram prosseguidos através de quatro prioridades, correspondentes às grandes linhas definidas para o desenvolvimento do país, ou seja:

- i) Qualificar os recursos humanos e o emprego;
- ii) Reforçar os factores de competitividade;
- iii) Promover a qualidade de vida e a coesão social;
- iv) Fortalecer a base económica regional.

A estratégia definida pelas autoridades nacionais e confirmada pela CE assentou em 3 premissas nomeadamente: i) o desenvolvimento de Portugal deveria passar por três grandes prioridades: *a valorização dos recursos humanos, a modernização do tecido produtivo e o melhoramento das infra-estruturas*; ii) as intervenções nos três domínios, conduziram à redução das disparidades regionais com os consequentes efeitos positivos na coesão social; e iii) as intervenções para a modernização do tecido produtivo e das infra-estruturas contribuiriam para melhorar a qualidade do ambiente e a de vida.

O *3º Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006)*, permite aplicar, em concreto, as propostas da CE acolhidas pelo Conselho Europeu de Berlim, em 1999, e desenvolvidas nos diversos instrumentos legislativos adoptados no seguimento da aprovação da Agenda de 2000. Essas propostas foram marcadas pelo saber adquirido pelas instituições comunitárias e nacionais desde 1989, data da primeira reforma dos Fundos e Instrumentos Estruturais, que deu origem a uma filosofia de intervenção assente nos princípios de subsidiariedade e da programação, bem como determinadas pelos dois principais problemas estruturais da UE, isto é, a existência de diferenças importantes nas condições de vida dos vários países/regiões europeias e a dimensão do desemprego na maioria dos EM, pretendiam ainda responder aos importantes desafios do futuro imediato, entre os quais se salientam o alargamento, pelas suas consequências profundas no desenho institucional da UE, e a globalização que conduz a novos modos de organização e funcionamento da economia mundial.

A fase de programação de investimento que corresponde à concretização do III QCA, tem por base um quadro estratégico de desenvolvimento inicialmente formulado no âmbito dos trabalhos do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e depois concretizado nos PDR 2000/06 e nos diferentes eixos e programas do próprio QCA.

Com o diagnóstico prospectivo aprovado no PNDES, e no âmbito do processo de decisão estratégica, o III QCA delineou as traves mestras das opções de desenvolvimento económico



e social de médio prazo para Portugal: i) afirmar-se como fronteira atlântica da Europa, no que respeita à inserção económica no espaço europeu mundial; ii) privilegiar as actividades, os factores de competitividade e as tecnologias mais dinâmicas e estruturantes da economia global, a médio/longo prazo, no que respeita ao modelo de desenvolvimento económico; iii) adoptar uma estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade, no que respeita à protecção e valorização do património natural; e iv) valorizar a solidariedade e a coesão, no que respeita ao modelo de desenvolvimento social.

Considerando como fio condutor da acção dos Fundos Estruturais o acréscimo de produtividade, o III QCA adoptou três domínios prioritários de intervenção: i) A valorização do potencial humano; ii) O apoio à actividade produtiva; e iii) A estruturação do território.

A operacionalização destes domínios prioritários, concretiza-se através de 4 Eixos Prioritários (eixo 1 - Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social; eixo 2 - Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro; eixo 3 - Afirmar o valor do território e da posição geoeconómica do país; eixo 4 - Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional), que agrupam os 19 PO, definidos por sectores e regiões e que contemplam, de forma inovadora, um funcionamento integrado e complementar entre si. (Quadro 6)

De modo a garantir as condições necessárias ao lançamento e execução do III QCA, assegurando em particular a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação foi definido o PO de Assistência Técnica ao QCA III.

2.1.4) O período de 2007-2013 (QREN)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/13) consagra princípios de organização temática na estruturação dos PO, traduzindo-se numa diminuição significativa do seu número, quando comparado com a estrutura do II QCA: três Programas Temáticos (Factores de Competitividade, Valorização do Território e Potencial Humano) e nove Programas Regionais (PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo, PO Algarve, PO Açores (FEDER e FSE) e PO Madeira (FEDER e FSE) e de Cooperação Territorial que se refere a Transfronteiriça, Transnacional e Inter-regional e por fim o de Assistência Técnica (FEDER e FSE)) (quadro 7 e 8).

Os Programas Temáticos (de aplicação multi-regional) são complementados, seguindo uma lógica de coerência de intervenções, pelos PO Regionais do Continente os quais são



estruturados tematicamente, assegurando-se, assim, a prossecução à escala regional (de acordo com as especificidades, constrangimentos e potencialidades de cada região) das prioridades temáticas relativas aos novos Factores da Competitividade, à Valorização Territorial e à Qualificação das Pessoas.

A nível Operacional o QREN identificou como princípios chave para o exercício de programação: i) Concentração do apoio em actividades que produzam resultados e efeitos económicos, socioculturais e de qualificação territorial; ii) Selectividade nos investimentos e acções de desenvolvimento a financiar, com vista a satisfação de metas de eficiência na produção de resultados completada com a satisfação de objectivos de eficácia na realização física e financeira; iii) Viabilidade económica e sustentabilidade financeira das actuações. Aos quais acrescem, por particularmente relevantes: i) Fomento de parcerias público privadas; e ii) Estimulo de cooperação e funcionamento em rede.

O QREN tem como princípio estruturante, entre outros a coesão e valorização territorial que, potenciando os factores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental, específicos de cada região contribuem para um desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado. Em termos de prioridades, estratégicas e políticas definiram-se as seguintes: i) a promoção da qualificação dos portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento do país e do aumento da sua competitividade; ii) a promoção do crescimento sustentado (aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração, da justiça, da qualificação do emprego, da melhoria da produtividade, da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante); iii) garantir a coesão social (aumento do emprego, do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, melhoria da qualificação escolar e profissional, assegurado a inclusão social); iv) assegurar a qualificação do território e das cidades (assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e ainda melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir as assimetrias regionais de desenvolvimento) e v) aumentar a eficiência da governação (privilegiando, através de intervenções transversais nos diversos PO relevantes, os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação).



2.2) Instrumentos financeiros: dos nacionais aos europeus

2.2.1) Os Fluxos entre a Administração Pública e Segurança Social

No caso de estados unitários, como é o caso de Portugal, apenas se considera a distinção entre Administração Central e Administração Local, que neste caso inclui autarquias locais e também a Administração Regional (nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores). O quadro seguinte clarifica a estrutura das administrações públicas composta por quatro subsectores: a Administração Central que engloba os subsectores do Estado e Fundos e Serviços Autónomos (FSA); a Administração Regional e Administração Local (ARL) que integra os órgãos dos governos regionais, os municípios e as freguesias, assim como os respectivos FSA e finalmente a Segurança Social (SS).

Quadro 9: A estrutura das Administrações Públicas em Portugal

Tipo de Administração	Serviços Integrados	Serviços Autónomos
Administração Central	Estado	Serviços e Fundos Autónomos da AC
Admin. Regional e Local	Administração Regional	Serviços e Fundos Autónomos da Admin. Regional
	Órgãos dos Governos Regionais	
	Administração Local	Serviços Autónomos da Admin. Local
	Distritos, Municípios e Freguesias	
Segurança Social		

Fonte: O Sector Público em Portugal: Âmbito, estrutura e Contas in http://pascal.iseg.utl.pt/~ppreira/finpub/main/Cap11_EFP.pdf

Os FSA, fazendo parte integrante da Administração Central, apresentam já um grau de autonomia mais considerável, pois têm *autonomia administrativa e financeira*. Ter *autonomia administrativa e financeira* pressupõe, em geral, ter personalidade jurídica, o que significa que grande parte destes organismos pode ter, e tem, património próprio assim como a capacidade de o gerir, alienar ou adquirir. Outro aspecto relevante refere-se à existência de tesouraria própria e à capacidade de transição de saldos de um ano orçamental para outro, coisa que é possível e dominante neste tipo de organismos.

Este grau mais elevado de autonomia, prende-se com o facto de alguns FSA terem um grau considerável de receitas próprias advindas de taxas relativas à prestação de serviços (p.e.



propinas universitárias) ou gerirem projectos de investimento co-financiados pelo Orçamento das Comunidades Europeias incluídos no PIDDAC¹⁶.

O subsector da Segurança Social engloba as unidades institucionais que têm como função primordial o fornecimento de prestações sociais (pensões de reforma e invalidez, subsídios de desemprego, rendimento mínimo, entre outras) e que têm como recursos essencialmente as contribuições sociais obrigatórias. Embora não se incluindo na Administração Central por razões que se prendem com uma maior transparência do sistema, o sistema da Segurança Social está estreitamente associado à Administração Central, em particular, ao Estado, pois concretiza, numa perspectiva nacional as políticas públicas redistributivas associadas com prestações sociais. Embora este subsector esteja também desconcentrado e descentralizado, esta forma de organização não tem a ver com políticas sociais diferenciadas regionalmente, mas sobretudo com uma melhoria da eficácia administrativa deste sector.

Para além da Administração Central e Segurança Social há dois níveis de decisão política independente, territorialmente mais limitados, designados por Administração Regional e Local. Assim os órgãos das administrações regionais incluem os governos regionais e as respectivas assembleias regionais, assim como os órgãos das administrações locais incluem ao nível, concelhos executivos (câmaras municipais) e as respectivas assembleias municipais, e ao nível das freguesias as juntas de freguesia.

A autonomia política destes níveis de “administração” significa que estes subsectores detêm independência orçamental, ou seja, que estes orçamentos são elaborados, aprovados executados e fiscalizados (internamente) de forma autónoma por órgãos próprios.

O poder da Administração Central, é meramente um poder de fiscalização de que as leis estão efectivamente a ser aplicadas (poder esse exercido através da Inspeção Geral de Finanças e Inspeção Geral da Administração do Território) e não um poder de determinar, p. e., a composição das receitas ou despesas locais. Da mesma forma a fiscalização externa, exercida pelo Tribunal de Contas, assenta na análise da conformidade legal dos actos administrativos dos dirigentes regionais e locais.

A Administração Regional inclui também FSA na mesma lógica de descentralização administrativa referida anteriormente, e a Administração Local detém apenas serviços autónomos (caso dos serviços municipalizados). Os governos regionais têm extensas

¹⁶ A Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei nº 8/90 de 20 de Fevereiro, art.º 6º) estabelece mesmo que o regime excepcional de autonomia administrativa e financeira deve ser atribuído aos organismos em que tal se justifique para a sua adequada gestão e em que as receitas próprias cubram um mínimo de dois terços da despesa total (com exclusão da parte co-financiada pelos fundos comunitários). Adicionalmente esse regime de excepção seria também atribuído a entidades que gerem investimentos co-financiados pela União Europeia. Vários FSA não cumprem, contudo, nenhum destes requisitos (ver Vital Moreira (coord.) 2001).



competências quer na área social (educação, saúde, habitação), quer na área económica. A Administração Central efectuou, ao longo do período (1977/93), mais de metade da despesa de investimento público, nomeadamente, através do PIDDAC financiado pelo cap.º50 do OE, Fundos Comunitários e receitas próprias de FSA. A Administração Central concentrou os seus investimentos em Construção, nomeadamente, Outras Construções (Construção excluindo Habitação) e, em menor grau, em Bens de Equipamento.

A Administração Local constituiu o segundo subsector institucional com mais despesas de investimento, possuindo como principais fontes de financiamento a transferência de recursos financeiros da Administração Central, nomeadamente, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e outras transferências do OE incluindo fundos comunitários, e as receitas fiscais cobradas directamente a nível local. A Administração Local investiu sobretudo em construção (Outras Construções e Habitação), apresentando um esforço relativo de investimento em material de transporte superior aos outros subsectores.

Em terceiro lugar, surgiu a Administração Regional cujas fontes de financiamento consistiram em transferências do OE (receitas fiscais cobradas no continente, fundos comunitários, transferências do OE a título de custos de insularidade) e receitas fiscais cobradas a nível regional. A Administração Regional investiu sobretudo em Outras Construções e Bens de Equipamento. O subsector da Segurança Social tem um peso diminuto no investimento público (fundamentalmente em construção de edifícios e bens de equipamento) face às suas funções essencialmente de carácter social, direccionada para a cobertura dos riscos sociais e garantia de rendimentos.

Com um peso da despesa total próxima dos 50%, Portugal em 2001 estava entre os países com maior peso do SPA sobre o PIB. E este valor continua a aumentar. De um valor de cerca de 42% em 1991/95 subiu mais de 8% até 2001. É o único país da UE a aumentar o peso do SPA neste período. Em média, a UE diminuiu o peso em 4%.

Como Portugal tem um menor rendimento *pc* também devia ter um menor peso do SPA, devia ter um peso de pelo menos 6 a 8 % abaixo do que efectivamente tem.

É, pois, essencial uma reforma do Estado através da redução do peso, acompanhado de uma verdadeira reforma fiscal¹⁷, que ainda permanece por fazer. A redução do peso do Estado

¹⁷ Hoje emprega-se o termo reforma fiscal sem rigor. Entre nós emprega-se reforma fiscal para designar mudanças de nomes de impostos, ou baixar a taxa de um imposto para subir outra sem nenhuma razão aparente. Quanto a nós, não é possível uma verdadeira reforma fiscal sem uma redução significativa das despesas correntes do Estado e efectivo controle orçamental. Não deixa de ser sintomático que no recente documento da Comissão sobre as projecções do Outono se listem as reduções de impostos que estão em curso em diversos países da UE, e se faz a quantificação do impacto na redução do peso dos impostos no PIB. Para Portugal não se quantifica esse impacto.



deveria ter como eixo fundamental o aumento da eficiência nos sectores da educação e saúde, que são áreas onde estudos de organismos internacionais provaram que existem custos muito elevados e desperdício.

Parte integrante desta reforma é a reforma da Segurança Social, cuja dívida implícita permanece próxima dos 100% do PIB. As alterações legislativas na lei de bases recentemente introduzidas só tiveram um impacto importante, que tem passado despercebido à maioria dos cidadãos. A passagem do cálculo da reforma dos últimos 15 para a totalidade da vida contributiva do trabalhador implica uma redução de cerca de 20% na sua pensão de reforma, mesmo supondo que os salários pagos ao trabalhador são actualizados para a data em que se reforma. Esta simples medida reduz substancialmente a pensão dos trabalhadores com menores níveis salariais.

A reforma do sistema da Segurança Social deve visar, por um lado, melhorar o sistema de protecção social pela cobertura de insuficiências em alguns domínios e a correcção de iniquidades e deficiências de gestão, e por outro lado, assegurar o equilíbrio e a sustentabilidade financeira do sistema, ao longo do tempo. Ambos os aspectos são importantes, situando-se o primeiro mais no domínio da política social e o segundo mais no âmbito da política económica, razão por que é apenas deste que aqui se trata, circunscrevendo-se a análise à reforma do financiamento da SS, especialmente das pensões de reforma.

O actual sistema da Segurança Social relativo às pensões de reforma baseia-se em contribuições obrigatórias das entidades patronais e dos trabalhadores que são distribuídas pelos pensionistas, no mesmo período em que são recebidas (sistema de repartição). Trata-se, portanto, de um contrato intergeracional em que a geração activa actual paga as pensões da geração inactiva reformada, na expectativa de que as reformas sejam pagas pela geração inactiva jovem que lhe sucede.

2.2.2) O Investimento Público e Privado vs Fundos Estruturais

Os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão são os instrumentos financeiros da política regional e sectorial da UE, que tem por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os EM, participando, assim, plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial.



O principal objectivo do Fundo de Coesão, previsto no Tratado da União Europeia (TUE), é o de funcionar como um instrumento complementar aos outros apoios comunitários, ao desenvolvimento do ambiente e das infra-estruturas de transportes de interesse comum, a fim de promover e reforçar a Coesão Económica e Social e a solidariedade entre os EM e no sentido de atingir esse grande objectivo, foram criados 4 Fundos Estruturais:

O Fundo Estrutural de Desenvolvimento Regional (FEDER) foi instituído em 1975 com o objectivo de financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados para as regiões menos desenvolvidas, actuando em função de uma estratégia global e integrada com os restantes Fundos Estruturais. O FEDER contribui também para o financiamento da cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, bem como a regeneração económica e social das cidades e subúrbios em crise, através de Programas de Iniciativa Comunitária (PIC), nomeadamente INTERREG¹⁸ III, URBAN¹⁹ II, EQUAL²⁰ e LEADER+²¹, sendo que os 3 últimos representam cerca de 5,35% dos Fundos Estruturais.

Os instrumentos de política associados aos fundos de apoio comunitário à política de coesão para o período de programação 2000/06 distribuem-se entre PO do III QCA (€20.510,7 milhões de Fundos estruturais), as Iniciativas Comunitárias INTERREG III, URBAN II, LEADER+ e EQUAL (€725,8 milhões de Fundos Estruturais) e os apoios do Fundo de Coesão (€3.317,1 milhões previstos) (quadro 10).

O Fundo Social Europeu (FSE), é o principal instrumento da política social comunitária e a sua génese remonta a 1960, dando assistência financeira às políticas de educação e de formação profissional, tendo em vista a promoção do emprego e a integração no mercado de trabalho.

O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), é constituído por duas secções, a de Orientação e a de Garantia. No âmbito da política europeia de coesão económica e social, o FEOGA está vocacionado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais.

O Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP), remonta a 1994 e reúne os instrumentos comunitários para o sector da pesca, aplicando-se às regras costeiras.

O Fundo de Coesão apoia projectos com impacto significativo na área do Ambiente e dos Transportes – redes Transeuropeias, com taxas de participação que podem atingir 85% do

¹⁸ INTERREG, Cooperação transnacional, transfronteiriça e inter-regional para estimular um desenvolvimento equilibrado em todo o território europeu.

¹⁹ URBAN, Reconversão económica e social das cidades atingidas pela crise.

²⁰ EQUAL, cooperação transnacional para identificar novos meios de combate a todas as formas de discriminação e desigualdade que impedem homens e mulheres de obterem um trabalho

²¹ LEADER, desenvolvimento rural



investimento elegível. Nos projectos geradores de receitas, estas serão tomadas em consideração na determinação do montante do apoio do Fundo.

Os projectos dos transportes absorvem 60% do total comprometido em 2000 e os do ambiente 40%, estando previsto que o peso relativo dos dois sectores venha a ser equivalente no período de 2000/06. No conjunto das aprovações de 2000 destacam-se, pela sua dimensão e importância estratégica (gráfico 1):

Quadro 11: Principais Projectos Aprovados em 2000

Sectores	
Transportes	Ambiente
A modernização da linha ferroviária do Norte	O apoio a três novos sistemas multimunicipais de tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), tratamento e destino final de RSU na RA dos Açores
A modernização da ligação ferroviária ao Algarve	Intensificação das acções dos sistemas de tratamento de resíduos Valorsul e da Lipor
A ligação da linha do Norte à ligação da ferroviária ao Algarve	Alargamento dos sistemas de abastecimento de água no Grande Porto Sul e no Barlavento e Sotavento Algarvio
A ligação do metro de Lisboa à rede transeuropeia	Conclusão dos sistemas de saneamento da ria de Aveiro e do rio Lis e ribeira do Seça.

Fonte: Fundo de Coesão de 2000 relatório, Direcção Geral de Desenvolvimento Regional in www.qca.pt/publicacoes/download/FC2000.pdf

No final de 2003, os pagamentos efectuados pela CE já atingiam 97% do montante, encontrando-se concluídos a generalidade dos projectos. O apoio total aprovado destinou-se a 156 projectos, com participação equivalente para os transportes e o ambiente e com a seguinte distribuição para outros investimentos (gráfico 2).

Desde a adesão de Portugal a UE em 1986, o nosso país tem beneficiado de importantes apoios, através de contribuições financeiras dos Fundos Estruturais, consubstanciadas no Anterior Regulamento (1986-1988), no I QCA, no II QCA, no III QCA e no QREN. A aplicação dos Fundos Estruturais realiza-se de acordo com as normas inerentes a um conjunto de documentos de programação de carácter plurianual nomeadamente, o PDR, o QCA/QREN, os PO e os respectivos Complementos de Programação.

Os critérios de afectação dos Fundos Estruturais são: concentração (características das áreas e funções a desenvolver); parceria (cooperação estreita entre Comissão e as “autoridades competentes” de cada EM, em todos os estádios do processo); adicionalidade (os fundos comunitários não se devem substituir aos nacionais); e programação (os projectos isolados não são financiados). No seguimento da Agenda 2000 e regulamentos de 1999: introduziu-se mais um princípio, ou seja, o de reforço da concentração (geográfica e de instrumentos).



Em termos de objectivos dos Fundos Estruturais passaram de 6 (QCA I e II) para apenas 3 objectivos (QCA e QREN). O primeiro objectivo é o de promoção do desenvolvimento e do ajustamento das regiões menos desenvolvidas, cujo PIB $_{pc}$ médio é inferior a 75% da média da UE. Este objectivo abrange igualmente as regiões ultraperiféricas (os departamentos franceses ultramarinos, os Açores, a Madeira e as ilhas Canárias), bem como as zonas de fraca densidade populacional, criado na sequência do Acto de Adesão da Áustria, Finlândia e Suécia. O segundo é o de apoio à reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais, excluindo as elegíveis para o objectivo um. Em termos gerais abrange as zonas: em mutação económica, as rurais em declínio, em crise dependentes da pesca e as urbanas em dificuldade. E por último, apoio à adaptação e modernização das políticas e sistemas de educação, de formação e de emprego, isto é, reúne todas as acções a favor do desenvolvimento dos recursos humanos fora das regiões elegíveis para o objectivo um. Constitui o quadro de referência do conjunto das medidas tomadas no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

Quadro 12: Repartição dos Fundos por Objectivos

OBJECTIVOS PROBLEMAS	Objectivo 1 (Regiões menos desenvolvidas)	Objectivo 2 (Regiões em crise estrutural)	Objectivo 3 (Regiões que necessitam de apoio de educação, formação e emprego)
Fundos da UE disponíveis em 2000/2006 (mil euros)	135,9	22,50	24,05
% Do orçamento dos Fundos Estruturais	69,7	11,5	12,3
Instrumentos	FEDER, FSE, FEOGA, LEOP	FEDER, FSE	FSE
% Da população abrangida	22,2	18	Não relevante

Fonte: Costa, J.S., (coord.), 2002. Compêndio de Economia de Economia Regional, APDR, Coimbra, p.629

2.3) Um balanço das políticas de desenvolvimento regional:

A evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB) no período de 1995-2003 caracterizou-se, a nível nacional, por dois períodos distintos: o primeiro período corresponde aos anos de 1995-1999, de crescimento forte (período de aceleração) e a convergência nacional com a UE, enquanto, o segundo período de crescimento mais moderado (período de desaceleração) e de divergência com a UE entre 1999-2003, que se prolongou nos anos seguintes²².

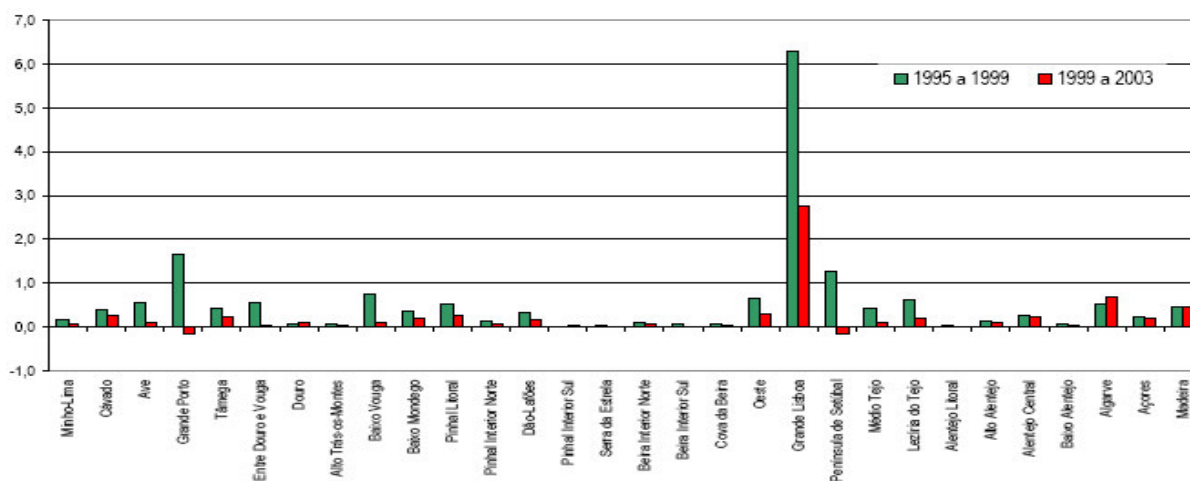
²² O ano de 2003 registou mesmo um declínio de 1,2% do PIB em relação a 2002.



No período de aceleração do crescimento, 53% da variação do VAB nacional foi gerado no conjunto da Grande Lisboa (6,3% o que dá 36,5%), do Grande Porto (1,7% o que dá 9,6%) e da Península de Setúbal (1,3% o que dá 7,4%). Exceptuando os casos da Regiões Autónomas (R.A.), do Alentejo Central e Dão Lafões, todas as sub-regiões com contributo superior a 1% para o crescimento nacional do VAB (mais de 0,2%) são do litoral. Ao todo 87% do crescimento do VAB foi gerado no litoral continental incluindo o Algarve.

No período de desaceleração do crescimento, duas das grandes alterações do vulto resultam dos crescimentos negativos do VAB registados pelo Grande Porto e Pela Península de Setúbal. Deste modo o conjunto destas sub-regiões contribui apenas com 37,1 % (2,4%), dos quais 42,2% (2,8%) vieram da Grande Lisboa. O conjunto das sub-regiões do Litoral continental e Algarve contribuíram assim com 74,8% (4,9%), isto é, menos de cerca de 12% em relação ao período anterior.

Gráfico 3: Contributos regionais para o crescimento Global do VAB (a Preços de 1995)



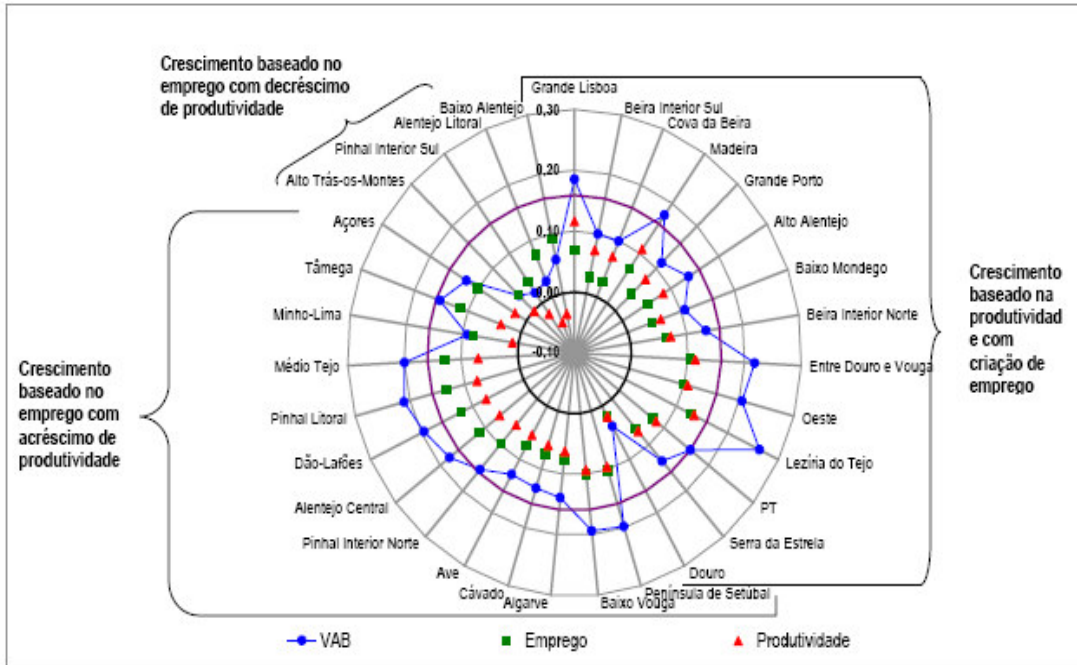
Fonte: Martins, N. e Barradas, S., DPP, Os espaços de crescimento económico, Documento de trabalho N° 8/2007.

O crescimento do VAB foi sustentado em partes aproximadamente iguais pelo crescimento da produtividade e pelo crescimento do emprego, com ligeira vantagem para este último. No entanto, a nível das sub-regiões os processos de crescimento do VAB foram diversificados, sendo difícil de estabelecer qualquer correspondência de comportamentos com as tradicionais dicotomias territoriais de Portugal. Aparentemente, no segundo período (1999-2003) encontram-se alguns sinais de reestruturação no facto de ter aumentado de 6 para 9 o número de sub-regiões com o crescimento explicado pela produtividade (embora com níveis de crescimento inferiores), e de ter diminuído de 12 para 10 o número de sub-regiões com crescimento explicado pelo emprego, diminuindo também de 12 para 11 o número de sub-



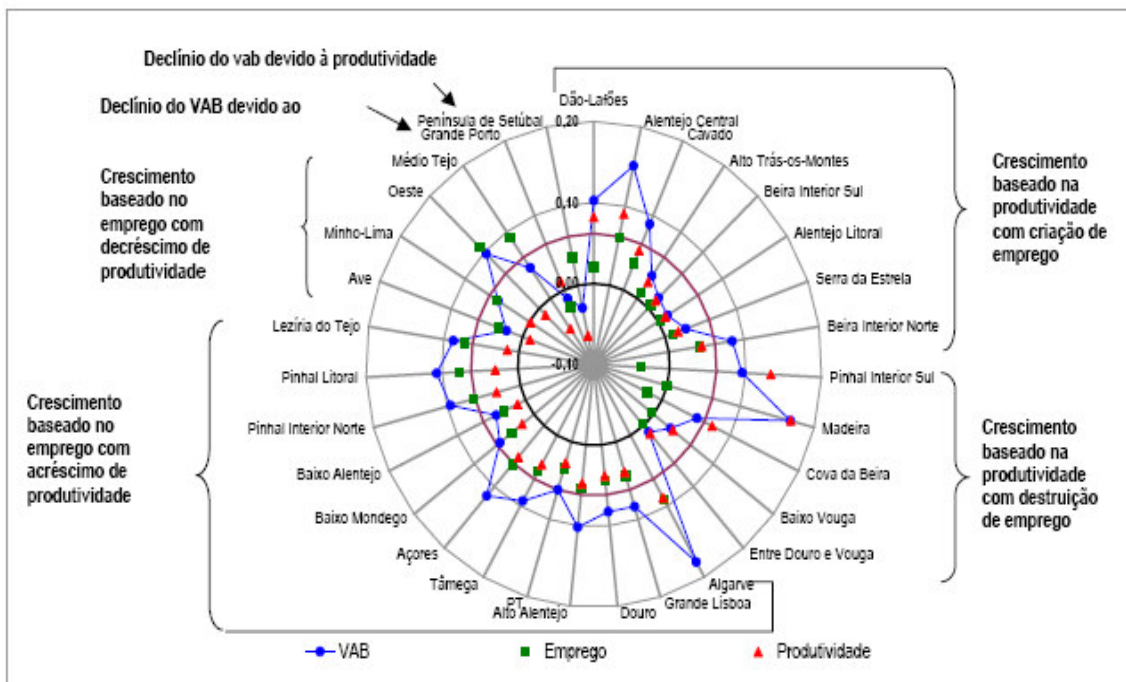
regiões com crescimento determinado em partes aproximadamente iguais pela produtividade ou pelo emprego.

Gráfico 4: Factores de crescimento do VAB em 1995/1999



Fonte: Martins, N. e Barradas, S., DPP, Os espaços de crescimento económico, Documento de trabalho N° 8/2007.

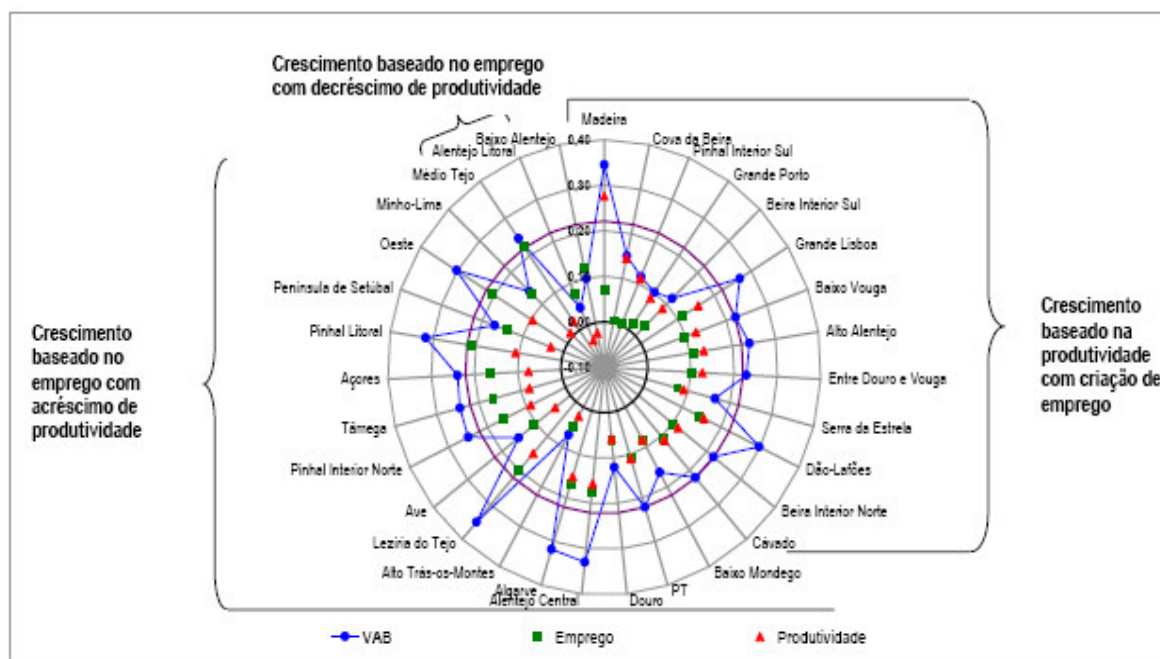
Gráfico 5: Factores de crescimento do VAB em 1999/2003



Fonte: Martins, N. e Barradas, S., DPP, Os espaços de crescimento económico, Documento de trabalho N° 8/2007.



Gráfico 6: Factores de crescimento do VAB em 1995/2003



Fonte: Martins, N. e Barradas, S., DPP, Os espaços de crescimento económico, Documento de trabalho N° 8/2007.

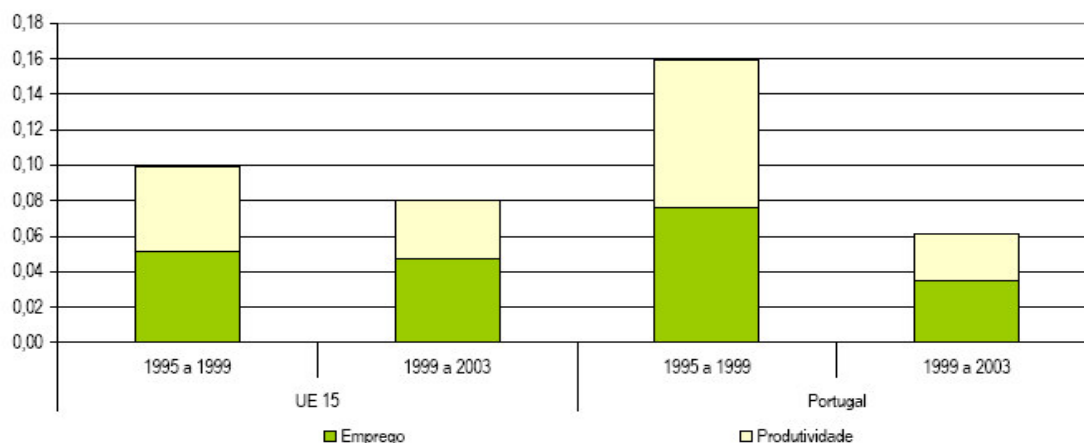
No período 1995/99 Portugal apresentou taxas de variação do VAB, do emprego e da produtividade superiores à média europeia sustentando o crescimento num modelo competitivo gerador de emprego face ao espaço da UE-15. No período de 1999/03 sucedeu o inverso, todas as taxas de variação registaram valores positivos mas inferiores aos da média da UE-15.

No que se refere a produtividade e remunerações, o afastamento em relação à média comunitária é ainda mais significativo. Com efeito, a produtividade média nacional medida em Paridade do Poder de Compra (PPC) em 1993 representava 60,8% da produtividade média da UE, em 1998 não ultrapassava 63,9%. Embora o movimento de convergência das remunerações tenha superado ligeiramente a evolução da produtividade, em 1998 o seu nível representa, em PPC 65% do padrão da UE (61,8% em 1993).

Estima-se que a produtividade do trabalho, um dos principais indicadores do crescimento a longo prazo, cresceu apenas 1,9% entre 1996/99, bastante abaixo dos 3% alcançados em 1992/95. A produtividade total, embora tenha recuperado entre 1996/99, crescendo cerca de 0,7% ao ano, está muito abaixo dos 2,4% atingidos em 1987/91. Esta desaceleração é preocupante pois fechamos a década com um crescimento da produtividade total de apenas 0,3%, contra cerca de 3% no período de 1953/90.



Gráfico 7: Componentes do Crescimento em Portugal e na UE-15

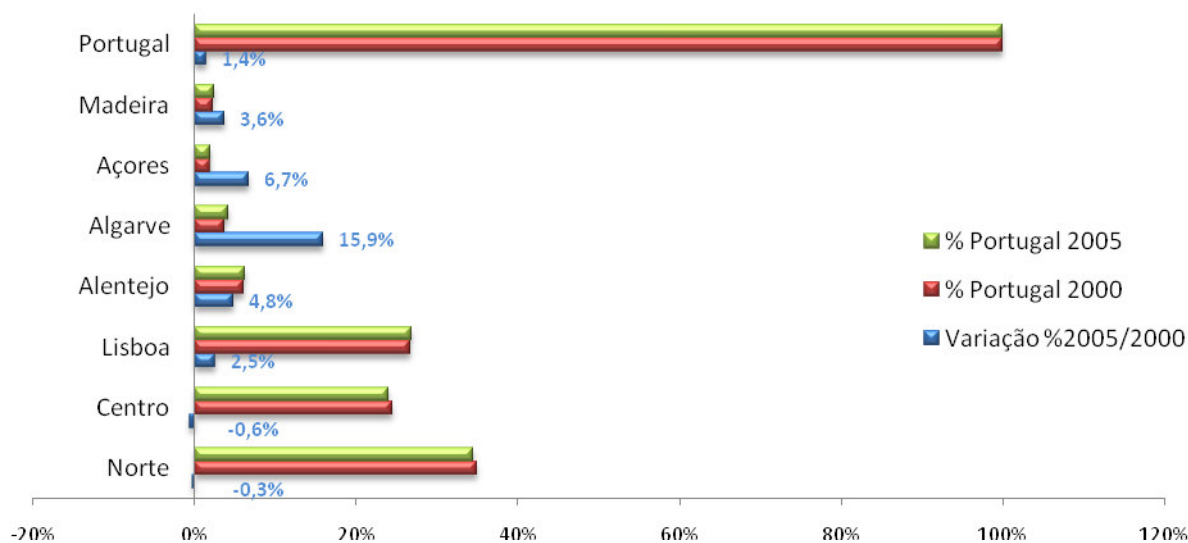


Fonte: Martins, N. e Barradas, S., DPP, Os espaços de crescimento económico, Documento de trabalho N° 8/2007.

A taxa de emprego em Portugal tem, pelo seu lado, mantido níveis superiores aos da média da UE-15; constituindo assim um elemento essencial para a integração social e para o combate à pobreza, embora a taxa de desemprego tenha permanecido sempre abaixo da média da área do Euro ao longo do período 2001/05, os respectivos diferenciais conheceram reduções significativas, passando de 3,9% em 2001 para 1,2% em 2005.

No período compreendido entre 2000/05, as regiões que criaram mais emprego foram, por ordem decrescente, Algarve 15,9%, Açores 6,7%, Alentejo 4,8%, Madeira 3,6% e Lisboa 2,5%, nas regiões do Norte -0,3% e Centro -0,6% registou-se uma redução do emprego. (quadro 13)

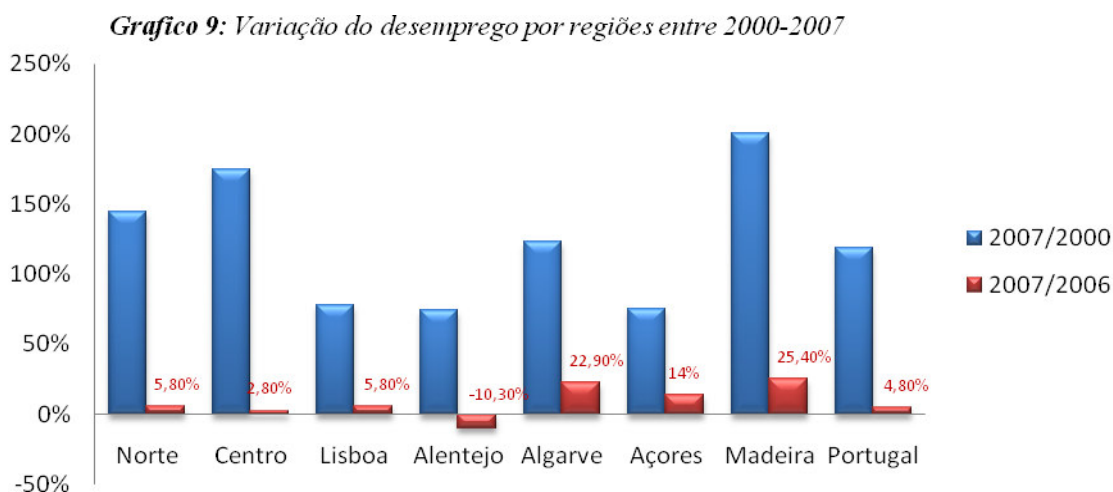
Gráfico 8: Variação do Emprego por regiões entre 2000-2005



Fonte: Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), Obstáculo ao desenvolvimento, in <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>



O desemprego tem aumentado de uma forma desigual a nível do País. Entre 2000/07, o desemprego aumentou 118,4% a nível do país, na região Norte subiu 144,7%; no Centro 174,6%; em Lisboa 77,6%; no Alentejo 73,9%; no Algarve 123,1%; nos Açores 75%; e na Madeira 200%; o que contribui para o agravamento das desigualdades regionais já que crescimentos muito diferentes determinam e reflectem agravamentos sociais diferentes. (quadro 14)

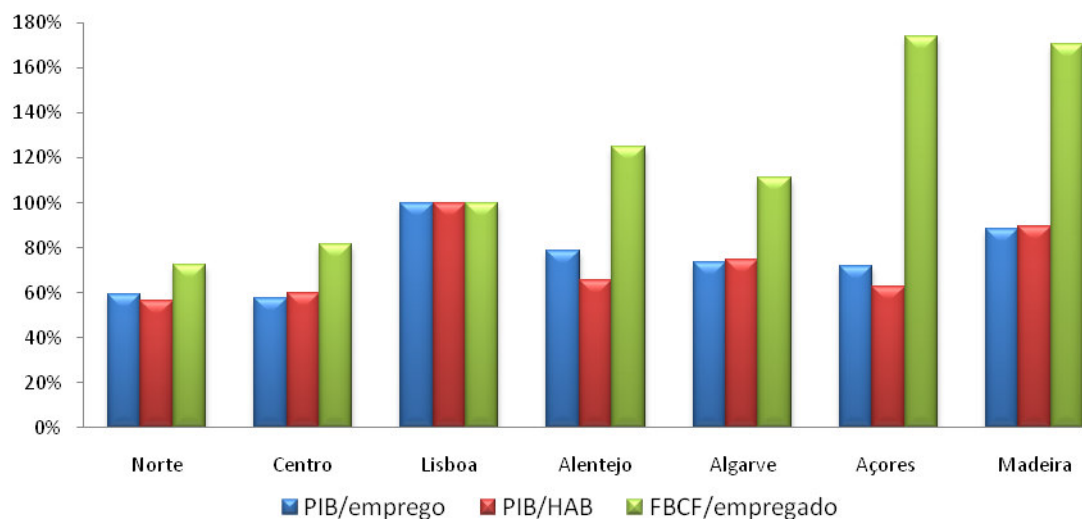


Fonte: Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), Obstáculo ao Desenvolvimento, in <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

Em 2005, a produtividade na região do Norte correspondia apenas a 59,3% da produtividade da região de Lisboa (100%), a do Centro a 57,8%; a do Alentejo a 78,6%; a do Algarve a 73,8%; a dos Açores a 71,9%; a da Madeira a 88,4%. Em relação á riqueza produzida por habitante em 2005, a região do Norte correspondia apenas a 56,3% da de Lisboa, a do Centro a 60%; a do Alentejo a 65,8%; a do Algarve a 74,8%; a dos Açores a 62,7%; e a da Madeira a 89,3%. Apesar disso a despesa de investimento por emprego era em várias regiões do país superior à da região de Lisboa, assim em 2005, a despesa de investimento por empregado na região do Norte correspondia apenas a 72,6% da despesa de investimento por emprego da região de Lisboa, a da região do Centro correspondia a 81,7%; mas a das outras regiões apesar de terem produtividade e riqueza criada por habitante inferiores à da região de Lisboa, apresentavam despesa de investimento por emprego superior à da Região de Lisboa. Assim a despesa da região do Alentejo era superior à da região de Lisboa em 24,9%; a do Algarve em 11,3%; a dos Açores em 74,2% e a da Madeira em 70,4%. (quadro 15)



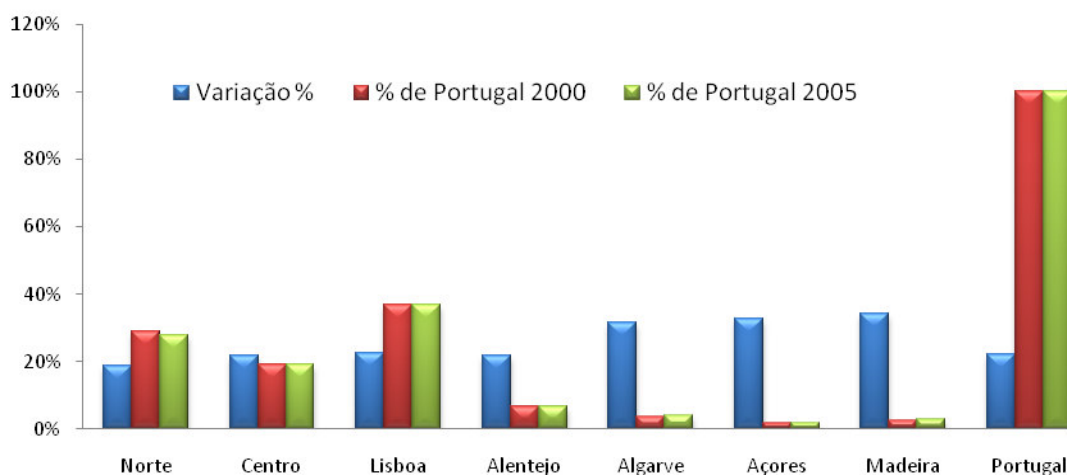
Grafico 10: Produtividade, riqueza per capita e despesa de investimento por emprego nas diferentes regiões do País em 2005



Fonte: Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), *Obstáculo ao desenvolvimento*, in <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

Uma parte já muito significativa da população portuguesa é constituída por pensionistas. E a pensão média é muito baixa em Portugal (pensão média mensal de velhice era de € 359), o que determina uma vida difícil para milhões de portugueses. No entanto, os valores por distrito são muito desiguais o que contribui para o agravamento das desigualdades regionais, a mesma desigualdade verifica-se em relação às remunerações declaradas á Segurança Social em 2007, a nível do país, foi de € 785. Os dados do quadro 16 atestam as desigualdades nas pensões e remunerações a nível dos distritos.

As graves assimetrias regionais existentes em Portugal geram desigualdades entre os portugueses e são um obstáculo importante ao desenvolvimento. Entre 2000/05, o PIB, ou seja, a riqueza produzida, a preços correntes, aumentou, a nível do país 22%, enquanto na região Norte cresceu apenas 18,7%; na região Centro 21,8%; na região de Lisboa 22,7%; na região do Alentejo 21,8% e nas regiões do Algarve, Açores e Madeira, apesar de terem registado os maiores crescimentos (entre 31,5% e 34,1%), o PIB destas três regiões aumentou apenas 8,4% para 9% do PIB nacional. (quadro 17)

**Gráfico 11:** Variação do PIB por regiões a preços correntes entre 2000 e 2005

Fonte: Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), *Obstáculo ao desenvolvimento*, in <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

O principal plano de investimento do estado é o PIDDAC, e como mostram os dados do quadro 18, o estado tem investido de uma forma extremamente desigual entre os diferentes distritos do País, o que tem contribuído para agravar as assimetrias. Embora o PIDDAC não inclua a totalidade dos investimentos do Estado no entanto é o Plano mais importante dos investimentos estatais, sendo um indicador importante das prioridades definidas pelo governo. Entre 2002/08, o investimento público realizado pelo governo através do PIDDAC reduz-se em -45,5% a nível do País. É evidente que uma redução tão drástica e tão desigual do investimento público, determinará o aumento das desigualdades regionais.

O movimento de convergência observado ao nível do país não se processou de forma idêntica em todas as regiões que o constituem, embora entre 1993/96 todas as regiões, à excepção do Algarve, se tenham aproximado da média da UE. As regiões em que o processo de convergência foi mais intenso foram o Centro e o Alentejo, regiões que, em conjunto com as RA dos Açores e da Madeira, apresentam os valores de PIB_{pc} mais baixo. Esta evolução foi sobretudo marcada, a partir de 2001, pelo aumento do défice das contas públicas (que correspondeu a 6% do PIB em 2005).

O significativo abrandamento da actividade económica no período 2001/05 e a trajetória de divergência real revelaram as debilidades estruturais da economia portuguesa - uma vez que os diferenciais do PIB_{pc} face ao conjunto da União são essencialmente explicados por divergências na eficiência económica. Apesar da desaceleração verificada na actividade económica mundial, as exportações de bens registaram um crescimento significativo (em



particular no que respeita às mercadorias, com aumentos médios anuais de 2,8%), enquanto as exportações de serviços (em particular o turismo), muito sensíveis à conjuntura socioeconómica mundial, se caracterizaram por um crescimento mais moderado (aumento médio anual de 1,2%).

Muito embora tenha registado uma desaceleração, os consumos privado e público mantiveram um crescimento claramente superior ao do PIB. O crescimento médio do consumo das famílias residentes foi superior ao crescimento do seu rendimento disponível, com consequências no seu endividamento. A relativa convergência do consumo privado *pc*, bem como de alguns indicadores de condições de vida, relativamente à média comunitária, revelam uma aproximação da estrutura das despesas de consumo de Portugal face aos países mais desenvolvidos, como a educação, o lazer, a cultura e a saúde, a par da valorização da habitação e da mobilidade quotidiana, a surgirem como áreas de afirmação dinâmica. Em termos de consumo privado *pc*, apesar do ritmo de convergência ter excedido ligeiramente o do PIB, Portugal continua a ocupar a posição mais desfavorável no contexto da UE (75,1 % da média comunitária em 1998).

Perante a proximidade de valores do crescimento dos preços nos dois espaços (Portugal e UE), a convergência real só poderá ser conseguida de forma visível a custo de diferenciais significativos de crescimento económico a favor da economia portuguesa. É de salientar que, desde a adesão, apenas em 1993/94 a variação do PIB em volume, em Portugal foi inferior à média da UE-15. À excepção daqueles anos, ao longo de todo o período a economia portuguesa cresceu a um ritmo superior ao da média da UE-15, sendo o diferencial especialmente relevante em 1986/88, quando o contexto macroeconómico interno e externo foi especialmente favorável e contribuiu decisivamente para a forte desaceleração do crescimento dos preços internos.

O abrandamento da actividade económica no período 2000/05, conjugada com o reforço dos bens e serviços não transaccionáveis, reflectiu principalmente a forte queda do investimento em Portugal. O peso relativo do investimento público sofreu uma redução média anual de 1,5%; situando-se, em 2005, em cerca de 14% do investimento total, registando uma desaceleração menos acentuada; verificando-se embora, no período em referência, uma evolução negativa em termos reais, a taxa média de investimento público (investimento público em percentagem do PIB) é da ordem dos 3,4%, superior à média da UE-25 (2,4%) e uma das mais elevadas dos respectivos EM.

Como é conhecido e consensual, as disparidades de níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias permanecem elevadas. As disparidades económicas regionais tornam-se



bastante significativas quando comparamos os desempenhos das regiões centrais e das regiões periféricas. O PIB por habitante (PPC) apresenta níveis essencialmente concentrados entre os 50% e os 80% da média da UE nas regiões periféricas do Sul (onde consta Portugal, a Espanha Ocidental, o sul de Itália e a Grécia), não excede os 60% da média na maior parte das regiões da Alemanha oriental e fica-se, no máximo, por metade da média nas regiões ultra periféricas da UE, com excepção das ilhas Canárias. Nas zonas mais afastadas do norte da Europa também é possível identificar alguns grupos de regiões mais pobres: a norte e a ocidente do Reino Unido e na Finlândia, a norte e a oriente. Por outro lado, nas regiões mais centrais, situadas desde o norte de Itália até ao sul da Alemanha, à Áustria, aos países do Benelux e à Alemanha do norte, os níveis do PIBpc são muito superiores à média da UE.

No quadro 19, é apresentado o PIB das regiões mais ricas e mais pobres da UE em 1986 e em 1998. O grupo das 10 mais pobres em 1998, compreende os territórios ultramarinos franceses (à excepção de Martinique), a Extremadura em Espanha, os Açores em Portugal, e 5 regiões gregas. O nível de PIB por habitante médio do grupo corresponde a 52% da média da CE, sendo que em 1986 chegava apenas a 41%. Podemos destacar a evolução favorável de Portugal, com a saída de 4 regiões deste grupo, apenas permanecendo os Açores. No sul da Europa há uma concentração importante de regiões pobres, o PIBpc do conjunto das regiões do sul ainda representa 71% da média comunitária.

Portugal apresentava, no momento de adesão à então CEE, uma situação relativa muito desfavorável, exigindo ao processo de convergência real esforços acrescidos e ajustamentos estruturais complexos.

Apesar de uma situação à partida desfavorável, conseguiu-se um importante movimento de convergência real em direcção à Europa, sendo em 1998, o PIBpc de Portugal medido em PPC, 72,5 % da média comunitária (55,1% em 1986), de acordo com os dados da Comissão Europeia. Entre 1994 e 1998 o processo de convergência evoluiu de forma mais moderada do que no período subsequente à adesão.

A evolução económica entre 1994 e 1998 revela um crescimento mais acentuado em Portugal do que na média da EU, na generalidade das variáveis macroeconómicas, tendo-se conseguido importantes ganhos de convergência nominal e de convergência real, embora nesta última vertente a um ritmo mais lento do que o verificado imediatamente após a adesão.

O desempenho da economia portuguesa em termos de convergência nominal revelou-se mais favorável do que em termos de convergência real até à criação do Euro em 1999, com Portugal a fazer parte do conjunto dos Estados-Membros que integraram, desde o início, a Zona do Euro. Porém, mais recentemente, a deterioração da conjuntura levou a que se



tornassem evidentes as dificuldades estruturais na área das finanças públicas e, de forma menos expressiva, ao nível dos preços. A estabilidade macroeconómica é um factor relevante para o crescimento económico e para a competitividade, a que acresce a necessidade de convergência nominal num contexto de uma economia integrada num espaço com uma política monetária e cambial única.

O nível de vida da população portuguesa ao longo dos anos 90 convergiu de modo significativo para o nível médio da UE-15, embora a um ritmo mais lento do que o observado no período imediatamente seguinte ao da adesão à CEE. A partir do ano 2000, o ritmo de convergência real estagnou, começando a observar-se uma divergência após 2003. Em 2005, o PIB por habitante em PPC situava-se em 66% da média da UE-15 e em 71% da média da UE-25, valores inferiores aos verificados em meados da década de 90.

O processo de convergência real da economia portuguesa foi deste modo registando uma progressiva perda de velocidade até iniciar um movimento de divergência a partir de 2003.



3.) Desenvolvimento Regional: Uma análise Shift-Share

3.1) Metodologia utilizada:

3.1.1) Descrição

A análise de componente de variação ou Shift-Share decompõe o crescimento de uma dada variável, medida a nível regional, em factores distintos que possam influenciar o seu comportamento, tendo sido pela primeira vez aplicada por Dunn (1960). A ideia base é simples: as diferenças de crescimento entre regiões podem ser atribuídas não só a diferenças relativas à composição produtiva de cada região devido à maior ou menor preponderância de sectores mais dinâmicos, mas também podem ser justificadas por diferentes vantagens de natureza locacional. Estas podem assim implicar que as actividades de uma dada região tenham uma evolução diferenciada relativamente à média nacional. A maioria dos modelos de análise de componentes de variação apresenta-se como identidades matemáticas, expressando a evolução de uma dada variável económica como função de três factores principais:

- O efeito do crescimento nacional ou *componente nacional* (NX_{it}), representa o crescimento, usualmente do emprego ou do produto que a região teria se tivesse a mesma variação observada a nível nacional. No entanto é de esperar que a estrutura económica regional seja diferente da estrutura económica nacional, uma vez que o peso de cada um dos sectores que compõem a estrutura produtiva regional só por coincidência será idêntico ao observado a nível nacional.
- O efeito da composição sectorial da região ou *componente estrutural* (SX_{it}), esta componente será positivo se na região os sectores com maior crescimento, em termos nacionais, tiverem um peso superior ao verificado a nível nacional. Assim podemos inferir que a região tem uma especialização mais ou menos favorável, consoante a presença de actividades com maior crescimento a nível nacional seja maior ou menor.
- O efeito de outros factores específicos da região ou *componente regional, concorrencial ou diferencial* (RX_{it}), esta componente mede o desvio do crescimento regional, relativamente aquilo que era esperado, caso cada sector a nível regional tivesse observado a mesma taxa de crescimento sectorial nacional. Se esta componente é positiva, o modelo clássico aponta para a existência de vantagens comparativas regionais (p.e. melhores infra estruturas ou maior produtividade do factor trabalho), que favorecem taxas de crescimento sectoriais regionais mais elevadas.



$$\sum \Delta X_{ik} \equiv \sum_k [X_{ik}(t) - X_{ik}(t-1)] \equiv \sum_k [NX_{ik} + SX_{ik} + RX_{ik}]$$

Onde:

ΔX_{ik} ; Variação observada na variável X_{ik}

$X_{ik}(t)$; Variável económica X (usualmente o emprego/produto) medida na região i, no sector k, e no momento t

NX_{ik} ; Componente nacional

SX_{ik} ; Componente sectorial ou estrutural

RX_{ik} ; Componente regional, concorrencial ou diferencial

Estas três componentes ou efeitos podem ser definidos da seguinte forma:

$$NX_{ik} = g_{NX} \times X_{ik}(t-1)$$

$$SX_{ik} = (g_{NKK} - g_{NX}) \times X_{ik}(t-1)$$

$$RX_{ik} = (g_{ik} - g_{NKK}) \times X_{ik}(t-1)$$

Onde:

g_{NX} ; Variação percentual da variável X observada a nível nacional relativamente ao ano base t-1

g_{NKK} ; Variação percentual da variável X observada a nível nacional relativamente ao sector K

g_{ik} ; Variação percentual da variável X. observada na região i, no sector K

3.2) Variável Utilizada: Valor Acrescentado Bruto

3.2.1) Considerações Gerais

O VAB é um indicador que permite comparar a produtividade e a evolução dos diferentes sectores de actividade económica e corresponde ao valor que um sector acrescenta a matérias, produtos e serviços utilizados, através dos próprios processos de produção e *marketing*. Tem como objectivo aumentar os níveis de produtividade em todos os sectores e reforçar o peso das actividades, que apresentam valores mais elevados do VAB por pessoa empregada.

O VAB é determinado pela diferença entre o valor bruto da produção de um sector (rendimentos totais recebidos da venda de um produto ou serviço) e o custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

$$VAB = \text{Valor Bruto de produção} - \text{Vendas} + \text{Prestação de Serviços} + \text{Variação de produção} + \text{Trabalhos para a própria empresa}$$

Fonte: INE



Sumariamente, podemos dizer que o indicador VAB permite comparar a produtividade dos diferentes sectores e respectiva evolução. À semelhança do que tem acontecido noutros países da UE, em Portugal a contribuição para o VAB dos sectores primário, secundário e terciário tem-se alterado substancialmente nas últimas décadas.

Na análise Shift-Share vamos decompor a variável Valor Acrescentado Bruto (VAB), por sectores de actividade (*Produtos da agricultura, silvicultura e Pescas (VAB 01); Produtos Energéticos (VAB 06); Produtos Industriais (VAB 30); Construção e Obras Públicas (VAB 53); Serviços Mercantis (VAB 68); e Serviços não Mercantis (VAB 86)*) e regiões (*Norte; Centro; LVT; Alentejo; Algarve*), para três períodos, que correspondem aos três Quadros Comunitários de Apoio.

O primeiro período é de 1989-1993, I QCA; o segundo é de 1994-1999, II QCA; e o terceiro e último período, é de 2000-2006, o III QCA. Não abordamos os anos envolventes do QREN (2007-2013), ainda se encontrar no início da sua execução (3º ano) logo com impactos reduzidos agravados pelas baixas taxas de execução. No período 2007-2008, a UE programou entregar a Portugal, no âmbito do QREN, €5.852,4 milhões. Neste período, de acordo com o Boletim Informativo nº2 do QREN, o governo só utilizou para pagar aos beneficiários destes fundos (empresas, agricultores, etc.) €569,4 milhões até 31 de Dezembro de 2008. Isto significa que a taxa de execução foi somente de 9,7% neste período, relativamente aos fundos que Portugal podia já ter utilizado nos dois anos (2007-2008).

O último boletim informativo do QREN, que se reporta a 31 de Dezembro de 2008, destaca que "o forte volume de aprovações registado nos últimos meses não se repercutiu ainda de forma significativa ao nível da despesa validada". A despesa validada, que corresponde a despesas de investimentos já realizados pelos beneficiários dos fundos comunitários, comprovadas mediante a apresentação de factura, totalizou €398 milhões.

E a situação não melhorou, no fim do 1º trimestre de 2009, não tinham sido utilizados por Portugal, quando o podiam ser, cerca de €5.796,1 milhões, o que significa que a taxa de utilização até 31 de Março de 2009 foi apenas de 12,1% (€801 milhões mais € 231,7 milhões, que até 31/12/2008) que é pouco superior à registada até ao fim de 2008 que foi 9,7% (€ 569,4 Milhões).

Se a análise for feita por programa, conclui-se que, até 31 de Março de 2009, a taxa de utilização dos fundos comunitários foi no POT Factores de Competitividade de 13,8%; no POT Potencial Humano de 27,7%; no POT Valorização do Território apenas 2%; no POR do Norte de 1,9%; no POR do Centro de 1,3; no POR do Alentejo de 2,5%; no POR de Lisboa de



9,3%; no POR do Algarve de 4,3%, nos dois POR dos Açores de 22,1%; e nos dois POR da Madeira de 7,8%.

Para tornar a leitura da análise mais simples, vamos usar a seguinte nomenclatura:

Quadro 20: Nomenclatura

Nomenclatura do INE	Nomenclatura Utilizada
Produtos da Agricultura, Silvicultura e Pescas (VAB 01)	VAB 1
Produtos Energéticos (VAB 06)	VAB 2
Produtos Industriais (VAB 30)	VAB 3
Construção e Obras Públicas (VAB 53)	VAB 4
Serviços Mercantis (VAB 68)	VAB 5
Serviços não Mercantis (VAB 86)	VAB 6

O facto de usar duas bases, de 1990 e de 2000, deve-se ao facto de a partir de 1995 o INE ter mudado a sua nomenclatura (Regional e Sectorial)²³.

Os valores podem ser a preços constantes, isto é, os valores não incluem inflação (taxa de actualização real), ou a preços correntes, estes incluem inflação (taxa de actualização nominal), que é o nosso caso. Uma vez que a análise shift-share decompõe a taxa “ geral” em três componentes (Nacional, estrutural e específica) pode-se utilizar os valores correntes, calculando-se assim as taxas nominais não influenciando a leitura económica dos resultados, já que o “erro” de trabalhar com valores nominais se repercute em todas as taxas.

3.2.2) Leitura da Análise dos Resultados

Através da análise de componentes de variação podemos construir um gráfico representativo dos problemas regionais, permitindo tipificar as regiões em função dos valores obtidos na decomposição do seu crescimento. Representando no eixo das abcissas a componente estrutural e no eixo das ordenadas a componente regional, obtendo um gráfico com quatro quadrantes. O 1º quadrante representa a situação mais favorável: regiões situadas neste quadrante apresentam valores positivos quer na componente estrutural, quer na regional. Inversamente, e da mesma forma uma região situada no 3º quadrante está na situação menos

²³ A análise regional permite comparar o crescimento ou declínio das regiões, quer entre si, quer com o país, verificando se as assimetrias se têm agravado ou dissipado, e quais as medidas que se deve aplicar em cada caso específico, enquanto a análise sectorial permite comparar qualquer empresa com o seu sector de actividade, em várias dimensões, garantindo-lhe um conhecimento profundo do sector, dos seus principais intervenientes e tendências.



desejável, uma vez que ambas as componentes são negativas. No 2º e 4º quadrante correspondem a situações intermédias: no 2º quadrante temos as regiões com especialização produtiva desfavorável, mas com vantagens locacionais acima da média. No 4º quadrante a situação é inversa, as regiões têm um perfil de especialização favorável, mas apresentam problemas em termos de vantagens competitivas específicas.

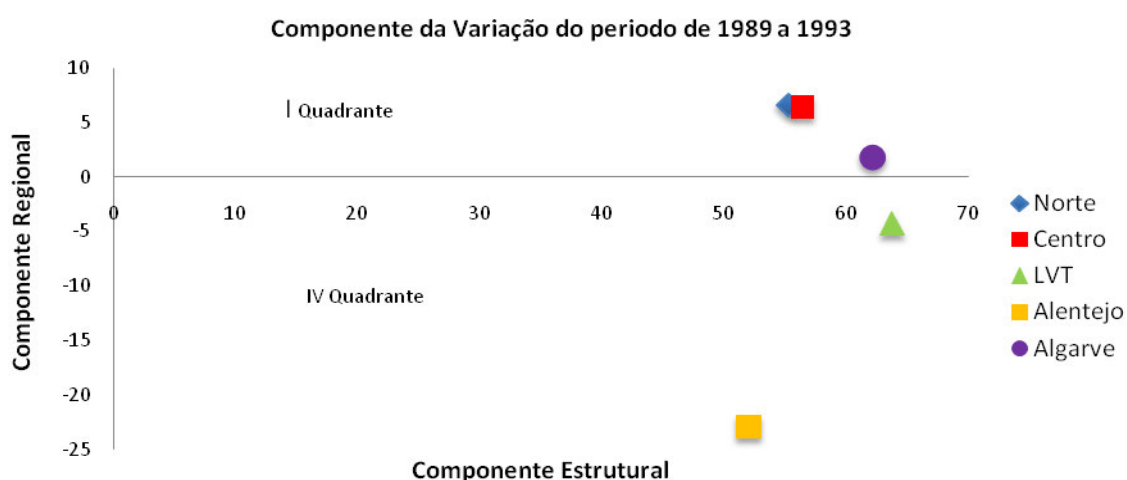
Na primeira análise efectuada para o período de 1989 a 1993, correspondente ao I QCA obtivemos a seguinte decomposição do crescimento em componente da variação (tabela) e a representação da decomposição do crescimento regional (gráfico).

Tabela 1: Decomposição do crescimento em componente da variação

Região	Comp. Estrutural (1)		Comp. Regional (2)		Comp. Nacional (3)		Δ Efectiva (1) +(2) +(3)	
	gNXk-gNX	ΣSXik	gNXk-gNX	ΣRXik	gNXk-gNX	ΣNXik	gi	Δxi
Norte	-0,78	-97,28	6,66	832,00	60,52	7559,47	66,41	8294,18
Centro	-3,51	-200,43	6,45	368,61	60,52	3460,15	63,47	3628,33
LVT	3,75	665,20	-4,21	-746,46	60,52	3460,15	19,05	3378,89
Alentejo	-7,93	-175,55	-22,86	-506,23	60,52	3460,15	125,49	2778,37
Algarve	2,18	31,68	1,80	26,12	60,52	3460,15	242,51	3517,95

A análise da componente estrutural reflecte que o Norte, o Centro e o Alentejo, são regiões de especialização desfavorável, inversamente ao que sucede com as regiões de LVT e do Algarve, que evidenciam um perfil de especialização favorável. Por outro lado na componente regional verificamos que na região do Norte, do Centro, e do Algarve o VAB cresceu, em média, às taxas superiores nacionais, enquanto nas regiões de LVT e do Alentejo sucedeu o inverso. Neste período a taxa de crescimento média nacional era de 60,52%.

Gráfico 12: Representação da decomposição do Crescimento Regional





Como podemos verificar no gráfico, da componente da variação, as regiões do Norte, do Centro e do Algarve situa-se no 1º quadrante, esta é a posição mais favorável, apresentando valores positivos que na componente regional quer na estrutural. As regiões de LVT e do Alentejo situam-se no 4º quadrante onde, o que demonstra que as regiões têm um perfil de especialização favorável, mas apresenta problemas em termos de vantagens competitivas específicas.

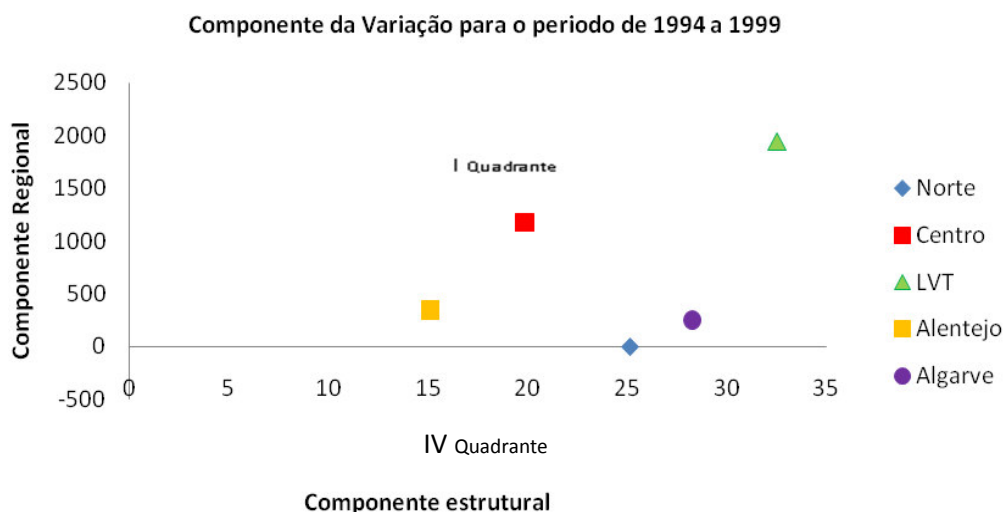
Na segunda análise efectuada para o período de 1994 a 1999, correspondente ao II QCA obtivemos a seguinte decomposição do crescimento em componente da variação (tabela) e a representação da decomposição do crescimento regional (gráfico).

Tabela 2:Quadro resumo da Componente Estrutural e da Componente Regional

Região	Com. Estrutural (1)		Comp. Regional (2)		Comp. Nacional (3)		Var efectivo (1) +(2) +(3)	
	gNXk-gNX	ΣSXik	gNXk-gNX	ΣRXik	gNXk-gNX	ΣNXik	Gi	Δxi
Norte	25,15	7130,72	-3,86	-1093,79	36,37%	80,86	27,51	6117,80
Centro	19,85	3690,50	1178,38	219057,34	36,37%	37,42	2165,18	222785,26
LVT	32,53	11654,24	1942,02	695664,27	36,37%	109,04	2359,44	707427,55
Alentejo	15,11	930,03	345,48	21268,96	36,37%	22,39	728,81	22221,38
Algarve	28,27	1080,52	250,70	9582,74	36,37%	109,04	439,09	10772,30

A análise da componente estrutural mostra que todas as regiões, Norte, centro, LVT, Alentejo, e Algarve evidenciam um perfil de especialização favorável. Por outro lado na componente regional verificamos que na região do Centro, do Algarve, LVT e Alentejo o VAB cresceu, em média, as taxas superiores nacionais, enquanto na região do Norte sucedeu o inverso. Neste período a taxa de crescimento média nacional era de 36,37%.

Gráfico 13: Representação da decomposição do Crescimento Regional





Como observado no gráfico, da decomposição do crescimento da variação, as regiões Centro, LVT, Alentejo e Algarve encontram-se no 1º quadrante o que nos indica que a componente regional e estrutural é positiva, e representa a situação mais favorável. A região do Norte está no 4º quadrante onde a componente estrutural é positiva e a regional negativa, o que nos indica que a região tem um perfil de especialização favorável, mas apresenta problemas em termos de vantagens competitivas específicas.

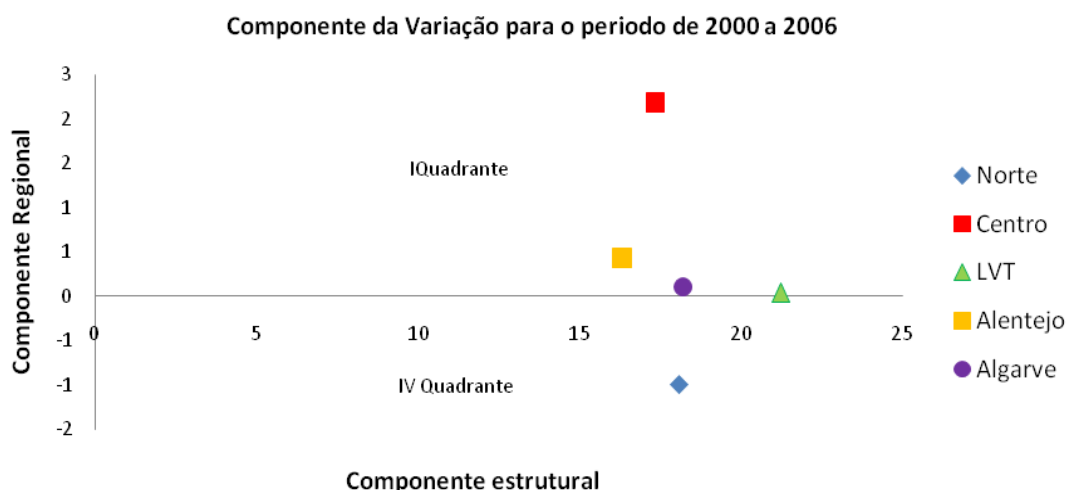
Na terceira e última análise, para o período de 2000 a 2006, que corresponde ao período do III QCA obtivemos a seguinte decomposição do crescimento em componente da variação (tabela) e a representação da decomposição do crescimento regional (gráfico).

Tabela 3:Quadro resumo da Componente Estrutural e da Componente Regional

Região	Comp. Estrutural (1)		Comp. Regional (2)		Comp. Nacional (3)		Δ Efectiva (1) +(2) +(3)	
	gNXk-gNX	ΣSXik	gNXk-gNX	ΣRXik	gNXk-gNX	ΣNXik	gi	Δxi
Norte	-1,43	-514,21	-0,99	-357,00	23,82	7078,65	20,89	6207,43
Centro	-1,60	-394,19	2,18	536,69	23,82	4699,79	24,54	4842,29
LVT	2,26	1085,95	0,04	18,47	23,82	9191,26	26,69	10295,67
Alentejo	-2,67	-220,49	0,43	35,80	23,82	1583,39	21,04	1398,70
Algarve	0,77	42,94	0,11	6,11	23,82	986,45	25,01	1035,49

A análise da componente estrutural demonstra que as regiões, do Norte, do Centro, e do Alentejo evidenciam um perfil de especialização desfavorável, enquanto as regiões de LVT e do Algarve indicam um perfil de especialização favorável. Por outro lado na componente regional verificamos que na região do Centro, do Algarve, de LVT e Alentejo o VAB cresceu, em média, as taxas superiores nacionais, enquanto na região do Norte sucedeu o inverso. Neste período a taxa de crescimento média nacional era de 23,82%.

Gráfico 14: Representação da decomposição do Crescimento Regional





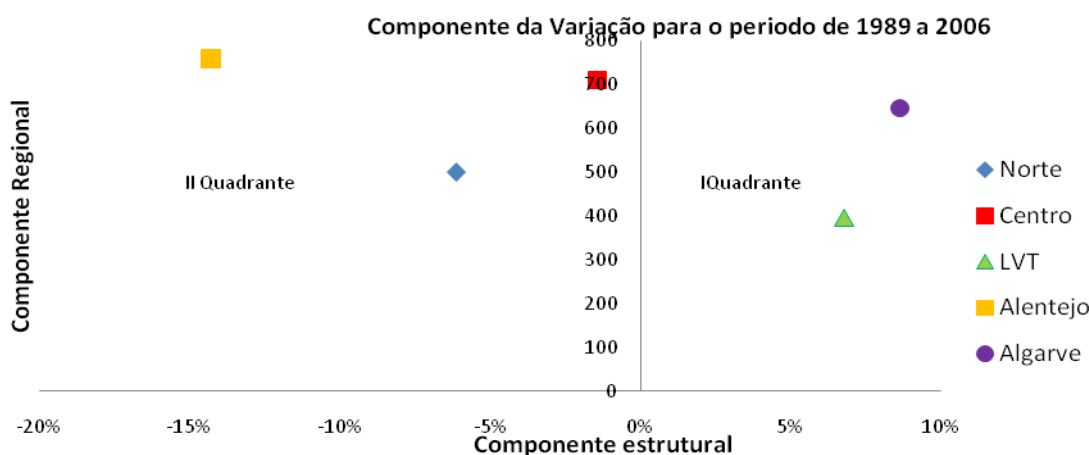
Como observado na tabela e no gráfico a região do Centro e Alentejo encontram-se no 2º quadrante o que nos indica que a componente regional é positiva e a componente estrutural é a negativa, ou seja, temos duas regiões com especialização produtiva desfavorável, mas com vantagens locacionais acima da média. A região de LVT e do Algarve situa-se no 1º quadrante, esta é a posição mais favorável, apresentando valores positivos que na componente regional quer na estrutural. Inversamente a esta situação encontra-se a região do Norte onde a componente estrutural e regional são negativas, o que nos coloca numa situação indesejável. A posição no 3º quadrante indica-nos, que a região não só não está especializada nos sectores mais dinâmicos, mas também o seu ritmo de crescimento é inferior ao da média nacional.

Tabela 4: Quadro resumo da Componente Estrutural e da Componente Regional para o período de 1989 a 2006

Região	Com. Estrutural (1)		Comp. Regional (2)		Comp. Nacional (3)		Var efectivo (1) +(2) +(3)	
	gNXk-gNX	ΣSXik	gNXk-gNX	ΣRXik	gNXk-gNX	ΣNXik	gi	Δxi
Norte	-6,13	-2203,63	-4,49	-454,53	208,89	26089,75	187,60	23431,59
Centro	-1,43	-351,74	205,81	7263,52	208,89	11941,90	329,79	18853,67
LVT	6,78	3254,13	-108,57	-29,02	208,89	37054,22	227,07	40279,33
Alentejo	-14,31	-1182,25	254,17	345,61	208,89	4624,92	171,10	3788,28
Algarve	8,63	483,49	142,01	2529,88	208,89	3030,22	416,61	6043,59

Ao analisarmos o VAB num “plano geral” de 1989 a 2006 verificamos que a taxa média de crescimento nacional era de 208,89%. Mas também verificamos que as regiões do Norte, Centro e Alentejo têm um perfil de especialização desfavorável, não sendo o caso das regiões de LVT e Algarve que tem um perfil de especialização favorável. Na componente regional, denota-se que o Centro, do Algarve, e o Alentejo o VAB cresceu, em média, as taxas superiores nacionais, enquanto na região do Norte e de LVT sucedeu o inverso.

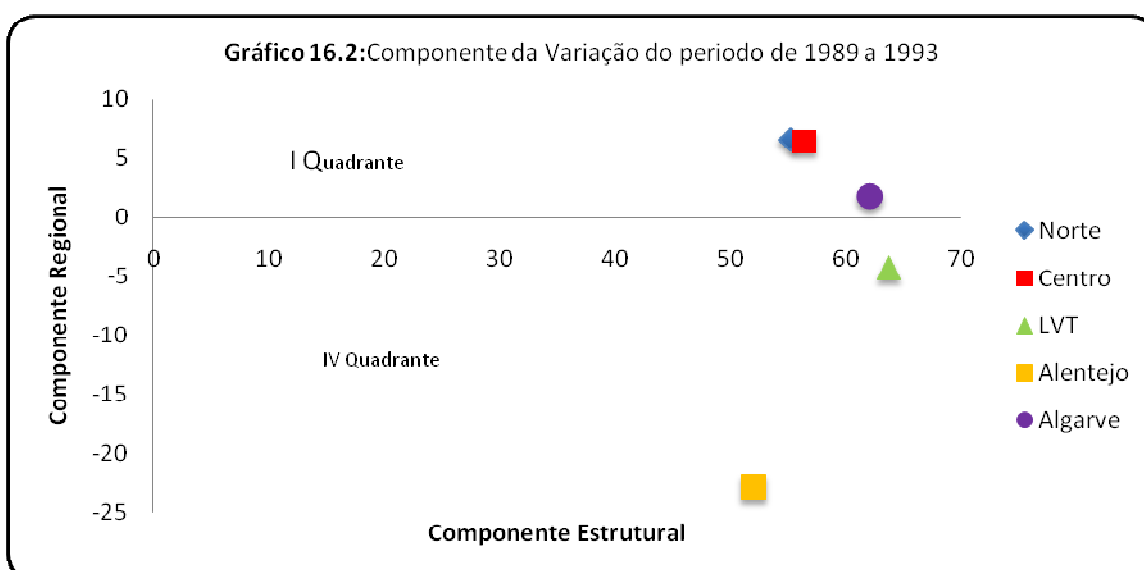
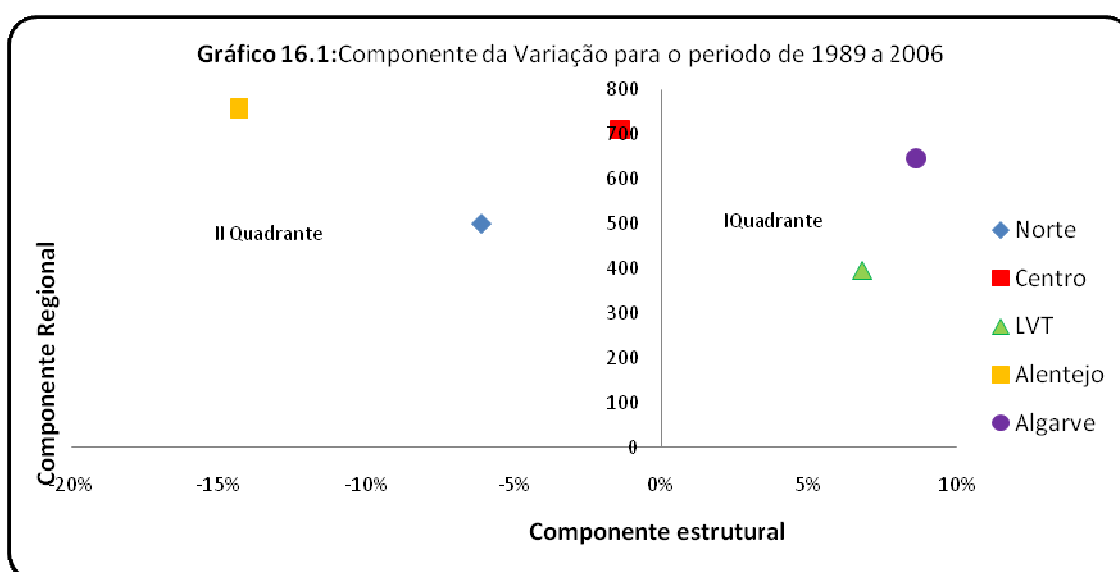
Gráfico 15: Representação da decomposição do Crescimento Regional

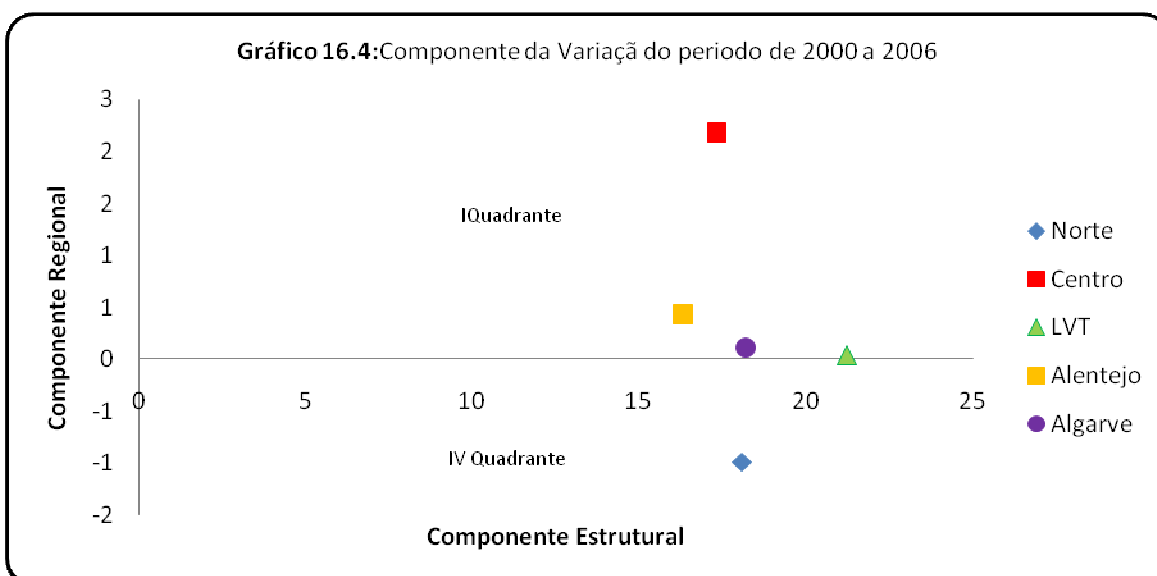
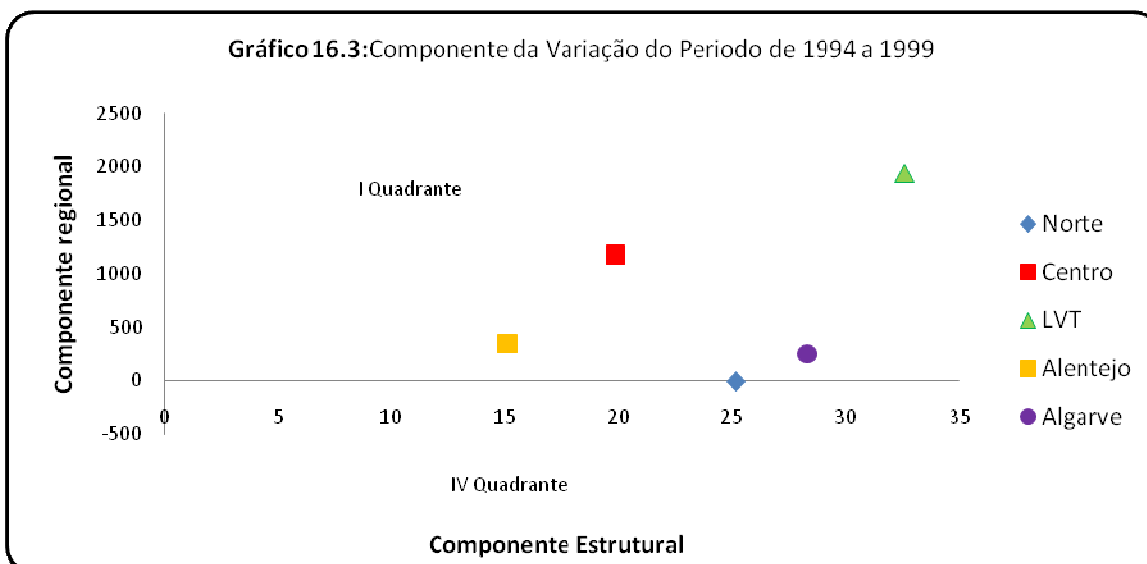




O gráfico atesta que as regiões do Norte, do Centro e Alentejo encontram-se no 2º quadrante o que nos indica que a componente regional é positiva e a componente estrutural é a negativa, ou seja, temos duas regiões com especialização produtiva desfavorável, mas com vantagens locacionais acima da média. As regiões do Algarve e LVT situam-se no 1º quadrante, esta é a posição mais favorável, apresentando valores positivos que na componente regional quer na estrutural.

Gráfico 16: Evolução da Componente da Variação





Fazendo uma leitura geral da evolução da componente de variação nos vários períodos, concluímos que o Centro e o Algarve não sofreram nenhuma alteração, mantendo-se sempre no 1º quadrante, isto é, apresenta valores positivos que r na componente estrutural quer na regional, sendo a situação mais favorável. No caso do Norte vimos que passou de uma situação favorável (1º Quadrante) no primeiro período, para uma situação intermédia (4º Quadrante) no 2º e 3º período tornando-se numa região com um perfil de especialização favorável, mas que apresenta problemas em termos de vantagens competitivas específicas. Nas regiões de LVT e do Algarve aconteceu o inverso, no primeiro período estas regiões situavam-se no 4º Quadrante, e nos períodos seguintes, situaram-se no 1º Quadrante.

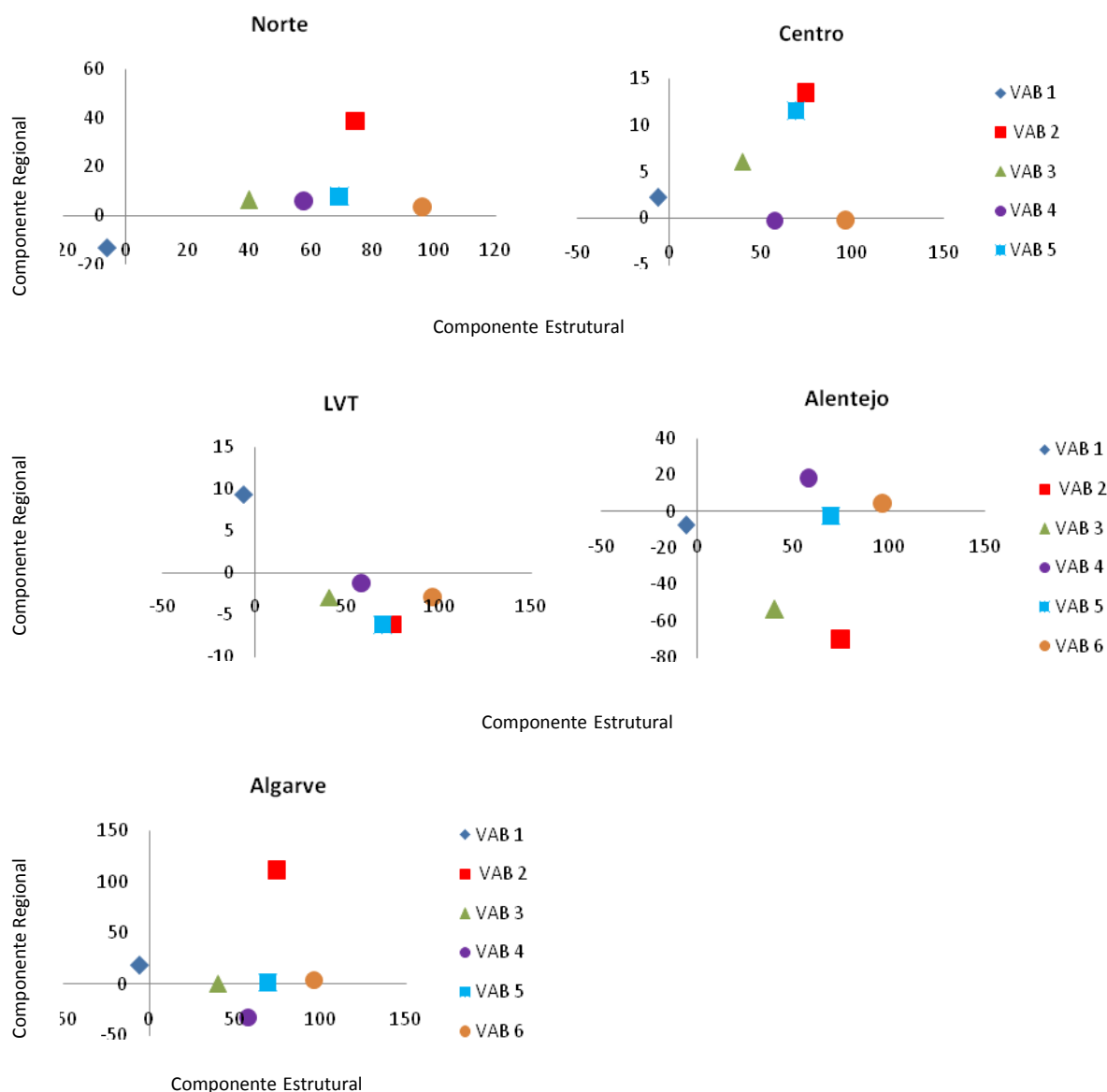
Quando estudamos o período do “Panorama Geral de 1989 a 2006”, verificamos que as regiões de LVT e do Algarve se situam no primeiro quadrante, que representa a situação mais



favorável. Já as Regiões do Norte, do Centro e do Alentejo situam-se no segundo quadrante o que nos indica que são regiões com especialização produtiva desfavorável, mas vantagens locais acima da média.

A aplicação da análise das componentes de variação com fins de planeamento estratégico envolve a consideração das componentes identificadas, de forma a identificar as ameaças, as oportunidades, os pontos fortes e os pontos fracos que uma dada região enfrenta. Sectores com uma componente regional e componente estrutural positiva indiciam pontos fortes a considerar, enquanto os sectores com uma componente regional positiva e componente estrutural negativa são sinais de oportunidades que devem ser ponderadas. Por fim, se ambas as componentes forem negativas indicam-nos os pontos fracos da região.

Gráficos 17: Decomposição do Crescimento regional por Região no período de 1989 a 1993





Nos gráficos da decomposição do crescimento regional do período de 1989 a 1993, no Norte, os sectores dos Produtos Energéticos (VAB 2), Produtos Industriais (VAB 3), da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6) são uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtiva da região. O da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), é um ponto fraco devido á sua fraca competitividade e pode constituir uma ameaça ao crescimento da região, tendo crescimento negativo no país.

No Centro, os sectores dos Produtos Energéticos (VAB 2), dos Produtos Industriais (VAB 3) e o dos Serviços Mercantis (VAB 5), constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região. O sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), não permite uma análise tão directa, mas são potenciais pontos fortes, basta para isso aproveitar as vantagens locais. Os sectores, da Construção e Obras Públicas (VAB 4) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6). Também não tem uma análise directa, são sectores de rápido crescimento em termos nacionais, mas na região o crescimento é nulo. Assim esta oportunidade para a região só se converterá em ponto forte se forem removidas as desvantagens locais da região que estão a limitar o seu crescimento.

Em LVT, o sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) O sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), não permite uma análise tão directa, mas são potenciais pontos fortes, basta para isso aproveitar as vantagens locais. Situação inversa estão os sectores dos Produtos Energéticos (VAB 2), dos Produtos Industriais (VAB3), da Construção e Obras Publicas (VAB 4) dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6). Estes sectores são de rápido crescimento a nível nacional, mas em LVT foi nulo, assim esta oportunidade só se converterá num ponto forte se forem removidas as desvantagens locais da região que limitam o seu crescimento.

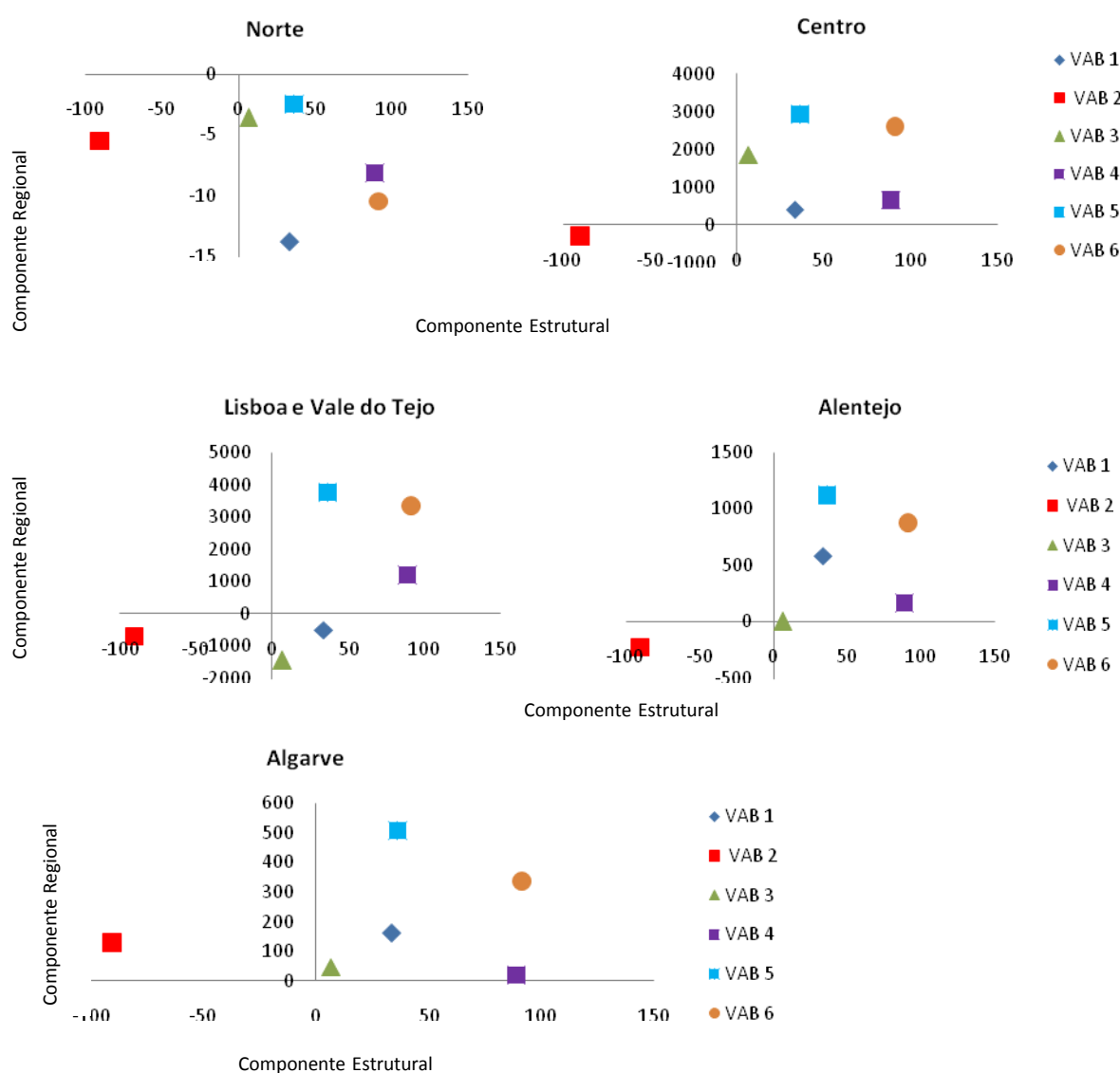
No Alentejo, os sectores da Construção e Obras Publicas (VAB 4) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6) indica uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região, enquanto o sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) é um ponto fraco, devido á sua fraca competitividade e podem constituir ameaças ao crescimento da região. Os sectores dos Produtos Energéticos (VAB 2), dos Produtos Industriais (VAB 3) e dos Serviços Mercantis (VAB 5), são sectores de rápido crescimento a nível nacional, mas na região é nulo, assim esta oportunidade só se converterá num ponto forte se forem removidas as desvantagens locais que limitam o seu crescimento.

Por último, o Algarve tem nos sectores dos Produtos Energéticos (VAB 2), dos Produtos Industriais (VAB 3) dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6),



uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região. Já o sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) não permite uma análise tão directa, mas são potenciais pontos fortes, basta para isso aproveitar as vantagens locacionais. O sector da Construção e Obras Públicas (VAB 4) é um sector de rápido crescimento a nível nacional, mas na região é nulo, assim esta oportunidade só se converterá num ponto forte se forem removidas as desvantagens locacionais que limitam o seu crescimento.

Gráficos 18: Decomposição do Crescimento regional por Região no período de 1994 a 2000



Nos gráficos da decomposição do crescimento regional do período de 1994 a 1999, podemos averiguar que na região do Norte os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), dos Produtos Industriais (VAB 3), Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6), são sectores de rápido



crescimento em termos nacionais, mas nas regiões respectivas o seu crescimento é nulo. Assim esta oportunidade para as regiões só se com verterá em ponto forte se forem removidas as desvantagens locacionais que limitam o crescimento das regiões, por outro lados o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2) encontra-se na situação inversa.

No Centro o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2), é um ponto fraco devido a sua fraca competitividade e podem constituir ameaças ao crescimento da região. Já os restantes sectores, da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), dos Produtos Industriais (VAB 3), da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6), constituiu uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região.

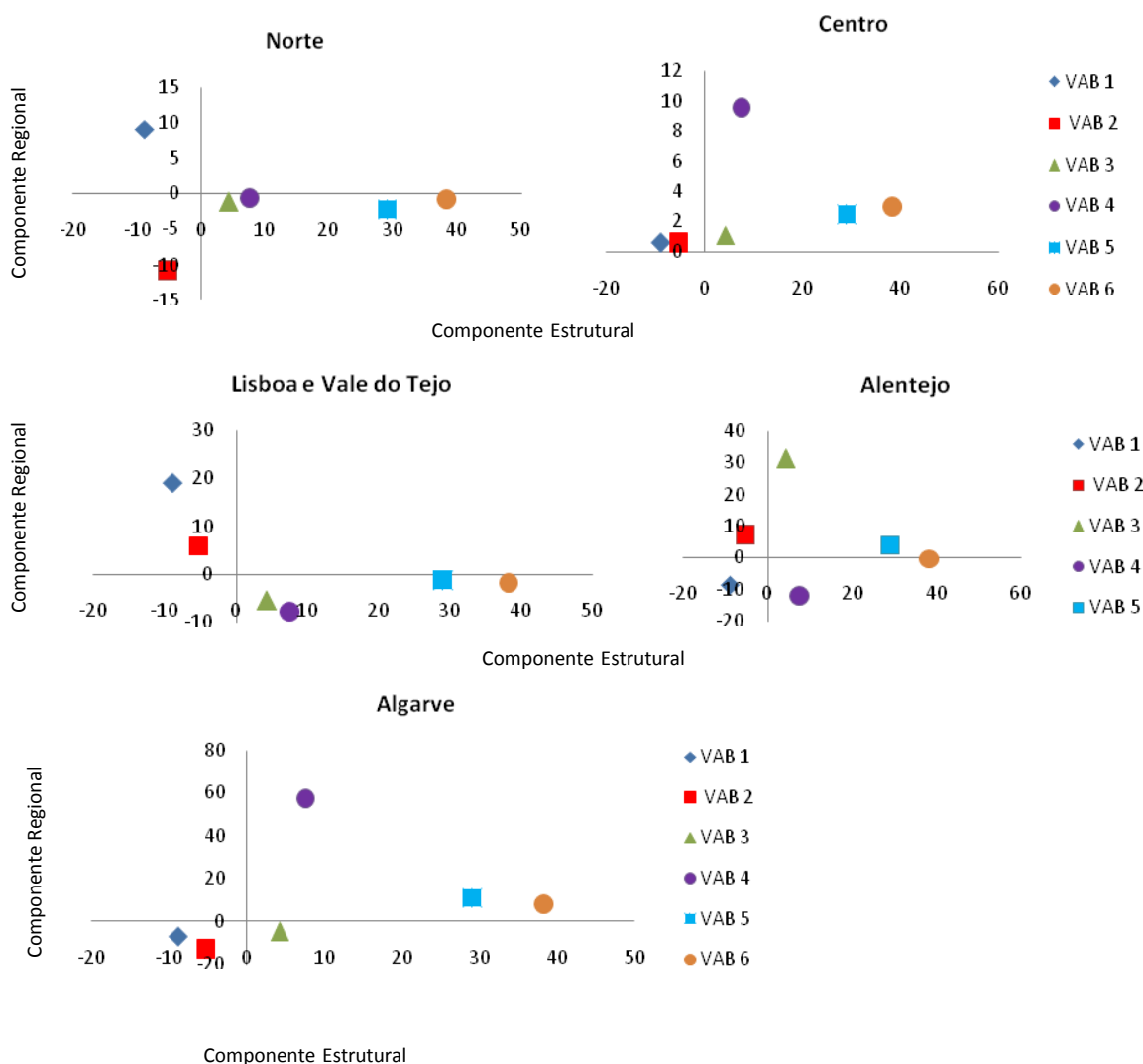
LVT, tem nos sectores da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6), constituiu uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região. Inversamente a estes sectores encontra-se o sector do Produtos Energéticos (VAB 2), ponto fraco, devido á fraca competitividade e pode constituir uma ameaça ao crescimento da região. Por outro lado, os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), e dos Produtos Industriais (VAB 3), são sectores de rápido crescimento em termos nacionais mas na região o seu crescimento foi nulo. Assim esta região só se converterá num ponto forte se forem removidas as desvantagens locacionais, que estão a limitar o crescimento da região.

No Alentejo os sectores, da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), dos Produtos Industriais (VAB 3), da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6) constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtiva da região. O sector dos Produtos Energéticos (VAB 2), é o ponto fraco da região devido a sua fraca competitividade o que leva a que o crescimento da região seja negativo, vindo isso a reflectir-se a nível nacional.

O Algarve tem nos seus sectores, da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), dos Produtos Industriais (VAB 3), da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6), constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtiva da região. Apenas o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2), é um potencial ponto forte, basta para isso tirar proveito das vantagens locacionais.



Gráficos 19: Decomposição do Crescimento regional por Região no período de 2000 a 2006



Na leitura dos gráficos da decomposição do crescimento da região para o período de 2000 a 2006, vemos que a região do Norte tem no sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) um potencial ponto forte, sendo necessário aproveitar as vantagens locais, situação inversa dos sectores dos Produtos Industriais (VAB 3) e da Construção e obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6). Estes sectores são de rápido crescimento a nível nacional, mas na região foi nulo, assim esta oportunidade só se converterá num ponto forte se forem removidas as desvantagens locais da região que limitam o seu crescimento. Sendo o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2), o ponto fraco da região devido a sua fraca competitividade sendo uma ameaça ao crescimento da região e reflectindo-se negativamente a nível nacional.



A situação da região de LVT é idêntica á da região do Norte, a única excepção é o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2) que é um potencial ponto forte, sendo necessário aproveitar as vantagens locais.

No Centro, verificamos que os sectores dos Produtos Industriais (VAB 3) e da Construção e obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6), constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtiva da região. Os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), dos Produtos Energéticos (VAB 2), têm uma oportunidade de se converter em pontos fortes devido às vantagens locais.

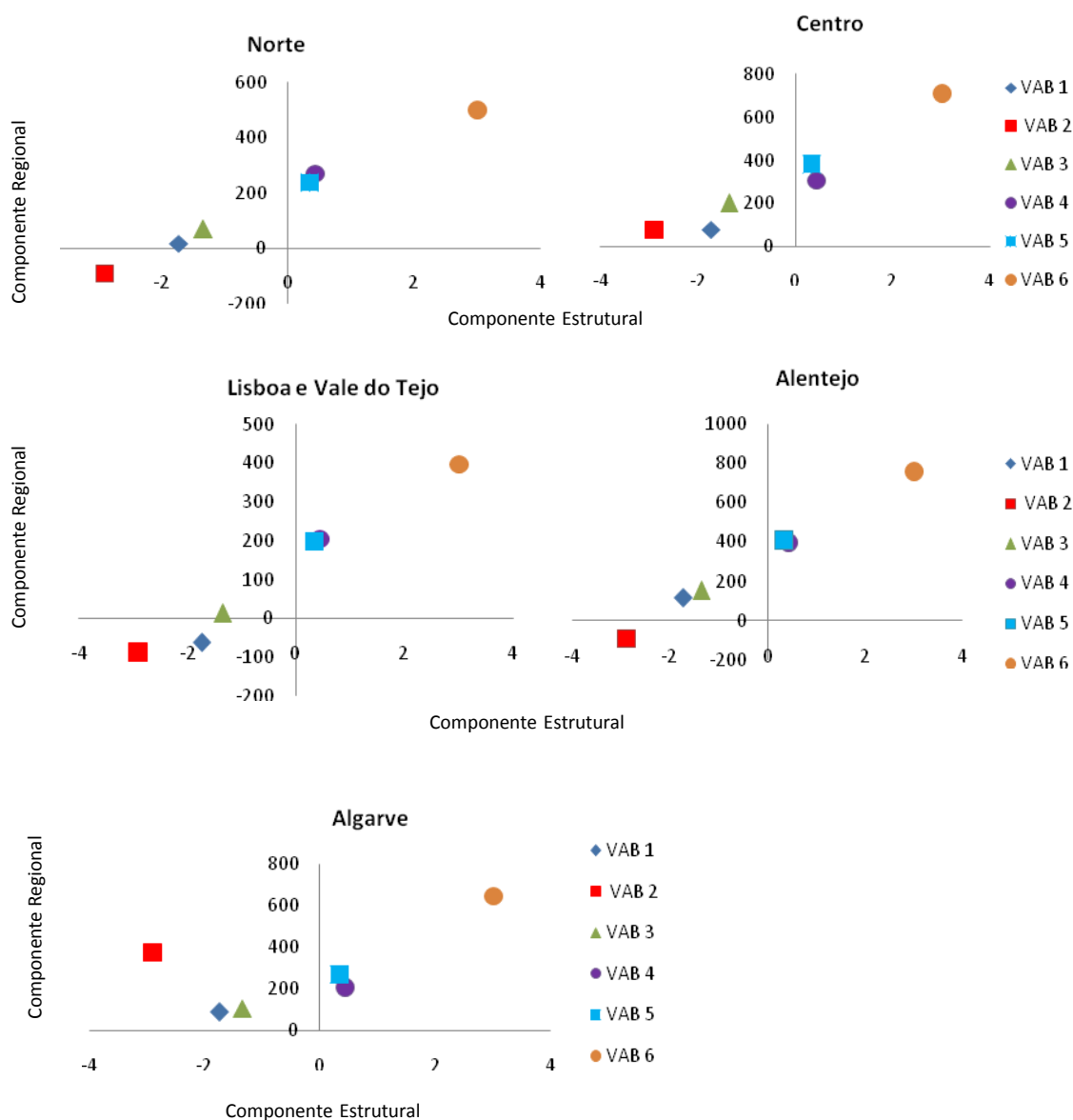
O Alentejo tem nos sectores dos Produtos Industriais (VAB 3) e dos Serviços Mercantis (VAB 5), uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtiva da região. Inversamente a esta situação está os sectores da Agricultura Silvicultura e Pesca (VAB1) são os pontos fracos da região devido a sua fraca competitividade e constitui uma ameaça para o crescimento da região.

Os sectores da Construção e Obras Publicas (VAB 4) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6), são sectores em rápido crescimento a nível nacional, mas na região o seu crescimento é nulo. Assim só se converteram em potenciais pontos fortes se removerem as desvantagens locais que limitam o crescimento da região. O sector dos Produtos Energéticos (VAB 2) é um potencial ponto forte, sendo necessário aproveitar as vantagens locais.

Por último no Algarve, os sectores da Construção e Obras Publicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e Serviços não Mercantis (VAB 6), são uma oportunidade e conjuntamente um ponto forte na estrutura produtiva da região, enquanto os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), e dos Produtos Energéticos (VAB 2), são pontos fracos, devido a sua fraca competitividade e podem ser uma ameaça ao crescimento da região, pois tem crescimento negativo a nível nacional. O sector dos Produtos Industriais (VAB 3), é um sector de rápido crescimento em termos nacionais mas a nível regional é nulo, assim para se converter este sector num ponto forte é necessário remover as desvantagens locais que limitam o seu crescimento.



Gráficos 20: Decomposição do Crescimento regional por Região no período de 1989 a 2006



Na região do Norte, os sectores da Construção e Obras Publicas (VAB 4), dos serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6), constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região, enquanto o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2), é um ponto fraco (fraca competitividade) e pode constituir uma ameaça, ao crescimento da região, pois é de crescimento negativo a nível nacional. Já os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) e dos Produtos Industriais (VAB 3), são potenciais pontos fortes, tendo que para isso aproveitar as vantagens locais.

No Centro, os sectores da Construção e Obras Publicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6) constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região. Já os sectores da



Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), dos Produtos Energéticos (VAB 2) e dos Produtos Industriais (VAB 3) são potenciais pontos fortes, são sectores de rápido crescimento a nível da região mas a nível nacional é nulo, devendo aproveitar-se as vantagens locais.

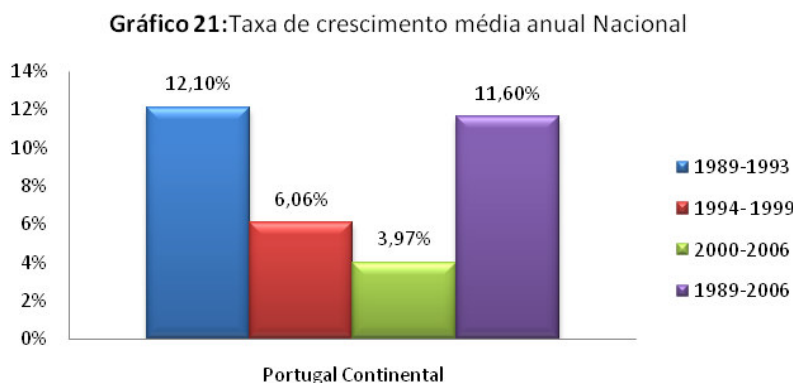
LVT, os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) e dos Produtos Energéticos (VAB 2) são pontos fracos (fraca competitividade) e podem constituir ameaças, pois são de crescimento negativo a nível nacional, ao crescimento da região. Já relativamente aos sectores da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6) constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtiva da região. Por fim o sector dos Produtos Industriais (VAB 3) é um sector de rápido crescimento em termos regionais.

No Alentejo, os sectores da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6) constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região, enquanto o sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) é um ponto fraco (fraca competitividade) e pode constituir ameaça, pois é de crescimento negativo a nível nacional, ao crescimento da região. Já os sectores dos Produtos Energéticos (VAB 2) e dos Produtos Industriais (VAB 3) são potenciais pontos fortes, são sectores de rápido crescimento a nível da região mas a nível nacional é nulo.

No Algarve, os sectores da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6) constituem uma oportunidade e simultaneamente um ponto forte, na estrutura produtiva da região. Já os sectores da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), Produtos Energéticos (VAB 2) e Produtos Industriais (VAB 3) são potenciais pontos fortes, são sectores de rápido crescimento a nível da região mas a nível nacional é nulo

Ao analisarmos o crescimento do país, para os períodos estudados (1989-1993;1994-1999; 2000-2006), verificamos que o país, no primeiro período cresceu a uma taxa de 61%, no segundo período cresceu a uma taxa de 36,37% e no terceiro período cresceu a uma taxa de 24%. Podemos concluir que a taxa de crescimento nacional tem vindo a diminuir, o que nos indica que o crescimento do país se tem tornado mais lento.

Se dividirmos esta taxa pelo número de anos correspondente a cada período obtemos a taxa média anual do país. No período de 1989 a 1993 a taxa média anual do país era de 12,10%, no segundo período a taxa era de 6,06% e no terceiro e último período de 2000 a 2006 era de 3,97%. Quando verificamos num cenário geral de 1989 a 2006 vemos que a taxa média anual de crescimento de Portugal Continental é de 11,60%.

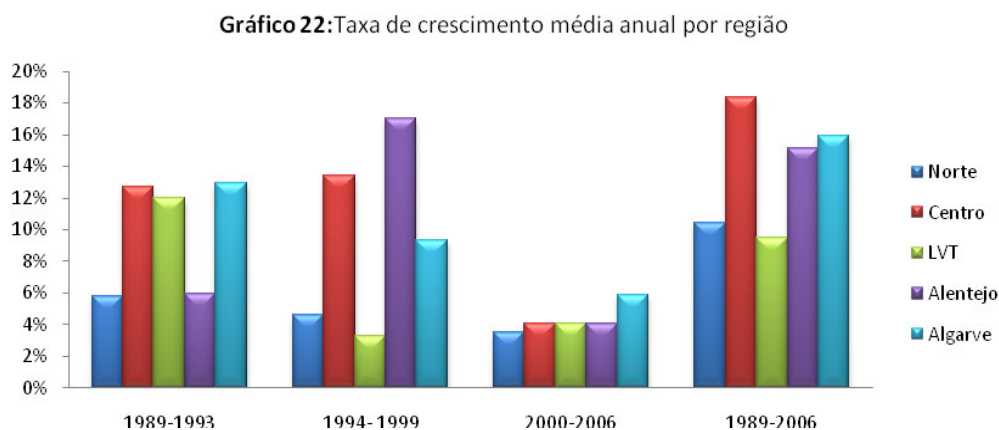


Quando estudamos o crescimento por região, para os períodos em questão, verificamos, que no período de 1989 a 1993 as regiões que tiveram uma taxa de crescimento média anual mais elevada foram o Centro e o Algarve, com 13%, seguindo-se LVT com 12% e o Norte e o Alentejo com uma taxa de 6%.

No segundo período, 1994-1999, observamos que a taxa média anual do Alentejo foi de 17%, seguido do Centro (13%), do Algarve (9%), do Norte com 5% e por fim de LVT com uma taxa de 3%.

No último período de 2000-2006 apuramos, que as taxas médias anuais de crescimento diminuíram em quase todas as regiões á excepção de LVT, que viu a taxa crescer em 1%. A taxa média anual de crescimento para o Norte foi de 3%, para o Centro, LVT e Alentejo foi de 4% e para o Algarve foi de 6%.

Quando analisamos num “panorama Geral” para os períodos de 1989 a 2006 verificamos que a região do centro teve uma taxa de crescimento de 330%, que faz com que anualmente esta região tenha uma taxa média anual de 18%. Por outro lado a região de LVT teve uma taxa de crescimento de 171%, sendo a mais baixa, o que reflecte que anualmente esta região teve uma taxa média de crescimento de 9%. (Quadro 22)





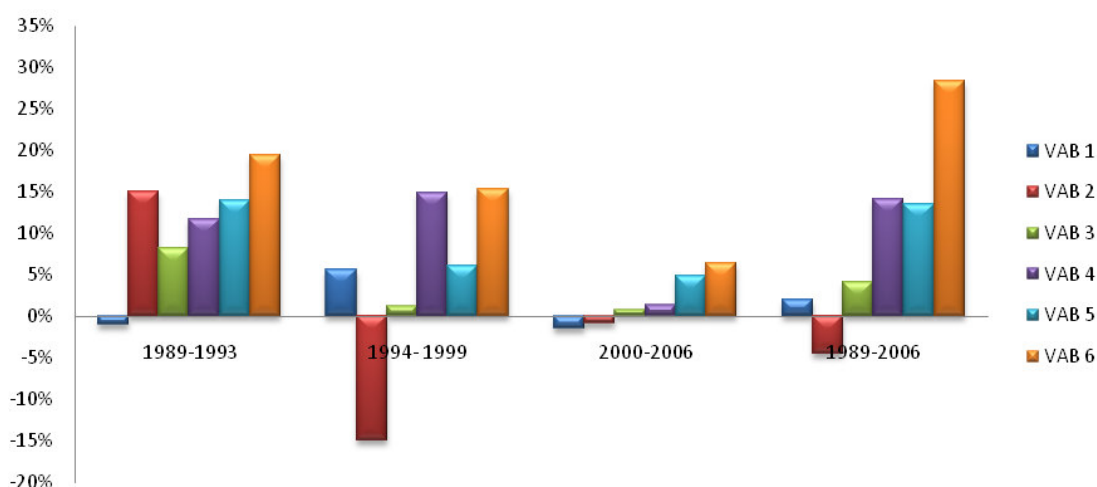
Ao analisarmos a taxa de crescimento para os sectores no período de 1989 a 1993, o sector com a taxa de crescimento mais elevado era o sector dos Serviços não Mercantis (VAB 6) (19%), seguindo-se o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2) (15%), o dos Serviços Mercantis (VAB 5) (14%), o da Construção e Obras Públicas (VAB 4) (12%) e o Produtos Industriais (VAB 3) (8%). No sector da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) verificou-se um decréscimo de 1%, voltando a verificar-se esse mesmo decréscimo no terceiro período.

No segundo período verifica-se que o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2) teve uma taxa média anual negativa de 15%, o inverso dos sectores da Construção e Obras Publicas (VAB 4) e dos Serviços não Mercantis que tiveram uma taxa de 15%. Os sectores da Agricultura Silvicultura e Pesca (VAB 1) e dos Serviços Mercantis (VAB 5) teve uma taxa média anual de 6% e o sector dos Produtos Industriais (VAB 3) teve uma taxa de 1%.

No último período, de 2000a 2006 verificamos que o sector Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1) e o Produtos Energéticos (VAB 2) tiveram um decréscimo de 1%, enquanto o sector Produtos Industriais (VAB 3) e o da Construção e Obras Publicas (VAB 4) tiveram um crescimento de 1%. Os sectores do Serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB6) tiveram um crescimento de 5% e 6% respectivamente.

Ao analisarmos os sectores num cenário global de 1989 a 2006 verifica-se que o sector que mais cresceu foi o de Serviços não Mercantis com uma taxa de crescimento de 510%, o que significa que teve uma taxa média anula de 28%. Por outro lado o sector dos Produtos Energéticos (VAB 2) teve um decréscimo de 82%, o que anualmente dá uma taxa negativa de 5%. (Quadro 23)

Grafico 23: Taxa de crescimento média anual por sectores





Conclusão

O desenvolvimento deve ser um processo sustentável, isto é, deverá ter na sua raiz competências, factores e recursos humanos que assegurem o desenvolvimento como um processo continuado e dinâmico capaz de se auto-alimentar.

A sustentabilidade do desenvolvimento deverá, por um lado, apoiar-se nos recursos endógenos existentes no país e por outro, nas ajudas exógenas que muitas das vezes se revelam de importância fulcral para o início de um processo de (re) lançamento da economia. O processo de desenvolvimento implica o conhecimento da perenidade da actividade humana, da qualidade do ambiente, dos recursos naturais e da sua conservação em condições satisfatórias para as gerações seguintes.

O desenvolvimento depende da Produção, Distribuição e do Consumo, podendo ser este de curto, médio ou longo prazo, mas não há desenvolvimento a longo prazo se não houver desenvolvimento no curto prazo. As propostas para o desenvolvimento devem ser para longo prazo, mas ele tem de ser sentido a curto e médio prazo. O desenvolvimento cinge várias dimensões, desde a Económica, Social, Ambiental, Cultural, Organizacional, Institucional e Territorial.

A análise das teorias da localização, dos modelos e teorias do desenvolvimento regional permite-nos estudar os postulados, distintas perspectivas e as leis em que pode assentar o desenvolvimento económico e social ao nível regional. As teorias e os modelos estudados constituem um dos pilares em que se apoia o planeamento do território numa dupla perspectiva, isto é, o território percebido como um elemento passivo (local onde tem as actividades) e como elemento activo capaz de influenciar o modo e a velocidade como se processa o desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional, viu o seu conceito ao longo dos anos a sofrer algumas mutações ou acréscimos, dependendo do autor que o estudava e da sua perspectiva se era neoclássica, clássica, base-exportação ou dos pólos de crescimento.

Quando Abordamos o Desenvolvimento Regional em Portugal fazemo-lo através de três pontos centrais que são: Instrumentos de Planeamento do Desenvolvimento; Instrumentos Financeiros: dos Nacionais aos Europeus; e um balanço das Políticas do Desenvolvimento Regional.

Nos Instrumentos de Planeamento do Desenvolvimento, começamos na década de 60/70 com os quatro Planos de Fomento, no qual está incluído o Plano Intercalar de Fomento (PIF), que foram os instrumentos pioneiros de definição estratégia de desenvolvimento do País.



Após o 25 de Abril de 1974 e da pré-adesão da CEE/UE, os Planos de Fomento foram suspensos, e procurou-se uma solução que valorizasse o quadro de vida da população, revolucionando os objectivos, os meios e os instrumentos de planeamento. A partir de 1980 o processo de planeamento é marcado tanto por atitudes de passividade como de algum intervencionismo, iniciando-se o processo de elaboração dos Planos Directores Municipais extensivos a todo o país e diversos Planos de Urbanização e de Pormenor.

Entre 1989 a 2006, surgiram os três Quadros Comunitários de Apoio. O I QCA, procurou diminuir as disparidades existentes entre as regiões, quer a nível comunitário, quer a nível interno dos Estados – Membros. O II QCA, foi um contrato de parceria entre o governo português e a comissão europeia, que visou levar a cabo no terreno uma diversidade de programas por sector de actividade e por regiões, designados intervenções operacionais. Por fim, o III QCA permitiu aplicar em concreto as propostas da CE acolhidas pelo conselho Europeu de Berlim em 1999 e desenvolvidas nos diversos instrumentos legislativos adoptados no seguimento da aprovação da Agenda de 2000.

O último período, dos instrumentos de planeamento e que vigora ate aos dias de hoje é o QREN, nele estão consagrados os princípios de organização temática na estruturação dos Programas Operacionais. O QREN tem como princípio estruturante entre outros a coesão e a valorização territorial potenciando os factores de progresso económico, sócio-cultural e ambiental, específicos de cada região contribuem para um desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado.

Nos instrumentos Financeiros Nacionais, temos a Administração Pública, que é constituída por quatro subsectores: A administração central que engloba os subsectores do Estado e Fundos e Serviços Autónomos (FSA), e é meramente um poder de fiscalização de que as leis estão a ser aplicadas; a administração regional e administração local (ARL) que integra os órgãos dos governos regionais, os municípios e as freguesias, assim como os respectivos FSA e finalmente a Segurança Social. A nível Europeus temos o Fundo de Coesão e os Fundos Estruturais, que tem por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões dos Estados-Membros, participando assim, no objectivo de coesão económica social e territorial. No sentido de alcançar este objectivo criaram quatro fundos estruturais, o FEDER, o FSE, o FEOGA e o IFOP.

Desde a adesão de Portugal a UE em 1986, que o país tem beneficiado de importantes apoios comunitários através de contribuições financeiras dos fundos estruturais, consubstanciados no Anterior regulamento (1986-1988), nos três QCA, e no QREN.



A economia Portuguesa após 1990 realizou, de forma expressiva, um notável processo de convergência nominal, que constitui um dos aspectos mais marcantes da evolução económica após a adesão à CE, tendo permitido a Portugal integrar o conjunto de Estados-Membros que fazem parte da Zona Euro. O processo de convergência observado não se verificou de igual modo em todo o país, embora entre 1993 a 1996 todas as regiões a excepção do Algarve se aproximaram da UE. As regiões em que o processo foi mais intenso foram no Centro e no Alentejo.

No período de 2001 a 2005, notou-se um abrandamento significativo da actividade económica, e a trajectória de divergência real revelaram as debilidades estruturais da economia portuguesa, em grande parte devido as diferenças do PIBpc face ao conjunto da UE sendo explicadas pelas divergências na eficiência económica.

As graves assimetrias regionais existentes em Portugal geram desigualdades entre os portugueses e são um obstáculo importante ao desenvolvimento. As assimetrias dão-se devido às características de cada região e isso reflecte-se nos vários sectores de actividade; o da Agricultura, Silvicultura e Pesca, o dos Produtos Energéticos, Produtos Industriais, Construção e das Obras Públicas, e dos Serviços Mercantis e dos Serviços não Mercantis, como podemos comprovar com a análise empírica elaborada.

Através da análise Shift-Share podemos verificar que as regiões do Norte e Algarve foram as regiões mais constantes, uma vez que mantiveram-se ao longo dos períodos no mesmo quadrante. Já a região de LVT e do Algarve melhoraram ao longo do tempo, estando no último período no 1º quadrante. A única região da qual fazemos um balanço negativo é a região do norte uma vez que desde o segundo período se mantém no 4º quadrante, que nos indica que a região tem problemas em termos competitivos.

Quando abordamos a análise shift-share num “panorama geral de 1989 a 2006”, verificamos que a região de LVT e do Algarve se situam no 1º quadrante. E as regiões do Norte, do Centro e do Alentejo se situam no 2º quadrante, indicando que são regiões com especialização produtiva desfavorável mas com vantagens locais acima da média.

Quando analisamos pelo panorama geral de 1989 a 2006 os sectores verificamos que o sector da Construção e Obras Públicas (VAB 4), dos serviços Mercantis (VAB 5) e dos Serviços não Mercantis (VAB 6), são oportunidades e simultaneamente um ponto forte na estrutura produtivas de todas as regiões. Em relação aos outros sectores o da Agricultura, Silvicultura e Pesca (VAB 1), o dos Produtos Energéticos (VAB 2) e dos Produtos Industriais (VAB 3) oscilam entre o 2 e o 3º quadrante.



Referências Bibliográficas

A Reprogramação do III Quadro Comunitário de Apoio. Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e desenvolvimento Regional.

Alves, R. M. (2003). *Planeamento do Ordenamento e Planeamento do Desenvolvimento.* Coimbra: Acta IX Encontro Nacional da APDR, volume II.

Andrade, L. B. (2007). *FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA.* Obtido em 5 de 8 de 2009, O programa redes de cooperação como modelo para o desenvolvimento regional: da teoria à prática no rio grande do sul in http://tede.pucrs.br/tede_buscaarquivo.php?codArquivo=918

Barradas, S. e. (2007). *Os espaços do crescimento Económico.* Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

Competitividade territorial e Coesão económica e social, V. I. *Os objectivos da competitividade e da coesão, uma necessária clarificação.*

Conclusões e Recomendações. Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social, Volume II.

Costa, J. d. (2005). *Compendio de Economia regional.* 2ª Edição Setembro, Lisboa : Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Regional (APDR).

Domingos, E. (1997/98). *Análise de Investimento do Sector Público em Portugal 1977-1993.* Departamento de Prospectiva e Planeamento, Volume 3/4.

DPP. (2006). *Evolução das assimetrias Regionais.* Prospectiva e Planeamento.

DPP, M. d. (1999). *Portugal no Contexto da UE, Dinâmica de Convergência.* Lisboa.

Execução dos Fundos Estruturais Comunitários e fundos de Coesão 2000-2006. (2006). *Nota de Imprensa de MAOTDR.*

Ferrão, J. *Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001.* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.



Gonçalves, B. *Factores Determinantes da competitividade: Uma análise do Polo Moveleiro*.

INE. VAB 1989-1995 base 1990.

INE. VAB 1995-2007 base 2000.

Marcelino, M., Espada, M. d., & Vilão, R. (2007). *Sistema de Indicadores de desenvolvimento Sustentavel - SIDS PORTUGAL*. Lisboa: Agencia Portuguesa do Ambiente.

Martins, N. (2008). Factores de Competitividade Regional. *Congresso empresarial da região de Viseu*. Viseu.

Mateus, A. (2005). *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social*. As grandes Questões conceptuais e metodológicas.

Mateus, A. M. (s.d.). Um novo modelo de desenvolvimento para Portugal.

O QCA III e a Reprogramação Intercalar, O próximo período de programação financeira comunitária 2007-2013, perspetivar o contributo das regiões. Gabinete do Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional.

Proença, J. (2000). *Realatório de execução anual do QCA II - 1998*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

Proença, M. (2002). *Situações Económica - Social em Portugal*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Professor Doutor Matos, A. F. (2000). *Introdução ao Planeamento e Ordenamento do Território*. Covilhã: DGE/UBI.

Professor Doutor Matos, A. F. (2002/2003). *Métodos e técnicas de Análise Regional, Análise de Dinâmica ou de Componente*. Covilhã: Economia Regional e Urbana, DGE/UBI.

Professor Doutor, M. A. (2002/2003). *A dimensão territorial da mudança económica Global*. Covilhã: Economia regional e Urbana, UBI/DGE.

Professor Doutor, M. A. (2002/2003). *Modelos de Desenvolvimento e Política Económica Espacial; Política Regional Europeia*. Covilhã: Economia Regional e Urbana.



Professor Doutor, M. A. (2000). *Ordenamento do território e desenvolvimento regional*. Covilhã: DGE/UBI.

Professor Doutor, M. A. (2008). *Seminário de Cooperação Transfronteiriça e inter-regional, Fundos Estruturais: Um balanço e os novos cenários*. Covilhã: DGE/UBI.

Programa Operacional Temático, Factores de Competitividade de 2007-2013. (proposta de 16 de janeiro de 2007).

(1997/98). *Prospectiva e Planemanto Volume 3/4*. DPP; ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional.

Ribeiro, I. M. *Identificando as regiões prosperas e inovadoras da Europa*.

Rosa, E. (s.d.). Obtido em 3 de Agosto de 2009, de http://resistir.info/e_rosa/qren_ao_utilizado.html

Rosa, E. (22 de 2 de 2008). *Obstaculo ao desenvolvimento*. Obtido em 20 de 5 de 2009, de <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>.

Santos, A. B. (2006). Quadro de referencia estrategico nacional.

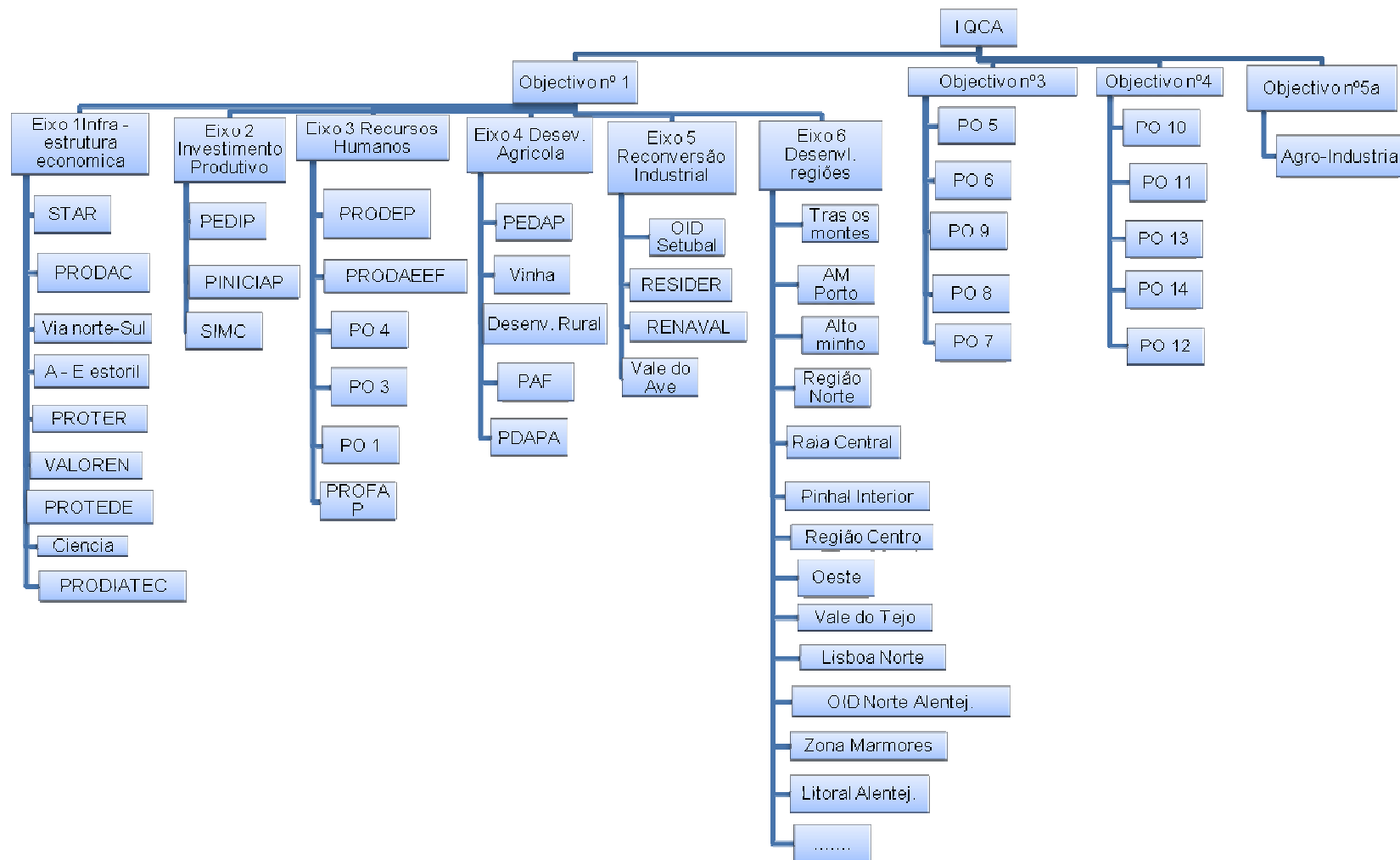
Um indice sintetico de competitividade e coesão territorial para regiões portuguesas: as grandes linhas metodologicas. Competitividade Territorial e Coesão Economica e Social, Volume I.



ANEXOS

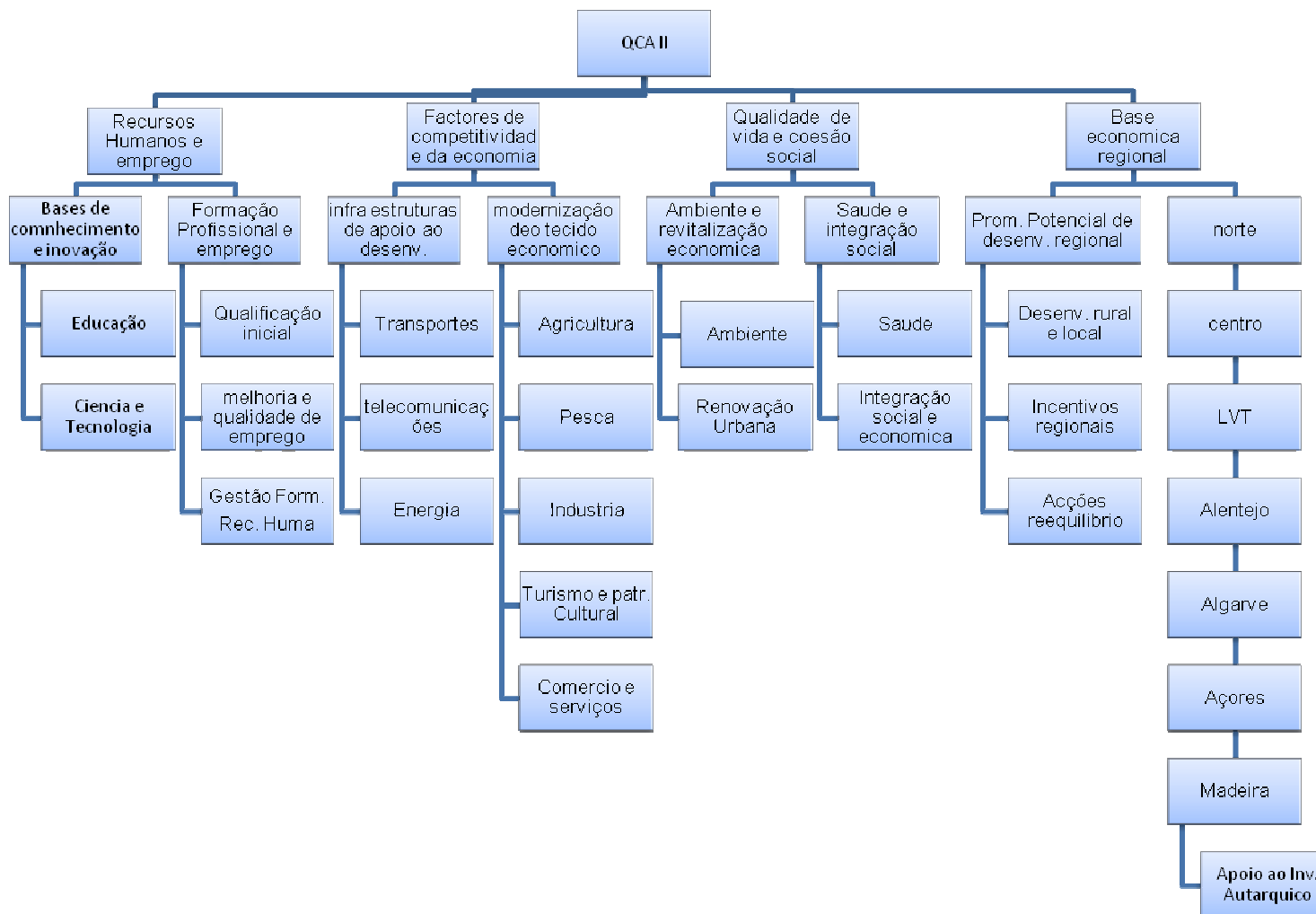


Quadro 4: Estrutura do 1º Quadro Comunitário de Apoio





Quadro 5: Estrutura do 2º Quadro Comunitário de Apoio





Quadro 6: Estrutura do 3º Quadro Comunitário de Apoio

12 PO Sectoriais
Educação
Emprego, formação e desenvolvimento Social
Sociedade do conhecimento
Saúde
Cultura
Administração Pública
Agricultura e desenvolvimento rural
Pescas
Economia
Acessibilidades e transportes
Ambiente
5 PO Regionais do Continente
Norte
Centro
Lisboa e Vale do Tejo
Alentejo
Algarve
2 PO Regiões Autónomas
Açores
Madeira
1 PO Assistência Técnica

Quadro Comunitário de Apoio III			
Eixo I	Eixo II	Eixo III	Eixo IV
Elevar o nível de qualificação dos Portugueses, promover o emprego e a coesão social	Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades de futuro	Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país	Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional
7.764.147.277 €	12.485.734.391 €	3.779.657.842 €	15.988.888.191 €
PO Educação 1.543.527.201 €	PO Agricultura 3.785.033.279 €	PO Acessibilidades e Transportes 3.336.116.509 €	PO Regional Norte 4.909.904.305 €
PO Emprego, Formação e Desenvolvimento Social 2.820.260.517 €	PO Pesca 355.018.376 €	PO Ambiente 443.541.333 €	PO Regional Centro 2.964.673.237 €
PO Ciência e Inovação 2010 1.298.336.877 €	PRIME 8.345.682.736 €		PO Regional Lisboa e Vale do Tejo 2.761.188.119 €
PO Sociedade do Conhecimento 880.346.191 €			PO Regional Alentejo 2.051.639.968 €
PO Saúde XXI 731.280.635 €			PO Regional Algarve 769.278.327 €
PO Cultura 351.128.180 €			PO Regional Açores 1.301.918.780 €
PO Administração Pública 139.267.676 €			PO Regional Madeira 1.230.285.455 €
PO Assistência Técnica 102.432.095 €			



Quadro 7: Estrutura do QREN

QREN (2007 - 2013)
3 PO TEMÁTICOS
· Factor de Competitividade
· Potencial Humano
· Valorização Territorial
5 PO REGIONAIS DO CONTINENTE
· Norte
· Centro
· Lisboa
· Alentejo
· Algarve
4 PO REGIÕES AUTÓNOMAS
· Açores (FEDER e FSE)
· Madeira (FEDER e FSE)
3 PO COOPERAÇÃO TERRITORIAL
· Transfronteiriça
· Transnacional
· Inter-Regional
2 PO ASSISTÊNCIA TÉCNICA (FEDER E FSE)

**Quadro 8:**

Estrutura milhões €

	<i>Europeu</i>	<i>Nacional</i>		<i>Total</i>	
		<i>Total</i>	<i>Público</i>		<i>Privado</i>
<i>Prog. Operacionais Temáticos</i>	13910	18104	5293	12811	32014
PO Factores de Competitividade	3104	2407	686	1721	5511
PO Potencial Humano	6147	2721	2636	85	8868
PO Valorização do Território	4659	12976	1971	11005	17635
<i>Prog. Regionais</i>	7367	4544	2388	2156	11911
PO Norte	2712	1543	953	590	4255
PO Centro	1702	1179	511	668	2881
PO Lisboa	307	375	164	211	682
PO Alentejo	869	591	248	343	1460
PO Algarve	175	177	67	110	352
PO Açores	1156	424	284	140	1580
PO Madeira	446	255	161	94	701
<i>Prog. Operacionais de Coop. Ter.</i>	98	37	37	0	135
<i>Prog. Oper. Assist. Técnica</i>	137	24	24	0	161
Total	21511	22709	7741	14968	44219

Estrutura %

	<i>Europeu</i>	<i>Nacional</i>		<i>Total</i>	
		<i>Total</i>	<i>Público</i>		<i>Privado</i>
<i>Prog. Operacionais Temáticos</i>	64,7	79,7	68,4	85,6	72,4
PO Factores de Competitividade	14,4	10,6	8,9	11,5	12,5
PO Potencial Humano	28,6	12,0	34,1	0,6	20,1
PO Valorização do Território	21,7	57,1	25,5	73,5	39,9
<i>Prog. Regionais</i>	34,2	20,0	30,8	14,4	26,9
PO Norte	12,6	6,8	12,3	3,9	9,6
PO Centro	7,9	5,2	6,6	4,5	6,5
PO Lisboa	1,4	1,7	2,1	1,4	1,5
PO Alentejo	4,0	2,6	3,2	2,3	3,3
PO Algarve	0,8	0,8	0,9	0,7	0,8
PO Açores	5,4	1,9	3,7	0,9	3,6
PO Madeira	2,1	1,1	2,1	0,6	1,6
<i>Prog. Operacionais de Coop. Ter.</i>	0,5	0,2	0,5	0,0	0,3
<i>Prog. Oper. Assist. Técnica</i>	0,6	0,1	0,3	0,0	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Quadro 10: Execução dos fundos estruturais e de coesão**

Ponto de situação a 31/12/2005 (valores provisórios) Instrumentos de Política	Nível de aprovações (% Fundos na programação)	Nível de execução (% fundos na programação)	Execução acumulada	
			Despesa Pública	Fundos comunitários
Quadro Comunitário de Apoio (QCAIII) - Programas Operacionais e Fundos				
Educação	94,2%	73,2%	1.102.373.066,25	776.382.827,08
Emprego, Formação Profissional e Desenv. Social	112,5%	71,4%	1.904.729.973,30	1.188.687.718,38
Ciência e inovação 2010	85,3%	53,8%	689.162.964,62	383.518.445,47
Sociedade do Conhecimento	82,2%	31,7%	261.698.116,33	135.023.273,69
Saúde	88,3%	59,1%	398.583.205,85	293.461.844,56
Cultura	78,9%	55,6%	211.870.202,27	141.095.056,16
Administração Pública	-	-		
Agricultura e Desenv. Rural	94,1%	54,6%	1.052.238.577,98	739.616.091,23
Pescas	90%	62,4%	145.794.896,25	115.195.671,40
Economia/Prime	108,4%	63,7%	2.705.412.366,34	1.799.004.490,85
Acessibilidades e transportes	73,3%	54,6%	1.895.745.034,19	798.642.836,27
Ambiente	93,2%	55,4%	245.806.429,43	184.354.812,83
Norte	88,4%	66,3%	3.261.368.731,10	1.900.506.699,79
Centro	85,6%	64,3%	1.855.710.751,83	1.154.624.915,54
LVT	90,1%	73,4%	2.054.517.326,56	1.106.347.913,31
Alentejo	76,4%	57,9%	1.216.326.074,80	742.009.724,26
Algarve	79,9%	57,6%	451.043.972,00	275.611.524,00
Açores	95,4%	72,7%	838.454.324,89	658.120.655,41
Madeira	102,7%	65,6%	756.043.612,41	485.112.160,68
Assistência Técnica ao QCA III	84,7%	54,3%	53.881.935,22	40.411.451,96
TOTAL QCA III	91,8%	63%	21.101.771.561,54	12.920.328.113,85
FEDER	89,4%	63%	14.255.952.142,40	8.388.555.722,25
FSE	99,2%	67,8%	4.955.656.253,32	3.183.023.421,52
FEOGA-O	90,3%	52,9%	1.709.929.971,72	1.208.490.065,29
IFOP	91,7%	62,1%	180.233.194,10	140.258.904,21
Programas de iniciativa Comunitária (PIC)				
INTERREG III (FEDER)	82,7%	52,1%	290.211.732,64	222.026.415,00
URBAN (FEDER)	63,6%	45,2%	14.161.802,15	8.613.046,77
EQUAL (FSE)	91,6%	49,2%	75.955.536,39	55.974.155,38
LEADER (FEOGA-O)	78,6%	56,7%	129.527.528,00	93.235.752,00
TOTAL PIC	82,7%	52,5%	509.866.899,38	381.049.369,15
TOTAL FUNDOS ESTRUTURAIS	91,5%	62,6%	21.611.638.460,92	13.301.377.482,43
FUNDO de COESÃO	97,7%	38,7%	1.736.496.000	1.283.012.000

Fonte: Gabinete de Imprensa do MAOTDR, 19.05.06 in *Economia Regional e Urbana* – Prof. Doutor A. Fernandes de Matos - UBI / FCSH / DGE

**Quadro 13:** *Variação do Emprego por regiões entre 2000-2005*

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação% 2005/2000	% de Portugal	
	Emprego – Milhares							2000	2005
PORTUGAL	5030	5121,3	5151,2	5120,7	5116,7	5099,9	1,4%	100%	100%
Norte	1757,7	1794,9	1781,3	1762,5	1761,4	1752,3	-0,3%	34,9%	34,4%
Centro	1228,4	1242,8	1242,1	1245,1	1233,3	1221,5	-0,6%	24,4%	24%
Lisboa	1335,6	1360	1390	1365,2	1366,3	1369,5	2,5%	26,6%	26,9%
Alentejo	302,9	309,5	316,2	317,9	316,8	317,5	4,8%	6%	6,2%
Algarve	179,1	187,8	193,9	202	206,8	207,6	15,9%	3,6%	4,1%
RA Açores	97,7	98,3	100,7	100,8	103,2	104,2	6,7%	1,9%	2%
RA Madeira	118	116,5	117,9	119,1	124	122,2	3,6%	2,3%	2,4%

Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), obstáculo ao desenvolvimento, referencia em <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

Quadro 14: *Variação do desemprego por regiões entre 2000-2007*

Regiões	2000	2006	2007	Variação %	
	Mil			2007/2000	2007/2006
PORTUGAL	205,4	427,9	448,5	118,4%	4,8%
Norte	76	175,8	186	144,7%	5,8%
Centro	27,9	74,5	76,6	174,6%	2,8%
Lisboa	71,4	119,9	126,8	77,6%	5,8%
Alentejo	18	34,9	31,3	73,9%	-10,3%
Algarve	6,5	11,8	14,5	123,1%	22,9%
RA Açores	2,8	4,3	4,9	75%	14%
RA Madeira	2,8	6,7	8,4	200%	25,4%

Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), obstáculo ao desenvolvimento, referencia em <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

Quadro 15: *Produtividade, riqueza per capita e despesa de investimento por emprego nas diferentes regiões do País em 2005*

Regiões	PIB por empregado 2005 - Euros	PIB por Habitante 2005 - Euros	FBCF (Investimento por emprego) 2005 – Euros	% em relação ao valor da R. de Lisboa		
				PIB/Empregado	PIB/Hab.	FBCF/Empregado
Norte	23 857	11 200	5 160	59,3%	56,3%	72,6%
Centro	23 264	11 942	5 804	57,8%	60%	81,7%
Lisboa	40 263	19 907	7 106	100%	100%	100%
Alentejo	31 638	13 100	8 872	78,6%	65,8%	124,9%
Algarve	29 716	14 894	7 909	73,8%	74,8%	111,3%
RA	28 964	12 487	12 380	71,9%	62,7%	174,2%
RA	35 581	17 769	12 111	88,4%	89,3%	170,4%

Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), obstáculo ao desenvolvimento, referencia em <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>



Quadro 16: Pensões médias mensais de velhice e remunerações médias mensais declaradas à Segurança Social por distritos. 1º Semestre de 2007.

DISTRITOS	Velhice		Trabalhadores Contra Outrem (TCO)	
	Reformados	Pensão Média €	Total	Remuneração declarada €
Aveiro	114.472	338	233.052	693
Beja	37.459	289	38.238	647
Braga	114.227	316	270.215	604
Bragança	32.116	254	23.585	611
C.Branco	48.322	281	49.324	638
Coimbra	79.905	315	116.569	768
Évora	38.429	315	47.774	682
Faro	65.937	313	150.278	654
Guarda	38.968	267	36.776	622
Leiria	82.887	315	144.566	709
Lisboa	354.416	463	721.334	1.027
Portalegre	31.052	296	30.423	644
Porto	245.272	390	571.197	742
Santarém	89.177	323	134.681	713
Setúbal	128.682	419	259.478	901
V. Castelo	44.692	276	61.466	610
Vila real	41.059	264	42.030	590
Viseu	72.074	275	93.270	621
Total	1.659.146	359	3.024.256	785

Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), obstáculo ao desenvolvimento, referencia em <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

Quadro 17: Variação do PIB por regiões a preços correntes entre 2000 e 2005

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Variação% 2005/2000	% de Portugal	
	PIB- Milhões de euros							2000	2005
PORTUGAL	122 270	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	22%	100%	100%
Norte	35 226	37 609	38 836	39 061	40 421	41 804	18,7%	28,8%	28%
Centro	23 337	24 709	25 674	26 635	27 717	28 417	21,8%	19,1%	19,1%
Lisboa	44 935	47 279	49 676	50 894	53 208	55 140	22,7%	36,8%	37%
Alentejo	8 244	8 541	9 000	9 384	9 722	10 045	21,8%	6,7%	6,7%
Algarve	4 693	5 104	5 417	5 669	5 852	6 169	31,5%	3,8%	4,1%
RA Açores	2 274	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	32,7%	1,9%	2,0%
RA Madeira	3 242	3 227	3 884	3 884	4 156	4 348	34,1%	2,7%	2,9%

Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), obstáculo ao desenvolvimento, referencia em <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

**Quadro 18: PIDDAC por distritos 2002/2008**

Distritos	PIDDAC – Mil Euros			Variação 2002/2008	Estrutura % do total		
	2002	2005	2008		2002	2005	2008
Total PIDDAC	6 638 990	6 724 022	3 616 091	-45,5%	100%	100%	100%
Aveiro	285 230	254 789	63 581	-77,7%	4%	4%	2%
Beja	186 323	134 692	92 997	-50,1%	3%	2%	3%
Braga	358 267	182 649	62 285	-82,6%	5%	3%	2%
Bragança	125 063	94 711	45 135	-63,9%	2%	1%	1%
C. Branco	148 273	124 805	62 132	-58,9%	2%	2%	2%
Coimbra	218 163	231 777	140 458	-35,6%	3%	3%	4%
Évora	135 084	151 891	71 700	-47,2%	2%	2%	2%
Faro	333 702	162 268	95 225	-71,5%	5%	4%	3%
Guarda	98 997	103 284	57 891	-41,5%	1%	2%	2%
Leiria	150 698	129 171	52 072	-65,4%	2%	2%	1%
Lisboa	1 233 398	1 169 517	480 171	-61,1%	19%	17%	13%
Portalegre	92 316	85 973	45 328	-50,9%	1%	1%	1%
Porto	1 022 414	1 202 379	282 527	-72,4%	15%	18%	8%
Santarém	199 240	233 431	48 429	-75,7%	3%	3%	1%
Setúbal	363 909	219 963	93 866	-74,2%	5%	3%	3%
V. Castelo	118 734	54 771	27 989	-76,4%	2%	1%	1%
Vela Real	96 045	106 341	51 957	-45,9%	1%	2%	1%
Viseu	167 546	125 731	54 653	-67,4%	3%	2%	2%
Vários distritos		1 386 028	984 655			21%	27%

Elaborado a partir de Eugénio Rosa (22-2-2008), obstáculo ao desenvolvimento, referencia em <http://maquinistas.org/alves/8-08-Grandes-assimetrias-regionais.pdf>

Quadro 19: PIB nas regiões mais ricas e nas mais pobres da UE em 1986 e em 1998.

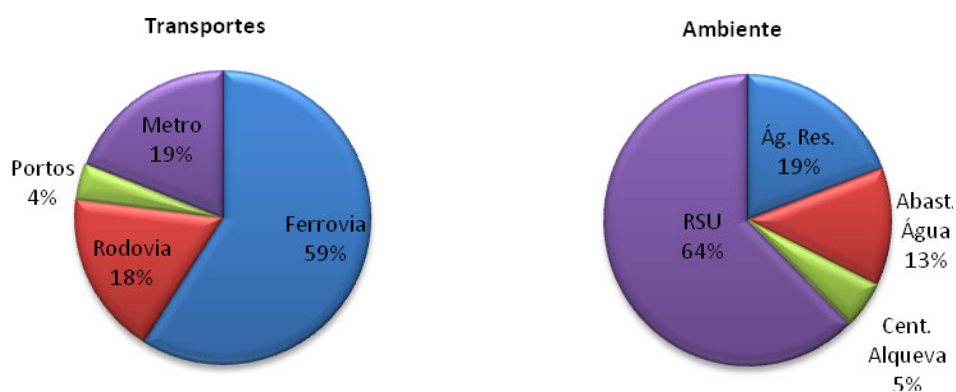
	1986		1998
10 Regiões mais ricas	153		169
Hamburgo (D.)	185	Inner London (UK)	243
Bruxelas (B.)	163	Hamburgo (D.)	186
Île de France (F.)	162	Luxembourg (Grand- Duché) (L)	176
Darmstadt (D.)	152	Bruxelas (B.)	169
Wien (A.)	148	Wien (A.)	163
Greater London (UK)	148	Oberbayern (D)	161
Bremen (D)	144	Darmstadt (D.)	154
Stuttgart (D)	143	Île de France (F.)	152
Oberbayern (D)	141	Bremen (D)	144
Luxembourg (Grand- Duché) (L)	137	Utrecht	142
10 Regiões mais pobres	41		52
Guyane (F)	37	Ipeiros (EL)	42
Guadaloupe (F)	37	Réunion (F)	50
Alentejo (P)	37	Extremadura (E)	50
Açores (P)	40	Açores (P)	52
Madeira (P)	40	Guadaloupe (F)	52
Réunion (F)	40	Dytiki Ellada (EL)	53
Centro (P)	42	Peloponnisos (EL)	53
Voreio Aigaio (EL.)	44	Guyane (F)	53
Extremadura (E)	44	Anatoliki Makedonia, Thraki (EL)	55
Algarve (P)	44	Ionia Nissia (EL)	56
Grupo das regiões do Sul Da Europa ²⁴	63		71

Fonte: Compendio de economia regional 2ª Edição do coord. José Silva Costa, APDR

²⁴ Engloba as Regiões de Portugal, Espanha, Grécia e sul de Itália

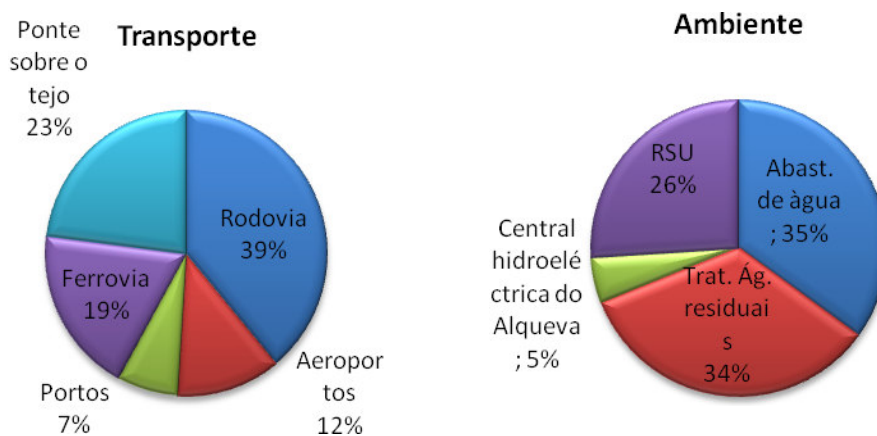


Gráfico 1: Compromisso Fundo de Coesão -2000



Fonte: Fundo de Coesão, relatório de 2000; Direcção-Geral do desenvolvimento Regional

Gráfico 2: Compromisso de coesão em 2003



Fonte: www.qca.pt/fundos/estrutura.asp



Quadro 21: Cálculos da Análise Shift-Share

Unidade: Milhões de Euros (€)

1ª Análise - I QCA				2ª Análise - II QCA				3ª Análise - III QCA			
VAB 1989 (t-1)		VAB 1993 (t)		VAB 1994 (t-1)		VAB 1999 (t)		VAB 2000 (t-1)		VAB 2006 (t)	
VAB 1		VAB 1		VAB 1		VAB 1		VAB 1		VAB 1	
Continente	2.467 €	Continente	2.335 €	Continente	2.685 €	Continente	3.594 €	Continente	3.664 €	Continente	3.346 €
Norte	695 €	Norte	592 €	Norte	714 €	Norte	858 €	Norte	810 €	Norte	813 €
Centro	619 €	Centro	600 €	Centro	689 €	Centro	1.124 €	Centro	1.203 €	Centro	1.107 €
LVT	581 €	LVT	604 €	LVT	693 €	LVT	213 €	LVT	205 €	LVT	226 €
Alentejo	422 €	Alentejo	369 €	Alentejo	408 €	Alentejo	1.022 €	Alentejo	1.105 €	Alentejo	913 €
Algarve	150 €	Algarve	171 €	Algarve	181 €	Algarve	376 €	Algarve	341 €	Algarve	288 €
VAB 2		VAB 2		VAB 2		VAB 2		VAB 2		VAB 2	
Continente	1.533 €	Continente	2.685 €	Continente	2.803 €	Continente	278 €	Continente	298 €	Continente	283 €
Norte	498 €	Norte	1.064 €	Norte	1.118 €	Norte	50 €	Norte	45 €	Norte	38 €
Centro	203 €	Centro	382 €	Centro	439 €	Centro	53 €	Centro	62 €	Centro	73 €
LVT	515 €	LVT	871 €	LVT	857 €	LVT	64 €	LVT	61 €	LVT	62 €
Alentejo	298 €	Alentejo	314 €	Alentejo	334 €	Alentejo	17 €	Alentejo	20 €	Alentejo	20 €
Algarve	19 €	Algarve	54 €	Algarve	55 €	Algarve	95 €	Algarve	110 €	Algarve	90 €
VAB 3		VAB 3		VAB 3		VAB 3		VAB 3		VAB 3	
Continente	10.782 €	Continente	15.178 €	Continente	16.418 €	Continente	17.565 €	Continente	17959	Continente	18.764 €
Norte	4.585 €	Norte	6.749 €	Norte	7.226 €	Norte	7.476 €	Norte	7.542 €	Norte	7.788 €
Centro	1.613 €	Centro	2.368 €	Centro	2.717 €	Centro	4.565 €	Centro	4.640 €	Centro	4.897 €
LVT	3.976 €	LVT	5.481 €	LVT	5.850 €	LVT	4.424 €	LVT	4.618 €	LVT	4.572 €
Alentejo	519 €	Alentejo	453 €	Alentejo	501 €	Alentejo	924 €	Alentejo	977 €	Alentejo	1.326 €
Algarve	89 €	Algarve	126 €	Algarve	123 €	Algarve	176 €	Algarve	182 €	Algarve	182 €
VAB 4		VAB 4		VAB 4		VAB 4		VAB 4		VAB 4	
Continente	2.346 €	Continente	3.715 €	Continente	4.058 €	Continente	7.676 €	Continente	7676	Continente	8.271 €
Norte	787 €	Norte	1.293 €	Norte	1.508 €	Norte	2.730 €	Norte	2.730 €	Norte	2.924 €
Centro	405 €	Centro	640 €	Centro	667 €	Centro	1.412 €	Centro	1.412 €	Centro	1.656 €
LVT	936 €	LVT	1.471 €	LVT	1.597 €	LVT	2.882 €	LVT	2.882 €	LVT	2.879 €
Alentejo	73 €	Alentejo	129 €	Alentejo	123 €	Alentejo	381 €	Alentejo	381 €	Alentejo	365 €
Algarve	145 €	Algarve	183 €	Algarve	162 €	Algarve	271 €	Algarve	271 €	Algarve	447 €
VAB 5		VAB 5		VAB 5		VAB 5		VAB 5		VAB 5	
Continente	17.043 €	Continente	28.961 €	Continente	30.828 €	Continente	42.136 €	Continente	45252	Continente	58.494 €
Norte	4.334 €	Norte	7.701 €	Norte	8.304 €	Norte	11.145 €	Norte	11.588 €	Norte	14.717 €
Centro	2.009 €	Centro	3.646 €	Centro	3.981 €	Centro	6.941 €	Centro	7.399 €	Centro	9.748 €
LVT	9.227 €	LVT	15.110 €	LVT	15.943 €	LVT	19.747 €	LVT	21.633 €	LVT	27.701 €
Alentejo	611 €	Alentejo	1.024 €	Alentejo	1.061 €	Alentejo	2.219 €	Alentejo	2.349 €	Alentejo	3.129 €
Algarve	862 €	Algarve	1.479 €	Algarve	1.540 €	Algarve	2.083 €	Algarve	2.283 €	Algarve	3.199 €
VAB 6		VAB 6		VAB 6		VAB 6		VAB 6		VAB 6	
Continente	5.440 €	Continente	10.711 €	Continente	11.218 €	Continente	21.495 €	Continente	23.963 €	Continente	33.193 €
Norte	1.592 €	Norte	3.187 €	Norte	3.364 €	Norte	6.096 €	Norte	7.000 €	Norte	9.642 €
Centro	869 €	Centro	1.709 €	Centro	1.796 €	Centro	4.496 €	Centro	5.012 €	Centro	7.090 €
LVT	2.503 €	LVT	4.858 €	LVT	5.043 €	LVT	8.491 €	LVT	9.183 €	LVT	12.557 €
Alentejo	290 €	Alentejo	583 €	Alentejo	622 €	Alentejo	1.592 €	Alentejo	1.815 €	Alentejo	2.506 €
Algarve	186 €	Algarve	373 €	Algarve	393 €	Algarve	821 €	Algarve	954 €	Algarve	1.398 €



Quadro 21.1: Cálculos da 1ª Análise - I QCA

Quadro 1: VAB por Regiões e Sectores

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)
VAB 1	592	695	600	619	604	581	369	422	171	150	2335	2467
VAB 2	1064	498	382	203	871	515	314	298	54	19	2685	1533
VAB 3	6749	4585	2368	1613	5481	3976	453	519	126	89	15178	10782
VAB 4	1293	787	640	405	1471	936	129	73	183	145	3715	2346
VAB 5	7701	4334	3646	2009	15110	9227	1024	611	1479	862	28961	17043
VAB 6	3187	1592	1709	869	4858	2503	583	290	373	186	10711	5440
TOTAL	20586	12490	9345	5717	28394	17739	2872	2214	2386	1451	63585	39610

Quadro 2: Valor Percentual do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)
VAB 1	3	6	6	11	2	3	13	19	7	10	4	6
VAB 2	5	4	4	4	3	3	11	13	2	1	4	4
VAB 3	33	37	25	28	19	22	16	23	5	6	24	27
VAB 4	6	6	7	7	5	5	4	3	8	10	6	6
VAB 5	37	35	39	35	53	52	36	28	62	59	46	43
VAB 6	15	13	18	15	17	14	20	13	16	13	17	14
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 3: Variações absolutas e relativas do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	Δ VABn	GVABn (%)	Δ VABc	GVABc (%)	Δ VABlvt	GVABlvt (%)	Δ VABal	GVABal (%)	Δ VABalg	GVABalg (%)	Δ VABp	GVABp (%)
VAB 1	-102	-18	-19	-3	23	4	-54	-13	20	14	-131	-5
VAB 2	566	114	180	89	355	69	15	5	35	187	1152	75
VAB 3	2165	47	755	47	1505	38	-66	-13	37	41	4396	41
VAB 4	506	64	235	58	535	57	56	77	38	26	1369	58
VAB 5	3367	78	1637	81	5883	64	413	68	618	72	11918	70
VAB 6	1595	100	840	97	2354	94	293	101	187	101	5270	97
TOTAL	8097	29	3628	63	10655	60	658	30	936	65	23974	61%

Quadro 4: Componente Estrutural

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	gNXk-gNX	SXrnk	gNXk-gNX	SXrck	gNXk-gNX	SXrlvtk	gNXk-gNX	SXralentk	gNXk-gNX	SXralgk
VAB 1	-6	-33	-6	-37	-6	-34	-6	-25	-6	-9
VAB 2	75	371	75	151	75	384	75	222	75	14
VAB 3	40	1575	40	648	40	1597	40	208	40	36
VAB 4	58	455	58	234	58	541	58	42	58	84
VAB 5	69	3005	69	1393	69	6397	69	424	69	597
VAB 6	96	1533	96	837	96	2410	96	279	96	179
TOTAL	55	6905	56	3225	64	11294	52	1151	62	901



Quadro 5: Componente Regional

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	grnk-gNXk	RXrnk	grck-gNXk	RXrck	grlvtk-gNXk	RXrlvtk	graltk-gNXk	RXraltk	gralgk-gNXk	RXralgk
VAB 1	-13	-91	2	14	9	54	-7	-31	19	28
VAB 2	39	192	13	27	-6	-32	-70	-209	112	21
VAB 3	6	296	6	98	-3	-116	-53	-278	1	1
VAB 4	6	46	0	-1	-1	-11	18	13	-32	-47
VAB 5	8	337	12	232	-6	-570	-2	-15	2	15
VAB 6	3	53	0	-2	-3	-71	4	13	4	7
TOTAL	7	832	6	369	-4	-746	-23	-506	2	26

Quadro 21.2: Cálculos da 2ª Análise - II QCA

Quadro 1: VAB por Regiões e Sectores

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)
VAB 1	858	714	1124	689	213	693	1022	408	376	181	3594	2685
VAB 2	50	1118	53	439	64	857	17	334	95	55	278	2803
VAB 3	7476	7226	4565	2717	4424	5850	924	501	176	123	17565	16418
VAB 4	2730	1508	1412	667	2882	1597	381	123	271	162	7676	4058
VAB 5	11145	8304	6941	3981	19747	15943	2219	1061	2083	1540	42136	30828
VAB 6	6096	3364	4496	1796	8491	5043	1592	622	821	393	21495	11218
TOTAL	28353	22236	18590	10289	35822	29983	6156	3049	3822	2453	92744	68010

Quadro 2: Valor Percentual do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1
VAB 1	3	3	6	7	1	2	17	13	10	7	4	4
VAB 2	0	5	0	4	0	3	0	11	2	2	0	4
VAB 3	26	32	25	26	12	20	15	16	5	5	19	24
VAB 4	10	7	8	6	8	5	6	4	7	7	8	6
VAB 5	39	37	37	39	55	53	36	35	55	63	45	45
VAB 6	21	15	24	17	24	17	26	20	21	16	23	16
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 3: Variações absolutas e relativas do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	Δ VABn	GVABn (%)	Δ VABc	GVABc (%)	Δ VABlvt	GVABlvt (%)	Δ VABal	GVABal (%)	Δ VABalg	GVABalg (%)	Δ VABp	GVABp (%)
VAB 1	144	20	435	63	-480	-69	615	151	195	108	909	34
VAB 2	-1069	-96	-386	-88	-792	-92	-317	-95	40	72	-2525	-90
VAB 3	250	3	1848	68	-1426	-24	423	84	54	44	1148	7
VAB 4	1222	81	744	111	1285	80	258	209	109	67	3618	89
VAB 5	2840	34	2960	74	3805	24	1159	109	544	35	11307	37
VAB 6	2731	81	2700	150	3448	68	970	156	428	109	10277	92
TOTAL	6118	28	8300	81	5839	19	3107	102	1369	56	24733	36%



Quadro 4: Componente Estrutural

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	gNXk-gNX	SXrnk	gNXk-gNX	SXrck	gNXk-gNX	SXrlvtk	gNXk-gNX	SXralentk	gNXk-gNX	SXralgk
VAB 1	33	239	33	231	33	232	33	136	33	61
VAB 2	-90	-1011	-90	-397	-90	-775	-90	-302	-90	-50
VAB 3	7	479	7	180	7	388	7	33	7	8
VAB 4	89	1339	89	593	89	1418	89	110	89	144
VAB 5	36	3016	36	1446	36	5790	36	385	36	559
VAB 6	91	3070	91	1639	91	4602	91	567	91	358
TOTAL	25	7131	20	3690	33	11654	15	930	28	1081

Quadro 5: Componente Regional

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	grnk-gNXk	RXrnk	grck-gNXk	RXrck	grlvtk-gNXk	RXrlvtk	graltk-gNXk	RXraltk	gralgk-gNXk	RXralgk
VAB 1	-14	-98	401	2765	-514	-3559	581	2368	161	292
VAB 2	-5	-61	-296	-1301	-702	-6018	-227	-757	130	71
VAB 3	-4	-256	1841	50012	-1433	-83857	416	2086	47	57
VAB 4	-8	-122	655	4372	1196	19099	169	208	20	32
VAB 5	-2	-206	2923	116367	3768	600741	1122	11902	507	7810
VAB 6	-10	-351	2608	46844	3356	169257	878	5461	336	1321
TOTAL	-4	-1094	1178	219057	1942	695664	345	21269	251	9583

Quadro 21.3: Cálculos da 3ª Análise - III QCA

Quadro 1: VAB por Regiões e Sectores

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)
VAB 1	813	810	1107	1204	226	205	913	1105	288	341	3346	3664
VAB 2	38	45	73	62	62	61	20	20	90	110	283	298
VAB 3	7788	7542	4897	4640	4572	4618	1326	977	182	182	18764	17959
VAB 4	2924	2730	1656	1412	2879	2882	365	381	447	271	8271	7676
VAB 5	14717	11588	9748	7399	27701	21633	3129	2349	3199	2283	58494	45252
VAB 6	9642	7001	7091	5012	12557	9183	2506	1815	1398,	954	33193	23963
TOTAL	35922	29714	24571	19728	47996	38582	8259	6647	5605	4141	122352	98812

Quadro 2: Valor Percentual do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1
VAB 1	2	3	5	6	0	1	11	17	5	8	3	4
VAB 2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0
VAB 3	22	25	20	24	10	12	16	15	3	4	15	18
VAB 4	8	9	7	7	6	7	4	6	8	7	7	8
VAB 5	41	39	40	38	58	56	38	35	57	55	48	46
VAB 6	27	24	29	25	26	24	30	27	25	23	27	24
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100



Quadro 3: Variações absolutas e relativas do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	Δ VABn	GVABn (%)	Δ VABc	GVABc (%)	Δ VABlvt	GVABlvt (%)	Δ VABal	GVABal (%)	Δ VABalg	GVABalg (%)	Δ VABp	GVABp (%)
VAB 1	3	0	-97	-8	21	10	-192	-17	-54	-16	-318	-9
VAB 2	-7	-16	11	17	0	1	0	2	-20	-18	-15	-5
VAB 3	246	3	257	6	-47	-1	349	36	0	0	805	4
VAB 4	195	7	244	17	-3	0	-16	-4	176	65	596	8
VAB 5	3129	27	2349	32	6068	28	780	33	917	40	13242	29
VAB 6	2641	38	2079	41	3374	37	692	38	444	47	9230	39
TOTAL	6207	21	4842	25	9414	24	1612	24	1464	35	23540	24%

Quadro 4: Componente Estrutural

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	gNXk-gNX	SXrnk	gNXk-gNX	SXrck	gNXk-gNX	SXrlvtk	gNXk-gNX	SXralentk	gNXk-gNX	SXralgk
VAB 1	-9	-72	-9	-107	-9	-18	-9	-98	-9	-30
VAB 2	-5	-2	-5	-3	-5	-3	-5	-1	-5	-6
VAB 3	4	320	4	197	4	196	4	41	4	8
VAB 4	8	205	8	106	8	217	8	29	8	20
VAB 5	29	3363	29	2148	29	6279	29	682	29	663
VAB 6	38	2680	38	1919	38	3515	38	695	38	365
TOTAL	18	6494	17	4259	21	10185	16	1347	18	1020

Quadro 5: Componente Regional

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	grnk-gNXk	RXrnk	grck-gNXk	RXrck	grlvtk-gNXk	RXrlvtk	gralk-gNXk	RXraltk	gralgk-gNXk	RXralgk
VAB 1	9	73	1	8	19	9	-9	-1	-7	-2
VAB 2	-11	-5	22	14	6	10	7	36	-13	-12
VAB 3	-1	-92	1	49	-5	0	31	3	-5	-3
VAB 4	-1	-17	10	135	-8	0	-12	-3	57	21
VAB 5	-2	-262	2	183	-1	0	4	0	11	0
VAB 6	-1	-55	3	148	-2	0	0	0	8	1
TOTAL	-1	-357	2	537	0	18	0	36	0	6

Quadro 21.4: Cálculos da 4ª Análise - IV QCA

Quadro 1: VAB por Regiões e Sectores

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)	VAB (t)	VAB (t-1)
VAB 1	813	695	1107	619	226	581	913	422	288	150	3346	2467
VAB 2	38	498	73	203	62	515	20	298	90	19	283	1533
VAB 3	7788	4585	4897	1613	4572	3976	1326	519	182	89	18764	10782
VAB 4	2924	787	1656	405	2879	936	365	73	447	145	8271	2346
VAB 5	14717	4334	9748	2009	27701	9227	3129	611	3199	862	58494	17043
VAB 6	9642	1592	7090	869	12557	2503	2506	290	1398	186	33193	5440
TOTAL	35921	12490	24571	5717	47996	17739	8259	2214	5604	1451	122351	39610



Quadro 2: Valor Percentual do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1	VABt	VAB t-1
VAB 1	2	6	5	11	0	3	11	19	5	10	3	6
VAB 2	0	4	0	4	0	3	0	13	2	1	0	4
VAB 3	22	37	20	28	10	22	16	23	3	6	15	27
VAB 4	8	6	7	7	6	5	4	3	8	10	7	6
VAB 5	41	35	40	35	58	52	38	28	57	59	48	43
VAB 6	27	13	29	15	26	14	30	13	25	13	27	14
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 3: Variações absolutas e relativas do VAB

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve		País	
	Δ VABn	GVABn (%)	Δ VABc	GVABc (%)	Δ VABlvt	GVABlvt (%)	Δ VABal	GVABal (%)	Δ VABalg	GVABalg (%)	Δ VABp	GVABp (%)
VAB 1	118	17	488	79	-355	-61	491	116	138	91	880	36%
VAB 2	-460	-92	-130	-64	-454	-88	-278	-93	71	375	-1251	-82%
VAB 3	3203	70	3284	204	595	15	807	155	93	104	7982	74%
VAB 4	2137	272	1251	309	1943	208	292	399	303	209	5926	253%
VAB 5	10383	240	7739	385	18474	200	2517	412	2338	271	41451	243%
VAB 6	8050	506	6222	716	10053	402	2216	764	1212	652	27753	510%
TOTAL	23432	188	18854	330	30257	171	6045	273	4154	286%	82741	209%

Quadro 4: Componente Estrutural

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	gNXk-gNX	SXrnk	gNXk-gNX	SXrck	gNXk-gNX	SXrlvtk	gNXk-gNX	SXralentk	gNXk-gNX	SXralgk
VAB 1	-2	-12	-2	-11	-2	-10	-2	-7	-2	-3
VAB 2	-3	-14	-3	-6	-3	-15	-3	-9	-3	-1
VAB 3	-1	-62	-1	-22	-1	-54	-1	-7	-1	-1
VAB 4	0	3	0	2	0	4	0	0	0	1
VAB 5	0	15	0	7	0	32	0	2	0	3
VAB 6	3	48	3	26	3	75	3	9	3	6
TOTAL	0	-22	0	-4	0	33	0	-12	0	5

Quadro 5: Componente Regional

Região Sector	Norte		Centro		LVT		Alentejo		Algarve	
	grnk-gNXk	RXrnk	grck-gNXk	RXrck	grlvtk-gNXk	RXrlvtk	graltk-gNXk	RXraltk	gralgk-gNXk	RXralgk
VAB 1	17	116	78	486	-61	-11	116	28	91	61
VAB 2	-92	-456	-63	-128	-87	-17	-92	-31	376	1984
VAB 3	69	3169	203	3272	14	0,36	155	30	103	116
VAB 4	269	2117	307	1241	205	22	396	541	206	143
VAB 5	237	10278	383	7690	198	2	409	67	269	31
VAB 6	501	7968	711	6177	397	16	759	262	647	348
TOTAL	65	23193	76	18738	0,03	13	11	896	48	2682



Quadro 22: Taxa de crescimento média Nacional

	1989-1993	1994- 1999	2000-2006	1989-2006
	60,52%	36,37%	23,82%	208,89%
T (nº de períodos)	5	6	6	18
Portugal Continental	12,10%	6,06%	3,97%	11,60%

Quadro 23: Taxa de crescimento por Região

	1989-1993	1994- 1999	2000-2006	1989-2006
Norte	29%	28%	21%	188%
Centro	63%	81%	25%	330%
LVT	60%	19%	24%	171%
Alentejo	30%	102%	24%	273%
Algarve	65%	56%	35%	286%
T (nº de períodos)	5	6	6	18
Norte	6%	5%	3%	10%
Centro	13%	13%	4%	18%
LVT	12%	3%	4%	9%
Alentejo	6%	17%	4%	15%
Algarve	13%	9%	6%	16%

Quadro 24: Taxa de crescimento por sectores

Sectores	1989-1993	1994- 1999	2000-2006	1989-2006
VAB 1	-5%	34%	-9%	36%
VAB 2	75%	-90%	-5%	-82%
VAB 3	41%	7%	4%	74%
VAB 4	58%	89%	8%	253%
VAB 5	70%	37%	29%	243%
VAB 6	97%	92%	39%	510%
T (nº de períodos)	5	6	6	18
VAB 1	-1%	6%	-1%	2%
VAB 2	15%	-15%	-1%	-5%
VAB 3	8%	1%	1%	4%
VAB 4	12%	15%	1%	14%
VAB 5	14%	6%	5%	14%
VAB 6	19%	15%	6%	28%

